

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM JORNALISMO

KETHLYN TAINÁ LEMES

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE O ABORTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
DA REVISTA MARIE CLAIRE NOS ANOS DE 2022 A 2024

PONTA GROSSA

2025

KETHLYN TAINÁ LEMES

REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS SOBRE O ABORTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
DA REVISTA MARIE CLAIRE NOS ANOS DE 2022 A 2024

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Jornalismo pelo Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo da Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Linha de pesquisa:
Processos Jornalísticos e Práticas Sociais.

Orientação: Prof^a. Dra. Karina Janz Woitowicz

PONTA GROSSA

2025

L552 Lemes, Kethlyn Tainá
Representações midiáticas sobre o aborto: uma análise discursiva da revista Marie Claire nos anos de 2022 a 2024 / Kethlyn Tainá Lemes. Ponta Grossa, 2025
103 f.
Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra. Karina Janz Woitowicz.
1. Aborto. 2. Jornalismo de revista. 3. Mídia feminina. 4. Análise de discurso.
I. Janz Woitowicz, Karina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 070.4

KETHLYN TAINÁ LEMES

**REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE O ABORTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
DA REVISTA MARIE CLAIRE NOS ANOS DE 2022 E 2024**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual
de Ponta Grossa. Área de concentração: Processos Jornalísticos

Ponta Grossa, 05 de agosto de 2025.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **KARINA JANZ WOITOWICZ**
Data: 18/08/2025 11:17:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientadora: Profa. Dra. Karina Janz Woitowicz
Doutora em Ciências Humanas (UFSC)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Documento assinado digitalmente
 **CINTIA XAVIER**
Data: 20/10/2025 16:13:07-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Cintia Xavier
Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Documento assinado digitalmente
 **KATARINI GIROLDO MIGUEL**
Data: 18/08/2025 18:17:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Katarini Giroldo Miguel
Doutora em Comunicação Social (UMESP)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, **Kethlyn Tainá Lemes**, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **“Representações Midiáticas sobre o Aborto: uma análise discursiva da Revista Marie Claire nos anos se 2022 a 2024”** atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utiliza a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 21 de março de 2026

Documento assinado digitalmente
 KETHLYN TAINA LEMES
Data: 21/03/2026 18:37:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Kethlyn Tainá Lemes

RA: 2340010010

AGRADECIMENTOS

Encerrar este trabalho significa, também, reconhecer as pessoas e os espaços que fizeram parte deste percurso. Nenhuma caminhada acadêmica se faz sozinha, e olhar para trás me permite compreender a importância de cada apoio, incentivo e presença que estiveram comigo até aqui.

Aos meus pais, Rosângela e Oseias, minha mais profunda gratidão. São vocês que me ensinaram, desde sempre, sobre a importância do estudo e da responsabilidade. Obrigada por me sustentarem não só nas questões materiais, mas, principalmente, emocionais, oferecendo amor, acolhimento e suporte incondicional em cada fase da minha vida. Este caminho também é de vocês. À minha irmã, Ana Clara, por estar ao meu lado nas pequenas e grandes coisas da vida. Sua companhia, leveza e parceria me acompanham desde sempre e, sem dúvida, fizeram diferença nos momentos mais desafiadores deste percurso.

Ao Willian, meu companheiro, meu parceiro de vida, que esteve comigo desde o início do processo do mestrado, oferecendo apoio, escuta, compreensão e, acima de tudo, paciência. Obrigada por entender cada momento de cansaço, cada ausência e por ser um ponto de equilíbrio nos dias mais difíceis.

À minha grande amiga Jaque, que foi uma das principais incentivadoras no início desta jornada. Agradeço pela presença, pelo apoio constante e pela amizade de sempre que fez diferença desde os primeiros passos. Aos meus amigos e colegas de turma, Yago e Alana, que se tornaram figuras essenciais ao longo dos anos de mestrado, meu sincero agradecimento. Dividir as rotinas, as dúvidas e os desafios cotidianos com vocês tornou todo o processo mais leve.

Não poderia deixar de lado, o agradecimento às minhas cachorrinhas, Amora (meu suporte desde os tempos de graduação) e Stella (que ajudou a construir este alicerce durante o mestrado), por tornarem qualquer dificuldade pequena, perto do amor incondicional que entregam. Elas estiveram comigo nas madrugadas de leituras, nos períodos de escrita e, mesmo sem saber, ajudaram a transformar este processo em algo menos pesado e mais possível.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero, que fez parte da minha trajetória desde a graduação. Foi neste espaço que construí as bases teóricas, metodológicas e, acima de tudo, pessoais, para olhar com mais atenção e responsabilidade para as questões de gênero. Este projeto foi mais do que uma formação acadêmica; foi um espaço que ampliou meu

entendimento sobre o mundo, sobre as relações e, especialmente, sobre o compromisso ético e social que o jornalismo carrega quando escolhe falar das mulheres e das suas lutas.

Em especial, agradeço à minha orientadora Karina, que foi uma inspiração constante ao longo deste percurso acadêmico e pessoal. Nos momentos de dúvida e incerteza, quando me faltava clareza sobre a possibilidade de concluir este trabalho, suas orientações funcionaram como uma espécie de acolhimento — quase terapêutico. Agradeço pela escuta atenta, pela generosidade em cada troca e pela presença cuidadosa em todas as etapas desta dissertação. Sua condução, sempre firme e sensível, fez toda a diferença.

A cada pessoa, amiga, professor, colega ou familiar que, de alguma forma, contribuiu para este caminho, deixo aqui minha gratidão.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o discurso jornalístico sobre o aborto nas edições da revista Marie Claire, publicadas entre os anos de 2022 e 2024. Fundamentado na Análise de Discurso, o estudo busca compreender como a revista constrói sentidos e representações sobre um tema socialmente sensível e politicamente disputado. A partir de uma abordagem qualitativa, foram selecionadas nove matérias que trazem o aborto de forma direta ou indireta. Considerando os estudos sobre o jornalismo de revista e suas particularidades, investigou-se nos textos qual é o tratamento discursivo atribuído ao aborto e os sentidos produzidos em torno dessa pauta, observando-se, ainda, sua articulação com o campo do feminismo.

Palavras-chave: Aborto; Jornalismo de revista; Mídia feminina; Análise de discurso.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the journalistic discourse on abortion in the issues of Marie Claire magazine published between 2022 and 2024. Grounded in Discourse Analysis, the study seeks to understand how the magazine constructs meanings and representations around a socially sensitive and politically disputed topic. Using a qualitative approach, nine articles that address abortion directly or indirectly were selected. Based on studies on magazine journalism and its specificities, the research investigates the discursive treatment given to abortion and the meanings produced around this topic, also examining its articulation with the field of feminism.

Keywords: Abortion; Magazine journalism; Women's media; Discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capa Marie Claire Março 2022.....	99
FIGURA 2 – Capa Marie Claire Agosto 2022.....	99
FIGURA 3 – Capa Marie Claire Fevereiro 2023.....	100
FIGURA 4 – Capa Marie Claire Fevereiro 2023.....	100
FIGURA 5 – Capa Marie Claire Agosto 2023.....	101
FIGURA 6 – Capa Marie Claire Setembro 2023.....	101
FIGURA 7 – Capa Marie Claire Maio 2024.....	102
FIGURA 8 – Capa Marie Claire Outubro 2024.....	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA E A INSERÇÃO DAS MULHERES NA MÍDIA	21
2.1	DO FEMINISMO PRÉ-MODERNO À CONTEMPORANEIDADE	23
2.2	FEMINISMO E MÍDIAS NO BRASIL	29
3	IMPRENSA FEMININA E SUAS REPRESENTAÇÕES	34
3.1	SÉCULO XIX: PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO FEMININO	34
3.2	AS REVISTAS FEMININAS NO SÉCULO XX	38
3.3	A NOVA ERA DAS REVISTAS NO SÉCULO XXI	45
4	O JORNALISMO DE REVISTAS	48
4.1	SOBRE A MARIE CLAIRE	56
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
5.1	O DISCURSO COMO OBJETO DE ANÁLISE	62
5.2	COLETA DE DADOS E ESTRUTURAÇÃO DA ANÁLISE	67
5.3	ANÁLISE	70
5.3.1	Estudo das Formações Discursivas por Texto Jornalístico	71
5.3.2	Dinâmicas Discursivas em Conjunto: Convergências e Tensões	81
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A: CAPAS DAS EDIÇÕES 2022 A 2024	100

1 INTRODUÇÃO

É possível afirmar que no Brasil todo cidadão ou cidadã tem uma imagem pré-definida quando o assunto são direitos reprodutivos das mulheres? Certamente, este é um assunto complexo e polarizado nacionalmente; em muitos setores da sociedade o tema ainda pode ser tabu, ou mesmo desconhecido por estes termos. Chegar a respostas para esta pergunta traz a necessidade de mais estudos a respeito, e possivelmente, ainda seriam apenas estimativas. Isso não impede pesquisadores(as) de executarem as mais diversas análises sobre o tema. O presente trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos a respeito dos direitos reprodutivos da mulher e, trazer luz para o como a imprensa feminina tem lidado com questões fundamentais na rotina de milhares de brasileiras. Para isso, tem-se como objeto a revista *Marie Claire*. Todavia, faz-se necessário um contexto geral sobre a temática.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), foi apenas em 1994 que assuntos como, planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva e direitos foram tratados como agenda mundial. Isso ocorreu na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), no Cairo, Egito. Este encontro é considerado um marco para as discussões mais abrangentes sobre o assunto, o que levou a compromissos comuns entre os países participantes, para melhorar a vida de todas as pessoas por meio da promoção dos direitos humanos e dignidade. O relatório da CIPD (1994) reconhece que este tema é um direito básico de todo cidadão, seja homem ou mulher, o que inclui o poder de decidir livremente sobre o “número, espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução” (CIPD, 1994, p. 62). Além disso, o documento traz expressamente sobre o direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência. A conferência ainda fez uma definição sobre a saúde reprodutiva, afirmando ser “um estado de completo o bem-estar físico, mental e social e não simples a ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo e a suas funções e processos” (CIPD, 1994, p. 62). Como resultado desta conceituação, a população tem a capacidade de reproduzir, a liberdade de decidir e o direito de ser informada e ter acesso a métodos eficientes, seguros e permissíveis.

Ventura (2009) fala sobre a importância da definição dos direitos reprodutivos como uma parte dos próprios direitos humanos. Desta forma, há a possibilidade da efetivação de

dispositivos legais e aplicação adequada das normativas e definições internacionais, dentro do território nacional. Contudo, ainda há disparidade entre as definições dos documentos e aquilo que é praticado. Muitas mulheres carregam em suas histórias situações em que direitos foram negados e ignorados, pois ainda há dificuldade em executar estes planos de maneira coerente. Um dos passos importantes para cobrar essa execução é trabalhar os diversos temas que este conceito carrega.

As principais discussões sobre os direitos reprodutivos giram em torno do planejamento familiar e contracepção, em que pela Lei nº 9.263/1996, é garantido o acesso a métodos e técnicas de contracepção que não coloquem em risco a vida das pessoas. Porém, segundo o instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), com dados de 2023, cerca de 62% das mulheres que já gestaram no país, tiveram pelo menos uma gravidez não planejada (GUEDES, 2023). Estes números refletem a falta de informação adequada e mitos disseminados sobre os diversos métodos anticoncepcionais. Outro ponto é a saúde materna e violência obstétrica. Dados da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre 2020 e 2023, indicaram que mulheres com mais de 35 anos, negras e com baixa escolaridade, têm mais risco de sofrer violência obstétrica (CARIOCA *et al.*, 2024). Educação sexual é também um tema que engaja discussões. A matéria do portal Gênero e Número (CRUZ, 2022), de 2022, trouxe um dado de que apenas três estados brasileiros orientavam escolas a terem disciplinas sobre educação sexual, ação que ia de encontro com as pautas defendidas pelo governo Bolsonaro (2019-2022), que estava no poder durante este período. Estes são apenas alguns exemplos das discussões e dos impasses gerados pelo tema deste trabalho.

À medida que a discussão sobre direitos reprodutivos é difundida na mídia, opiniões são fragmentadas e confrontadas. As mídias sociais se tornam ferramentas de disseminação de informações (muitas vezes, errôneas) e de formação da percepção do público. Este trabalho pretende trilhar caminhos os quais agreguem ao entendimento dos direitos reprodutivos no Brasil, a partir do olhar para dentro do jornalismo, contribuindo com discussões e análises sobre o tema. O objeto empírico deste trabalho gira em torno da tematização dos direitos reprodutivos das mulheres na revista *Marie Claire*, de 2022 a 2024, na versão on-line. Para estudar este tema, fez-se necessárias as discussões de contextualização do tema geral, de como o jornalismo de revista aborda os acontecimentos e suas principais características, das entradas do movimento feminista que impactaram na construção do que se conhece dos estudos de gênero e como isso influencia na construção dos conteúdos para o público feminino, até encontrar o objeto de estudo deste trabalho.

O macro tema deste, que são os direitos reprodutivos da mulher no Brasil, tem sido uma pauta constantemente discutida, principalmente quando se considera o contexto político vivido pelo país (BIANCONI, 2022). Nos últimos anos, o assunto foi utilizado como argumentação em debates, tanto pela ampliação, quanto para a restrição de direitos, abrangendo questões que vão desde o acesso a métodos contraceptivos até a legalização do aborto seguro. Segundo relatório do Coletivo RPU Brasil, de 2022, enviado à Organização Mundial da Saúde (ONU), o Brasil retrocedeu no cumprimento da garantia dos direitos humanos, entre eles os sexuais e reprodutivos, não garantindo o acesso das mulheres a serviços como pré-natal e a interrupção legal da gravidez. Em uma rápida procura por reportagens sobre este tema, não há dificuldades em confirmar as hipóteses do relatório. Exemplo de um hospital, localizado no Estado do Acre, que negou o pedido de realização da interrupção da gravidez de uma paciente com um feto anencéfalo (MONTEIRO, 2024). No Brasil, o Código Penal (Lei 2848/40 Art. 124, 125 e 126) traz punições aos casos de aborto provocados pela gestante ou com o seu consentimento. Até então, o aborto é permitido pelo artigo 128, em casos de ameaça à vida da gestante, quando a gravidez é decorrente de estupro e em casos de anencefalia fetal. Nestes casos, não é imposto um limite gestacional para realizar o procedimento. Em nota o CFM orienta as gestantes a entregarem o bebê para adoção.

Garantir estes direitos ainda é um desafio e o papel do jornalismo nesse contexto é essencial, já que os meios de comunicação desempenham função importante na disseminação de informações e na formação da opinião pública. Esta necessidade de conhecimento não está apenas para atingir as parcelas mais vulneráveis da sociedade, mas também pelo combate ao discurso de viés conservador. No Brasil, apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) ter políticas voltadas às mulheres, ainda há dificuldade em acessar métodos como o dispositivo intrauterino (DIU) ou a esterilização voluntária. Neste último caso, até 2023 era necessário ter aval do cônjuge para realizar procedimento de laqueadura ou vasectomia. A partir de Lei 14.443, de 2022, a idade mínima para realizar o procedimento também foi reduzida para 21 anos de idade (SENADO, 2023).

De forma genérica, trabalhar com direitos para as mulheres nem sempre é visto como uma prioridade aos governos. A partir de dados trabalhados no projeto Elas no Congresso, do Instituto AzMina, foi realizado um panorama dos principais assuntos trazidos pelos parlamentares. A análise partiu de dados de 2023, primeiro ano da legislatura atual. Das 502 propostas de projetos de lei sobre direitos de meninas, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, a pauta da saúde apareceu 13 vezes, economia esteve em seis, enquanto o clima apenas em uma

proposição. Deste total, apenas 15% deles trazem os assuntos preocupados com a saúde da mulher. Dos PL's que tratam sobre o tema, os materiais falam a respeito do direito a acompanhantes durante atendimento em estabelecimentos de saúde, igualdade de gênero nas pesquisas com seres humanos e trombofilia e câncer de mama. Os projetos que focam na economia dizem sobre incentivo ao empreendedorismo feminino, igualdade salarial e propostas para mães e gestantes.

Os temas de maior interesse dos parlamentares são violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e pautas ligadas a identidade de gênero e orientação sexual. Dentro disso, as mais variadas abordagens aparecem. Segundo o estudo, a maior parte das propostas utiliza textos reciclados de outros momentos do Congresso, além de apresentar uma postura punitivista em relação aos acontecimentos. As discussões presentes em 2023 refletem a realidade conservadora dos parlamentares, apesar desta legislatura contar com a presença das primeiras deputadas trans da história - Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) - ainda segue com a maioria de partidos de direita e extrema direita, como PL, PP e Republicanos, ocupando cerca de 46% das cadeiras no Congresso.

Em 2023, foram 94 projetos focados em direitos sexuais e reprodutivos, metade deles favoráveis e outra metade contrários. Dos 47 desfavoráveis, 39 são sobre o aborto. Na avaliação do “Elas no Congresso”, mais de ¼ das propostas vai na contramão dos direitos das mulheres. Além disso, 79% destes são de autoria ou coautoria masculina. Já quando se fala sobre os projetos favoráveis, quase 90% deles tem mulheres como autoras. Estas discussões apareceram com mais intensidade no segundo semestre de 2023, período em que o tema aborto teve destaque também no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em setembro de 2023, foi iniciada a votação da ADPF¹ 442, que trata sobre o aborto em quaisquer casos até a 12ª semana de gestação. A ministra Rosa Weber (no cargo de 2021 a 2023), presidente do STF, deu seu voto favorável pela descriminalização. A ministra argumenta que os artigos 124 e 126 do Código Penal - que pune o aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento, não cumprem o propósito da atual Constituição Federal, além de gerar discussões de ordem moral, ética, religiosa e jurídica (BRASIL, 1940). A discussão é de autoria do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e chegou a ser tratada em 2018 pela própria Rosa Weber. O pedido considera a manutenção da criminalização do aborto como um ato de coerção do Estado, além de impedir o alcance e o exercício da dignidade humana das mulheres, afetando

¹ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

principalmente mulheres negras e indígenas, de classe e escolaridades mais baixas. Um aspecto importante citado é sobre o direito à saúde. Segundo publicação do STF (PARTIDO, 2017), o PSOL sugere que as prisões em flagrante, inquéritos policiais e andamento de processos ou decisões judiciais baseados nos artigos 124 e 126 sejam suspensas para os casos de interrupção voluntária da gravidez até a 12ª semana. Até junho de 2025, a discussão seguia suspensa a pedido do ministro Luís Roberto Barroso.

Em maio de 2024, o STF suspendeu a resolução nº2378/2024 do Conselho Federal de Medicina, que proibia a realização de aborto por meio do procedimento de assistolia fetal, em casos de gestação com mais de 22 semanas, em decorrência de estupro (STF, 2024). O procedimento, que consiste em uma injeção de produtos que induz à parada do batimento do coração do feto antes de ser retirado do útero da mulher, é considerado o método mais seguro e indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No mês seguinte a esta decisão, em junho de 2024, a parte conservadora do Congresso começou a votação do PL 1904/2024, que coloca o aborto como crime de homicídio. O projeto tem como autores o deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), Evair de Melo (PP/ES), Delegado Paulo Bilyskyj (PL/SP) e outros 29 deputados. A regra valeria inclusive para os casos em que o procedimento é autorizado pelo Código Penal, como em casos de estupro. Segundo os autores do projeto de lei, no texto anterior, aprovado em 1940, o aborto a partir do terceiro trimestre de gravidez era impensado (O QUE..., 2024). E a partir de agora as pessoas envolvidas no procedimento deveriam responder por homicídio simples ou infanticídio.

Na sequência, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou um parecer que define a proposta como inconstitucional, inconveniente e ilegal. O documento ainda utiliza os adjetivos como atroz, degradante e retrógrado para definir o PL, além de remontar à Idade Média. Segundo a OAB, o PL viola a Constituição por não garantir o direito à saúde, principalmente às vítimas de estupro. Ainda o projeto prevê uma pena para a mulher, maior do que o previsto ao estuprador. A mulher poderá ter reclusão de até 20 anos, enquanto o estuprador, no máximo 10 anos de cadeia (LÉON, 2024).

Propostas que espalham desinformação sobre o aborto ou mesmo sobre outras questões que envolvem direitos reprodutivos se proliferam no país cada vez mais. Segundo pesquisa da revista *AzMina*, há pelo menos sete propostas, espalhadas pelo Brasil, de dias ou semanas que trazem a “conscientização contra o aborto” e já foram aprovadas em Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo. No início de 2024, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), sancionou a Lei Estadual nº22.537, que indica a campanha contra o aborto. Com esta lei,

mulheres com direito assegurado ao aborto devem ser submetidas a exames de ultrassom para escutar os batimentos cardíacos do feto. Em âmbito federal, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, uma proposta feita por Paulo Fernando (Republicanos-DF) sugere que embalagens de testes de gravidez venham com a seguinte mensagem: “Aborto é crime; aborto traz risco de morte à mãe; a pena por aborto provocado é de 1 a 3 anos de detenção” (CARTA CAPITAL, 2023).

A relevância do assunto cresce à medida em que dados quantitativos são inseridos neste debate. Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) de 2021, uma a cada sete mulheres com até 40 anos já fez pelo menos um aborto no Brasil. O estudo trouxe uma amostragem com cerca de 2 mil mulheres, entre 18 e 39 anos; 10% destas afirmam ter realizado o procedimento. A PNA também mostrou que 52% das mulheres tinham 19 anos ou menos quando fizeram o primeiro aborto. Além disso, até 2021, duas em cada três mulheres grávidas (66%) não tinham planejado aquela gravidez. Nesta pesquisa, também foi levada em consideração a idade das entrevistadas, aproximadamente metade (52%) eram adolescentes (19 anos ou até mesmo mais jovens) quando ocorre o seu primeiro aborto. Cerca de 21% delas tiveram duas ou mais situações de aborto (a faixa etária, neste caso, fica entre os 20 e 39 anos) (Diniz, Medeiros, Madeiro, 2023).

A partir do momento em que se associa o aborto com a legislação criminal proibitiva, que dificulta o acesso destas mulheres a tratamentos regulares, o aborto se torna um problema de saúde pública. Estas barreiras de cuidados pós-aborto são ainda mais severas para as mulheres negras, que são as que mais sofrem com o medo de represálias ao buscar os serviços de saúde e, conseqüentemente, as que têm maior risco de óbito (Diniz, Medeiros, Souza, Goés, 2023). No texto de Diniz, Medeiros e Madeiro (2023), em que se comparam as PNA de 2026, 2029 e 2021, é possível identificar que com o passar do tempo esta distinção sobre as mulheres negras permanece e traz diferenças significativas na vida e no tratamento que estas mulheres recebem. Neste mesmo contexto, com as recentes tentativas de retirada de direitos, é essencial o questionamento sobre como estas ações impactam na vida não apenas das mulheres, mas também de meninas, que muitas vezes, não chegaram nem aos 10 anos de idade.

Embora o aborto ainda seja um direito garantido por lei, a dificuldade em disseminar informações é um problema que afeta mulheres Brasil a fora. Além dos inúmeros PL's, as justificativas para isso são reforçadas, já que é possível encontrar relatos em que grupos de extrema direita são financiados com dinheiro público para divulgar informações falsas e incentivar mulheres a desistirem do aborto. Foi o que se verificou na investigação realizada pela

Agência Pública (RIBEIRO, 2023), na qual foram identificados pelo menos R\$ 170 mil em emendas parlamentares destinadas ao Centro de Reestruturação para a Vida (Cervi). Nomes como Cristiane Britto, Chris Tonietto, Janaína Paschoal, Ives e Angela Gandra são citados como apoiadores deste movimento.

De acordo com o Coletivo de Comunicação Intervezes (2023), no estudo “O corpo é nosso: a cobertura da mídia religiosa e tradicional sobre direitos sexuais e reprodutivos”, 87,5% das matérias publicadas nos portais religiosos são contrárias ao aborto, e aproximadamente 58% usam termos pejorativos para tratar de direitos sexuais e reprodutivos. O modo de exposição das informações é baseado nos formatos jornalísticos, entretanto, o conteúdo se aproxima muito mais em crenças e questionamentos da ciência. Desta maneira, usam da legitimidade que o jornalismo entrega para alicerçar produções enviesadas para o público. Além disso, quando analisadas as fontes das matérias, se constatou que a maioria são homens, em muitas vezes, líderes religiosos. Para este estudo foram analisados telejornais (*Jornal Nacional*, *Jornal da Record* e *SBT Brasil*), *Agência Brasil*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, e os sites *Canção Nova* e *Gospel Mais*.

O lado político também é associado o tempo todo para este assunto; uma vez que a Constituição Brasileira é ignorada pelos próprios “representantes do povo”, a abordagem punitivista também ganha mais força e deixa de cumprir os princípios de justiça e igualdade, que deveria ter o objetivo de proteger e respeitar direitos específicos das mulheres. Os PL’s apresentados (em diferentes momentos e contextos) têm algo em comum, consolidar uma visão conservadora, alicerçada em conceitos morais, que estimulam as desigualdades presentes no cotidiano de meninas e mulheres brasileiras. Estes projetos acabam por ignorar complexidades de saúde pública e colocam em evidência as dicotomias entre direita e esquerda.

Apoiar demandas específicas das mulheres é um desafio antigo. Nos anos 2000, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) passou a observar o orçamento público e constatou que existia pouca ou nenhuma iniciativa, por parte do Poder Executivo, para a destinação de verbas públicas para o incentivo de projetos que impactassem diretamente na vida das mulheres. A partir disso, foi criado o termo “orçamento sensível a gênero” (Alves, S., 2024), em que o Centro de Estudos Feministas monitora o uso do dinheiro público voltado a projetos que beneficiem a vida da mulher. Segundo o CFEMEA, em 2022 foram destinados aproximadamente R\$300 bilhões de reais em políticas para mulheres, entretanto esse valor não é discriminado e os recursos são destinados para ações de impacto na vida de homens e mulheres no geral, como o programa Bolsa Família.

Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), o país passou por consecutivos desmontes de políticas, não apenas com relação a mulheres e outras minorias, como também de direitos humanos. Essa política ultra conversadora era pautada até mesmo com pedidos de mudanças e retirada de termos como “direitos reprodutivos” (CHADE, 2022). Neste momento, o Brasil ia contra a própria Organização das Nações Unidas (ONU), não admitindo o uso e trabalho com questões fundamentais para a maioria dos países. Muito apoiado com as ideias do governo Trump (2017-2021), no Estados Unidos, o Brasil e outros 30 países tentaram estabelecer uma pauta no Consenso de Genebra (2022), se fortalecendo como nações de extrema-direita, que compactuavam com estas ideias. As pautas defendidas pelo grupo traziam a defesa da vida e da família e o posicionamento contrário ao aborto.

Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher foram pautas durante todo o ano de 2022. Com o período eleitoral, o tema acabou aparecendo nos planos de governos, sempre à luz das ideologias partidárias dos candidatos à presidência. Michele Bolsonaro, primeira-dama no governo anterior, e Damare Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2022), apareciam junto do candidato Jair Bolsonaro em propagandas que tentavam convencer a parcela feminina das boas ações do governo.

Após eleição e posse do novo (atual) presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), muito da política anterior começou a ser reestruturada e adaptada aos novos planos do governo. Uma das primeiras ações foi a retirada do Brasil da Declaração do Consenso de Genebra, esta ação devolveu ao país abertura internacional no quesito direitos humanos e manteve posição de preocupação com o futuro das mulheres. Pelo menos, desde 1979 o Brasil assina e apoia pactos internacionais para a defesa dos direitos das mulheres. Dois dos últimos assinados foram o Compromisso de Santiago, que fala sobre a implantação de políticas sensíveis às questões de gênero, com o objetivo de mitigar os efeitos das resseções econômicas na vida das mulheres, e a Declaração do Panamá (BRASIL, 2023), que traz o fortalecimento de políticas e programas para a promoção da justiça e equidade social para crianças e adolescentes.

Aproximadamente 77 países permitem o aborto mediante vontade da mulher, isso, com diferentes limites gestacionais, segundo a ONG Internacional Centro para Direitos Reprodutivos (JORDÃO, 2023). Ainda, mais de 5% das mulheres em idade fértil no mundo estão em locais onde o procedimento é completamente proibido. Outras questões atingem as mulheres ao redor do mundo, mutilações genitais são um dos exemplos. Principalmente na África e no Oriente Médio, e alguns países da Ásia e da América Latina ainda existe esta prática nociva. Estima-se que anualmente 4,4 milhões de meninas estejam em risco de sofrer algum

tipo de mutilação genital, segundo a Organização Mundial da Saúde (ONU, 2024). Há também falta de atendimento médico nestes locais, apenas uma a cada quatro meninas recebe atendimento adequado. Outro ponto a se destacar aqui, é o casamento infantil, considerado uma violação dos direitos humanos. No Brasil, a prática é permitida (Lei 13.811), e a idade mínima para o casamento é de 16 anos, com o consentimento dos pais. Até 2005, eram permitidos casamentos de adolescentes em casos de gravidez. Em 2022, o país registrou mais de 15 mil casamentos infantis, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes dados representam apenas os casos formalizados em cartório, o que significa que muitos são os casos subnotificados.

Apesar dos avanços e conquistas que as mulheres tiveram ao longo da história, a pauta dos direitos reprodutivos segue avançando a passos lentos, enfrentando resistências constantes em diferentes esferas da sociedade. Diante desse cenário, torna-se fundamental a análise crítica das políticas públicas, das legislações vigentes e, também, dos conteúdos que podem moldar a percepção pública sobre o tema. Por estes motivos, esta dissertação analisa a cobertura jornalística da revista *Marie Claire*, publicação destinada ao público feminino, de caráter comercial, se posiciona publicamente em defesa de pautas relacionadas aos direitos das mulheres. A análise concentra-se na maneira como o veículo aborda os desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes contextos socioeconômicos e culturais, avaliando os efeitos das restrições legais e dos discursos reguladores que incidem sobre o aborto — tema central dentro do campo dos direitos reprodutivos.

Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta esta dissertação é: de que forma a revista *Marie Claire*, nas edições de 2022 a 2024, constrói e regula os discursos sobre o aborto enquanto direito reprodutivo, considerando as formações discursivas jornalísticas, as relações de poder e os atravessamentos de gênero, classe e raça? Ao buscar respostas para essa pergunta, pretende-se compreender quais sentidos são produzidos sobre o aborto, quais sujeitos são autorizados a falar e em que condições esse discurso é legitimado ou interditado. Além disso, objetiva-se refletir sobre o lugar ocupado pelo jornalismo feminino — aqui representado por uma revista de ampla circulação — na cobertura de temas politicamente sensíveis, como o aborto, e investigar em que medida esse tipo de jornalismo contribui para o debate público sobre a cidadania reprodutiva das mulheres.

O período compreendido entre os anos de 2022 e 2024 foi escolhido por seu caráter politicamente estratégico no contexto brasileiro recente. Em 2022, ano eleitoral, o debate sobre os direitos reprodutivos, especialmente o aborto, voltou à cena pública com intensidade,

marcado por embates ideológicos que refletiram o antagonismo entre projetos políticos conservadores e progressistas. A troca de governo, com a eleição de um presidente identificado com pautas de ampliação de direitos, marca 2023 como um ano de transição discursiva nas esferas institucionais e na mídia, com reposicionamentos simbólicos sobre determinados temas. O ano de 2024, por sua vez, representa a continuidade e desdobramento dessas tensões, permitindo à pesquisa observar tanto a persistência de determinadas formações discursivas quanto o surgimento de possíveis deslocamentos. Assim, o recorte temporal contempla um ciclo discursivo que compreende a intensificação do debate público, a alternância de poder e a reformulação de políticas e narrativas em torno dos direitos reprodutivos.

A escolha da revista *Marie Claire* como objeto de análise também se ancora em critérios teóricos e metodológicos relevantes. A publicação ocupa posição consolidada no campo da imprensa feminina e do jornalismo de revista no Brasil, sendo reconhecida por pautar temas relacionados aos direitos das mulheres com frequência e visibilidade. As revistas, enquanto suporte jornalístico, possuem papel histórico na construção de imaginários sociais, atuando não apenas como espaços de informação, mas também de mediação cultural e de reforço (ou contestação) de normas sociais (Schwaab; Tavares, 2009). No caso da *Marie Claire*, a combinação entre jornalismo de interesse feminino, apelo comercial e engajamento com pautas contemporâneas torna a publicação um objeto pertinente para compreender como o discurso sobre o aborto é estruturado, legitimado ou silenciado dentro de uma mídia que articula elementos informativos e pré-determinados moral ou socialmente. Ao analisar essa revista, busca-se entender não apenas o conteúdo das matérias, mas os regimes de verdade e as estratégias discursivas que condicionam a circulação de sentidos sobre o corpo, a sexualidade e os direitos das mulheres.

A partir dessa escolha teórica e metodológica, a estrutura do trabalho organiza-se em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta um panorama sobre a trajetória do movimento feminista e sua relação com a mídia, situando as transformações nas agendas feministas ao longo do tempo e as disputas por representação no campo comunicacional. O segundo capítulo retoma a evolução histórica da imprensa feminina, com atenção às estratégias editoriais adotadas por revistas voltadas ao público feminino e seus efeitos na construção das identidades de gênero. O terceiro capítulo discute as especificidades do jornalismo de revista, suas formas narrativas e sua posição no sistema midiático brasileiro, considerando o papel desse segmento na mediação de temas politicamente disputados. O último capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, com foco na Análise

de Discurso, e desenvolve a análise das matérias da revista *Marie Claire*. Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais reflexões do estudo, destacando os sentidos produzidos sobre o aborto, os limites e as possibilidades do jornalismo de revista no tratamento do tema, e as implicações desse discurso para o debate público sobre os direitos reprodutivos no Brasil.

Com essa estrutura, pretende-se oferecer uma contribuição para os estudos sobre mídia, gênero e direitos reprodutivos, analisando criticamente a forma como o discurso jornalístico constrói, reproduz ou tensiona significados em torno do aborto. Ao observar as estratégias narrativas e discursivas da imprensa feminina, este trabalho busca ampliar a compreensão sobre o papel do jornalismo na formação de sentidos sociais e na disputa por agendas públicas em contextos de conflito político e moral.

2 **TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA E A INSERÇÃO DAS MULHERES NA MÍDIA**

Uma das definições mais abrangentes e divulgadas sobre o que é o movimento feminista, passa pelo entendimento de que se busca a igualdade de gênero. Entretanto, esta definição é questionada por diversos grupos dentro do movimento, isso porque esta breve definição deixa de considerar questões de classe e raça, por exemplo (hooks, 2019). Questionar a posição da mulher na sociedade patriarcal não é mais suficiente para se ter uma discussão adequada sobre o feminismo. Segundo bell hooks (2019), a falta de definição do discurso feminista é um problema que mostra a incapacidade do feminismo em abranger todas as categorias femininas. Buscar a igualdade entre homens e mulheres diz respeito a um tipo de feminismo liberal, que reforça problemáticas vindas de um sistema, não apenas patriarcal, mas também capitalista e supremacista. Em alguns momentos, a história do feminismo tem certa dificuldade em ser delimitada no tempo histórico, já que as teorias acabam não seguindo a mesma linha temporal. Neste trabalho, escolhemos trazer tempos aproximados, no entanto, entende-se que pode haver contradições.

Sabe-se que boa parte dos direitos conquistados em prol das mulheres são resultado de lutas feministas. Dentro da dinâmica social, ainda é possível ver muitas mulheres que apoiam causas voltadas aos direitos da mulher e preferem não estar ligadas ao nome do movimento feminista. Para hooks (2019), esta é apenas uma das consequências que a falta de definição tem causado.

O problema é que a criação de uma terminologia desvinculada da atividade política organizada tende a reforçar a relutância daquelas mulheres que porventura já estejam inseguras acerca de sua adesão ao feminismo. De resto, esse tipo de problematização revela mais uma benevolente aceitação de definições distorcidas do que uma reivindicação por redefinições. As mulheres podem apoiar causas específicas ao mesmo tempo que se mantêm apartadas do que entendem ser o movimento feminista (hooks, 2019, p.46).

Ao longo da história, a população foi desinformada sobre o feminismo. O movimento foi alvo de campanhas que deturpavam os seus objetivos, o que fez com que homens e mulheres acreditassem ser um inimigo a se combater, sem considerar que a cada época e local, diferentes tipos de feminismo aparecem e acontecem. “É preciso mostrar que feminismo tem uma longa história como movimento social emancipatório. Este é um discurso capaz de impugnar, criticar, desestabilizar e mudar essa relação injusta por conta de sua força crítica” (Garcia, 2015, p.9).

O termo “feminismo”, no contexto contemporâneo, surgiu aproximadamente em 1911, nos Estados Unidos, quando escritores utilizavam como um sinônimo para “movimento das

mulheres”. Garcia (2015) busca uma definição para o feminismo, que parte da consciência das mulheres como coletivo, das opressões, dominações e explorações dos homens, em diferentes fases históricas. Com isso, faz-se o movimento de busca pela liberdade de seu sexo e de transformações na sociedade. A partir disso, a autora coloca o feminismo como articulador de filosofia política e, ao mesmo tempo, movimento social. Entretanto, as primeiras aparições de assuntos sobre o feminismo datam do século XV, segundo Tavares (2012). “O feminismo nasce no século XVIII com o iluminismo e a modernidade, em sinal de protesto pelo fato de as mulheres terem sido excluídas da cidadania” (Tavares, 2012, p.521).

Para hooks (2019), a visão apolítica que o sexismo impõe ao feminismo impede uma visão e experiência que considera o coletivo e o individual das mulheres. A visão de que o masculino seria o inimigo do feminismo impede a verdadeira reflexão sobre as desigualdades de gênero, raça e classe. No texto, a autora diz que, caso esta visão simplista não seja deixada de lado, deixa-se espaço para a dominação de um feminismo branco e burguês. O feminismo é exatamente a força para acabar com a opressão sexista, sem beneficiar um grupo específico de mulheres. Para além da falta de consenso sobre uma definição, o feminismo se fez presente em diferentes momentos da sociedade, carregando pautas que modificam os contratos sociais e influenciam na vida de milhares de mulheres.

A participação do movimento feminista na luta por direitos é extremamente relevante e em território brasileiro não poderia ser diferente. Ainda no Brasil Colônia (período que vai de 1500 a 1822) já havia relatos de mulheres que buscavam direito à vida, educação e livre acesso ao mercado de trabalho (FAHS, 2016). Entretanto, foi somente no Império (1822 a 1899) que elas puderam ter acesso à educação², ainda muito precária e com certas dificuldades (Rosa, 2020). Na República Velha (1889 a 1930) as mulheres puderam entrar no mercado de trabalho, principalmente na indústria têxtil e de modo informal, buscavam a igualdade salarial.

Em 1910 é criado o Partido Republicano Feminino (PRF), considerado o primeiro partido feminista no Brasil. O principal objetivo do grupo era promover a cooperação feminina, combater a exploração relativa ao sexo e reivindicar o direito ao voto. O direito ao voto ocorre somente em 1932 (AGÊNCIA CÂMARA, 2020), durante o governo do presidente Getúlio Vargas (1930 - 1945), consolidado junto à Constituição Brasileira. Em 1940, as mulheres conquistaram o direito ao aborto seguro em duas situações, quando a vida da gestante estivesse em risco ou em casos de estupro. Esta era uma novidade dentro do Código Penal Brasileiro, já

² É na Constituição de 1823, que a educação para as mulheres tem as suas primeiras aparições (ROSA, 2020).

que o tema aparece como lei desde os anos 1830. Neste período já existiam penalidades para quem provocasse abortos, neste caso, a gestante não era penalizada. Em 1890 foi a primeira vez em que a legislação começou a punir criminalmente também a mulher que praticasse o aborto (Hentz, 2013).

Foi em 1962 que as mulheres casadas passaram a poder trabalhar sem a autorização do marido³. Na década de 1980, foram implantadas as primeiras políticas de gênero, a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher surge em 1985, em São Paulo (CRIAÇÃO..., 2015). Em 2003 é criada a Secretaria de Políticas para a Mulher (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, [s.d.]) e instituído o Ligue 180, canal de denúncias de casos de violência contra a mulher⁴. Logo após, em 2006, é criada a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Apenas em 2015 é sancionada a lei que qualifica como crime de Feminicídio os homicídios realizados contra a mulher em razão de gênero (BRASIL, 2015).

2.1 DO FEMINISMO PRÉ-MODERNO À CONTEMPORANEIDADE

Um dos primeiros movimentos registrados do feminismo foi categorizado como o feminismo pré-moderno, momento em que a mulher era considerada “naturalmente inferior aos homens”, dito por nobres e integrantes da igreja. Entretanto, este também é o momento em que a educação ganha importância para a alta sociedade, fala-se de aproximadamente século XVI, em que novas pautas são introduzidas. As mulheres que participam deste momento eram aquelas que já tinham certo contato com a burguesia: filhas, irmãs e sobrinhas dos homens cultos (Garcia, 2015).

Garcia (2015) ainda nomeia a primeira escritora profissional e editora, Cristiane de Pizan (1362-1431), que fez importantes escritos durante o período. Pizan atribui ao feminismo os primeiros direitos que as mulheres teriam posteriormente acesso, o reconhecimento enquanto sujeito, com a dignidade e qualidades como inteligência, força, valor e criatividade. No século XVIII, começavam os questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade; as transformações econômicas pediam esta pauta, já que as mulheres abriam espaço para uma participação mais ampla nas questões políticas, econômicas e culturais. Três nomes se destacam

³ Em 1962 foram revogados mais de 10 artigos do Código Civil com a Lei nº 4.121/1962 (popularmente chamada de Estatuto da Mulher Casada) (BRASIL, 1962).

⁴ O Ligue 180 foi uma das primeiras ações da Secretaria de Políticas para a Mulher e é um canal de denúncias ainda disponível no Brasil. A lei foi aprovada em 2003 e implementada em 2005 (BRASIL, 2003).

em Veneza: Lucrécia Marinelli, Moderata Fonte e Arcângela Tarabotti, elas defendiam a igualdade e retratavam cenas vividas pelas mulheres da época.

Ainda no contexto do feminismo pré-moderno, destaca-se de maneira singular a contribuição de Mary Wollstonecraft (1759–1797), autora britânica que inaugurou uma nova fase na reflexão sobre os direitos das mulheres. Sua obra *A Reivindicação dos Direitos da Mulher*, publicada em 1792, é considerada um marco fundacional do pensamento feminista moderno, ao articular de maneira sistemática a crítica à exclusão das mulheres da cidadania plena com uma defesa da igualdade racional entre os sexos. Wollstonecraft insere-se em um momento histórico de efervescência política e filosófica, marcado pela Revolução Francesa e pelo Iluminismo europeu, em que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade estavam sendo amplamente discutidos — mas não estendidos às mulheres (Miranda, 2010).

Na obra, a autora argumenta que a suposta inferioridade feminina não é natural, mas socialmente construída, tendo como base a educação desigual e a cultura da submissão. Ela denuncia que, ao serem educadas apenas para agradar e servir aos homens, as mulheres são impedidas de desenvolver plenamente suas faculdades racionais e morais. Um de seus enunciados mais emblemáticos expressa a essência de sua proposta: “Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas” (Wollstonecraft, 2016, p. 87). Essa formulação antecipa a noção de autonomia feminina como condição para a emancipação, enfatizando a necessidade de reformar as estruturas sociais e educacionais. Wollstonecraft critica diretamente pensadores como Jean-Jacques Rousseau, que defendiam a educação das mulheres em função de sua utilidade doméstica, em um dos trechos da obra ela denuncia o aprisionamento simbólico imposto pelo ideal de feminilidade:

Ensinadas desde a infância que a beleza é o cetro da mulher, a mente se adapta ao corpo e, vagando numa gaiola dourada, só procura adornar sua prisão. Os homens têm várias ocupações e objetivos que prendem sua atenção e dão caráter à mente aberta; mas as mulheres, confinadas a uma única ocupação, com seus pensamentos constantemente dirigidos para a mais insignificante parte de si mesmas, raramente estendem suas reflexões além do triunfo do momento (Wollstonecraft, 2016, p. 66).

A contribuição de Wollstonecraft foi fundamental para deslocar o debate sobre os direitos das mulheres do campo moral para o campo político e educacional. Sua proposta de igualdade racional entre os sexos e sua crítica à exclusão das mulheres do espaço público estabeleceram as bases teóricas para os movimentos feministas posteriores. A obra também marcou uma transição entre o feminismo pré-moderno — ainda restrito a grupos letrados e à crítica pontual — e as primeiras manifestações do feminismo moderno, mais organizadas politicamente. Como apontam Miguel e Biroli (2010), Wollstonecraft introduziu uma visão de

cidadania feminina que exigia não apenas inclusão formal, mas também o reconhecimento das mulheres como sujeitos morais e políticos.

Da perspectiva de Zirbel (2021), sobre a evolução do movimento feminista, a autora traz que as ondas do feminismo são um conjunto de fenômenos orgânicos e contínuos, com as ações de milhares de mulheres, em diferentes locais, de distintas etnias, gerações e visões de mundo. A metáfora das ondas do feminismo surgiu a partir do artigo *A segunda onda feminista*, de Martha Weinman Lear, publicado no jornal *The New York Times*. No texto, Lear fala a respeito das mulheres que lutaram pelo direito ao voto, durante o final do século XIX e início do XX. Em 1992, Rebecca Walker publicou o ensaio *Tornando-se a terceira onda*, em que dizia que a luta feminista estava longe de acabar. Com isso, a ideia das ondas do feminismo foi se espalhando e ganhando mais força. Entretanto, Zirbel (2021) observa que esta é uma teoria que pode desconsiderar alguns pontos importantes, como a luta de classes, já que essa narrativa acaba privilegiando a ação de feministas brancas da classe médias estadunidenses e ativistas brancas da Europa, principalmente inglesas e francesas.

Um estudo mais amplo das lutas feministas pelo mundo e ao longo do tempo nos mostra que mulheres de variadas etnias e classes, de diferentes gerações, nacionalidades, orientação sexual, constituição física (etc.) estiveram em diálogo umas com as outras ao longo dos séculos [...] Nenhuma onda formou-se por conta de uma única perspectiva ou por meio da ação de um único grupo, ainda que, em algum dado momento, vários grupos de mulheres tenham decidido lutar em conjunto para potencializar algum ponto presente em suas pautas (Zirbel, 2021, p.3).

De perspectiva mais global, o ocidente viveu pelo menos três ondas feministas, segundo Zirbel (2021). Entretanto, não há um consenso sobre as datas de cada momento e mesmo sobre a caracterização das ondas. Considerada a primeira obra feminista, *Sobre a igualdade entre sexos* (1673), de Poulin de la Barre, inaugura o momento em que a guerra entre homens e mulheres é deixada um pouco de lado para se dar a possibilidade da reflexão sobre a igualdade – aqui fala-se do início da primeira onda do feminismo (Garcia, 2015). Em meio à Revolução Francesa, os debates sobre cidadania são colocados em jogo. “Apesar da misoginia presente no pensamento filosófico da maior parte dos intelectuais da época, toda mudança política que supôs a Revolução Francesa, teve como consequência o nascimento do feminismo e ao mesmo tempo sua absoluta rejeição e violenta repressão” (Garcia, 2015, p.31).

Durante este período, é forte a presença feminina nos atos revolucionários, seja nas frentes de batalhas ou pela intelectualidade, a reivindicação por direitos sociais era presente. A fase do feminismo pré-moderno, portanto, pode ser vista como um período de mobilização crescente, onde as mulheres começaram a questionar publicamente sua posição na sociedade e

a organizar-se para exigir mudanças concretas, isto ainda antes das chamadas “ondas”. Este movimento foi fundamental para abrir caminho para as conquistas que se seguiriam nas décadas posteriores, estabelecendo as bases para as futuras ondas do feminismo.

Pode-se dizer que a primeira grande onda feminista, de modo mais global, foi identificada por movimentos de massa das mulheres, do final do século XIX e início do século XX, e marcada principalmente pela luta pelo direito ao voto. Esta fase apareceu marcada em diversos países da Europa e das Américas, assim como Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Bulgária, Ucrânia e Hungria. Segundo Zirbel (2021) estas lutas ocorreram em meio à criação de associações de mulheres, panfletagem, publicações em jornais e greves.

Os temas de discussão e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e melhorias das condições de trabalho assalariado, ao acesso à educação formal e a um currículo escolar que não fosse voltado às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.) dentre outros (Zirbel, 2021, p. 5).

Este é o momento de busca por emancipação política e econômica da mulher, outros movimentos também ganham força, sendo resposta aos problemas da revolução industrial e ao capitalismo. A tendência igualitária predominou nos discursos das mulheres burguesas até as socialistas. Principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, o processo de urbanização e industrialização delinearam estratégias diante da nova realidade (Garcia, 2015).

Nos Estados Unidos um dos principais assuntos foi a luta pela abolição da escravidão, que foi orientada por mulheres, as mesmas que já haviam participado das ações em favor da independência do país. Com bases religiosas que concediam à mulher o direito de ser letrada e de ser representante de certos grupos, as mulheres deste período trouxeram conquistas como o documento que serviu de modelo para a Declaração de Independência dos Estados Unidos, junto com a luta por espaço e participação dentro da política. No século XIX, pode-se dizer que o casamento era sinônimo de status social para os homens, tirando mulheres da pobreza, porém também as mantinha enclausuradas e à parte da educação e profissionalização. Já as mulheres que estavam dentro da lógica capitalista e detinham trabalhos nas indústrias eram consideradas mão de obra barata e ainda estavam necessariamente inferiores ao sexo masculino (Garcia, 2015).

Figuras como Margaret Sanger e Loretta Ross, nos Estados Unidos, foram pioneiras na defesa dos direitos reprodutivos. Sanger fundou a primeira clínica de controle de natalidade nos EUA em 1916 e enfrentou processos judiciais por divulgar informações sobre contracepção

(Wardwell; Meehan, 1980). Ross, por sua vez, é uma das principais articuladoras do conceito de “justiça reprodutiva”, que amplia a noção de direitos reprodutivos ao considerar as intersecções entre raça, classe e gênero. Atuando desde os anos 1970, Ross contribuiu para a fundação da organização SisterSong e vem influenciando o debate feminista contemporâneo com uma perspectiva interseccional, enfatizando o direito das mulheres, especialmente negras e pobres, de ter filhos, não ter filhos e criar seus filhos em segurança e com dignidade (Nelson, 2010).

Na segunda onda do feminismo, as mulheres ocuparam postos de trabalho que antes eram apenas lugares masculinos, também era um momento em que as políticas envoltas à maternidade surgiam. Outros assuntos também estavam em alta neste período – delimitado por volta das décadas de 1960 e 1980 – como sexualidade, prazer feminino, direitos reprodutivos, saúde da mulher, violência doméstica, estupro e até mesmo trabalho doméstico não remunerado (DOMINGOS, 2020), este período está delimitado por volta das décadas de 1960 e 1980. Algumas das principais autoras do feminismo que se destacaram foram Simone de Beauvoir com o a publicação do livro *O segundo Sexo* e Betty Friedan, que publicou *A mística feminina*. Angela Davis também foi um nome de destaque neste período, com a discussão sobre racismo e preconceito de classes dentro do feminismo. O seu livro, *Mulheres, raça e classe* foi um marco nas discussões sobre questões de raça e classe.

Ainda durante este período de segunda onda do feminismo, esta é uma das primeiras manifestações com mais força, nos países latino-americanos. As ditaduras militares implantadas em diversos destes países levaram o conservadorismo a ser intensificado, junto com a censura e a violência. “Reuniões públicas foram proibidas ou eram vigiadas, impedindo a organização de muitos grupos. Por conta disto, a luta contra a ditadura foi um dos elementos centrais dos feminismos latino-americanos” (Zirbel, 2021, p.17-18). Da mesma forma que anteriormente, as mulheres de outras classes e identidades raciais tinham pautas diferentes dos assuntos abordados pelas mulheres brancas e de classe média. Na década de 1960, aparece com mais evidência também a necessidade de se falar sobre um feminismo negro.

Sarti (1998) fala que, apesar de no Brasil o movimento sufragista não ter a mesma força do que foi nos Estados Unidos, o feminismo brasileiro trouxe característica plural e interclasses. No país, o feminismo teve adesão a partir das reivindicações das camadas urbanas de classe mais elevada. “[...] Mas desenvolveu-se segundo as circunstâncias locais, tornando-se um movimento com características próprias, procurando considerar a heterogeneidade da situação da mulher brasileira” (Sarti, 1998, p. 2). A relação do feminismo nas classes mais altas e as mais

baixas era de troca, em que uma influenciava a outra. A igreja católica aparece como oposição ao movimento feminino e dificultador do alcance às camadas mais populares. Apesar disso, alguns grupos de dentro da igreja se colocavam a postos ao enfrentamento ao regime militar, o que formava alianças até certo ponto. “As questões que implicavam uma confrontação com a Igreja – por exemplo, aborto, sexualidade ou planejamento familiar – permaneceram no âmbito privado discutidas em pequenos grupos, mas sem expressão pública” (SARTI, 1998, p. 3). A verdadeira adesão das camadas populares ao movimento acontece por volta de 1980, com a redemocratização do Brasil. Aparecem também o movimento contra o racismo. Na década de 1984, uma vitória consolidada do movimento feminista é a inclusão dos direitos da mulher na Carta Constitucional, pelo Conselho Nacional da Condição da Mulher (Alves; Alves, 2013).

O movimento feminista na América Latina possui uma trajetória particular, marcada por articulações com lutas sociais mais amplas, como as pela democracia, pelos direitos humanos e pela justiça social. Ao longo do século XX, as reivindicações femininas se conectaram às resistências contra regimes autoritários, desigualdades de classe, racismo e colonização, conformando um feminismo com características próprias, não necessariamente alinhado ao feminismo liberal europeu ou estadunidense. Nesse sentido, diversas autoras latino-americanas destacam que o feminismo na região sempre esteve inserido em um contexto de opressões múltiplas e atravessado por condições estruturais históricas, como a pobreza e a violência de gênero (Alvarez, 1990; Miñoso, 2023).

Na Argentina, o feminismo ganhou força sobretudo próximo da década de 1980 com o retorno da democracia e a consolidação das “Madres de Plaza de Mayo” (ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO, [s.d.]), um movimento de mães em busca de seus filhos desaparecidos durante a ditadura militar. O país se tornou um dos epicentros das mobilizações feministas na região, especialmente com a campanha “Ni Una Menos” e com a luta pela legalização do aborto, conquistada em 2020. Conforme analisa Lopreite e Gustá, (2021), o feminismo argentino se caracterizou por diálogos entre ativismo de base e incidência institucional.

[...] a crescente conscientização social sobre feminicídios, juntamente com o crescimento significativo da Campanha pelo Aborto Legal, especialmente entre mulheres jovens, levou à grande marcha "Nenhuma a Menos" em junho de 2015. Este evento marcou uma reviravolta no impacto, intencional ou não, sobre a autonomia das mulheres. Com as questões de igualdade de gênero na agenda pública e um ator social com presença de rua incomparável, houve forte pressão sobre as instituições públicas

para que dessem respostas mais amplas (Lopreite; Gustá, p.305, 2021, tradução própria).⁵

No México e em outros países da América Central, o feminismo se consolidou com forte atuação nas lutas contra a violência doméstica e o feminicídio, impulsionado por redes transnacionais de mulheres e por organizações locais. A cidade de *Ciudad Juárez*, por exemplo, se tornou símbolo da luta contra o feminicídio na América Latina. Conforme Lagarde y de los Ríos (2024), a noção de "feminicídio" tem sido trabalhada por setores do feminismo latino-americano como uma importante contribuição teórico-política, influenciando debates legais e políticas públicas voltadas à violência de gênero na região. A autora em questão, cunhou o termo feminicídio para descrever a situação da cidade mexicana e com seus estudos alcançou a criação de uma Comissão Especial sobre Feminicídio no Congresso do país.

O que se conhece como a terceira onda do feminismo, pode-se dizer que foi iniciada nos Estados Unidos, em um período em que a mídia rotulava uma geração “pós-feminista”, em que se dizia terem alcançado todos os objetivos da luta por direitos das mulheres. Kimberlé Crenshaw também tem destaque nesta fase, introduzindo o conceito de interseccionalidade, apesar deste tema já ter sido carregado por outras teóricas norte americanas como Angela Davis e bell hooks. O texto de Rebecca Walker (1992) falava sobre sexismo presente no início da década: “Feministas latinas, negras, revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo, antipornografia (dentre outras) fomentaram o debate feminista por todo o século XX, evidenciando a grande diversidade do feminismo (de indivíduos, grupos, pautas, estratégias)” (Zirbel, 2021, p.22). Na virada do século, foi possível identificar a forte presença de manifestações feministas em todos os continentes, é o período que a atuação passa também para as redes sociais. Nos países da América Latina os temas pelos quais lutam por momentos se aproximam ou distanciam. Todavia, “[...] pautas seguiram sendo comum à maioria: a luta contra a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho, as jornadas duplas ou triplas, os privilégios masculinos” (Zirbel, 2021, p.23).

2.2 FEMINISMO E MÍDIAS NO BRASIL

⁵ [...] la creciente sensibilidad social respecto de los feminicidios, junto con el expresivo crecimiento de la Campaña por el aborto legal, especialmente entre las jóvenes, llevó a la masiva marcha “Ni Una Menos” en junio de 2015. Este evento marcó un punto de inflexión en la incidencia, buscada o no intencional, sobre la agenda de las mujeres. Con los temas de igualdad de género en la agenda pública y un actor social con una presencia callejera sin paralelo, se produjo una fuerte presión sobre la institucionalidad pública para dar mayores respuestas. (Lopreite; Gustá, p. 305, 2021).

No contexto brasileiro, na Constituição de 1824, período inicial da organização do Estado brasileiro, as mulheres ainda permaneciam sem direito ao voto. Muitos pensadores da época defendiam o fato de que o lado feminino da sociedade não tinha independência do marido, seja econômica ou de formação de opinião. Como a maior parte da população era rural e não tinha acesso à educação, pode-se dizer que isso se intensificava para as mulheres. Ainda assim, o principal meio de comunicação eram as mídias impressas. “Nesse ambiente, qualquer grupo com pretensão de se apresentar à sociedade com novas ideias buscava a imprensa para se expressar, para formar uma opinião pública a seu favor. Evidentemente isso ocorria no Brasil nos limites estritos de uma classe média urbana e culta” (Pinto, 2003, p. 29).

O feminismo brasileiro desta época tem como característica o fato de ser carregado por mulheres que tinham acesso a esta educação, que era restrita a classes altas, e muitas vezes, podiam estudar fora do país. De fato, a imprensa feminista se concentrava em pequenos jornais, que duravam poucas edições. Algumas destas mulheres conseguiam furar esta bolha e chegar até a imprensa tradicional, publicando artigos de opinião (Pinto, 2003). Desde os primórdios do feminismo, há prevalência dos discursos brancos e de classes privilegiadas, na mídia não foi diferente. Segundo Lago (2022) “[...] os produtos midiáticos estão hegemonicamente localizados no lado da construção cotidiana e sistemática de um gênero binário (homem vs. mulher) hierarquizado, privilegiando a orientação sexual heterossexual [...]” (Lago, 2022, p.69).

Por mais que as primeiras reações do feminismo no Brasil datem do século retrasado, pode-se dizer que fazem parte da história recente do país. As manifestações feministas na imprensa vão contra a maré das relações de poder dominantes e misóginas. Mendez (2007) diz que “Abordar as relações do feminismo com a imprensa é, sem dúvida, tratar de uma relação de poder. A imprensa brasileira tem apresentado (de forma majoritária) um comportamento refratário aos ideais feministas” (Mendez, 2007, p. 270). Segundo a autora, nas últimas décadas do século XIX houve maior empenho em discutir o papel social da mulher de forma explícita na imprensa brasileira. De toda forma, a imprensa também era responsável por críticas ao feminismo, fosse respaldado pela elite ou não. A mulher que não cumpria com o papel de mãe e esposa, estaria provocando desequilíbrio na ordem natural da sociedade. Por isso, imprensa e ciência estavam unidas contra o movimento feminista.

Havia, naquele contexto [décadas de 1960-1980], um conjunto de pensadoras, ainda poucas, que passaram a elaborar questionamentos voltados a compreender quais foram os papéis sociais femininos e masculinos ao longo da História do Brasil e como esses papéis preestabelecidos se refletiram em condições de vida singulares e

desiguais para homens e mulheres. Mais do que repensar a História, tais reflexões colocavam em xeque o conhecimento socialmente acumulado acerca da população feminina, problematizando sua inserção socioeconômica, os espaços destinados à mulher no mercado de trabalho, o acesso à educação, a uma participação política qualificada, as relações familiares e interpessoais (Mendez, 2007, p. 274).

É a partir de 1970 que o movimento feminista no Brasil busca garantir maior legitimidade, acompanhando e debatendo ideias que marcaram o feminismo em outros países. Surgem nesta fase, publicações para discutir os rumos da luta feminina no país, destacam-se os jornais *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987). Para Woitowicz (2006), os jornais se destacam pela contribuição histórica e de luta. “tiveram uma inegável contribuição no debate em torno da necessidade de enfrentar novos desafios em uma sociedade marcada pela diferença entre os sexos, fortalecendo assim diversas reivindicações baseadas no ‘novo feminismo’ (Woitowicz, 2006). A necessidade de dialogar e provocar mudanças vai ao encontro do fortalecimento da representatividade do movimento.

Além disso, abordagem dos direitos reprodutivos na imprensa feminina desempenhou um papel significativo na busca da autonomia das mulheres sobre seus corpos e decisões reprodutivas. No Brasil, a partir da década de 1970, as duas publicações foram responsáveis por discutir temas como aborto, contracepção e planejamento familiar, inserindo essas questões na agenda pública e desafiando normas sociais estabelecidas (Leite, 2003). A introdução da pílula anticoncepcional no Brasil, em 1962, representou um marco na transformação das relações de gênero e na autonomia das mulheres sobre seus corpos. Embora inicialmente restrita a camadas mais favorecidas da população, a contracepção passou a ser tema recorrente em revistas femininas, que discutiam seus impactos na vida cotidiana, nas relações conjugais e na saúde das mulheres (Batista, 2024)

Mendez (2007) lembra que mesmo os veículos de linhagem progressista, vez ou outra, ironizavam o movimento feminista, com charges e ironia, utilizando de adjetivos como “masculinizadas”, “feias” e “despeitadas”. Ao mesmo tempo em que estes meios de comunicação eram efetivamente contra a ditadura militar e outros regimes, utilizavam de piadas que iam ao encontro com o pensamento conservador das elites brasileiras sobre a mulher na sociedade.

Essa postura de desqualificação era (e de certa forma ainda permanece) sendo muito naturalizada nos meios de comunicação acadêmicos e políticos. E quando, eventualmente, alguma mulher protesta contra a utilização do humor e do sarcasmo para debater ou comentar as ideias feministas, acaba sendo qualificada por seus pares como uma “radical”. No entanto, a ironia pode ser apontada como uma das formas mais eficazes de negar a legitimidade necessária no campo do saber e no campo político, pois aquilo que é motivo de escárnio jamais será devidamente reconhecido

como uma questão social pertinente. Tal estratégia, consequentemente, pode ser compreendida como uma atitude que se enquadra dentro das relações de força que pautam os campos sociais e que fazem parte dos mecanismos de revogação da validade do feminismo como uma proposição capaz de analisar a realidade social (Mendez, 2007, p. 278).

Independentemente da vertente ideológica do veículo, utilizar de adjetivos para falar sobre o feminismo estava dentro do vocabulário padrão do jornalismo. A banalização do discurso feminista colocava a ideia de que as mulheres odiavam aos homens, entretanto, apesar das reações negativas da imprensa, as pautas feministas eram assunto frequente nos jornais e revistas, mostrando a importância que o discurso tomava. Para Mendez (2007), a presença dos temas discutidos pelo feminismo não significa que as pautas estão sendo discutidas, muito menos uma absorção das reivindicações. Ao mesmo tempo que esta imprensa vendia o feminismo, pois é tema de interesse do público leitor, reforçava questões que não contribuíam para as causas.

As mulheres carregam o conceito de minoria em todos os quesitos, seja no período histórico que for. Lago (2022), - citando Global Media Monitoring Report (GMMP), mapeamento realizado pela World Association for Christian Communication (Waac) em parceria com a ONU Mulheres - aponta que elas não só aparecem menos na mídia como autoras, como também como fontes especialistas.

Apenas 25% das notícias têm mulheres como autoras ou fontes. [...] indicam que, das menos de 30% das notícias que trazem a presença das mulheres, estas são majoritariamente ligadas à política (GMMP, 2021). A grande maioria das mulheres que aparecem nas notícias (59%) falam sobre experiências pessoais, e 43% falam sobre algo que viram, ou seja, não são fontes consultadas como especialistas, mas, sim, geralmente circunscritas às experiências privadas, enquanto os homens respondem majoritariamente pela arena pública (GMMP, 2021; Lago, 2022, p. 70).

Ao levar em conta este contexto, é possível olhar para o desenvolvimento da imprensa e do movimento feminista no século XXI. Com a perspectiva da mulher forte, que não renuncia à sua feminilidade, os jornais e revistas ganharam um aliado, o discurso publicitário, que convence e gera renda. Aqui, o papel da mulher se adaptou: esposa, mãe, feminina e trabalhadora são as novas qualidades da mulher moderna. Mendez (2007) fala que esta relação com a imprensa brasileira não é linear e acaba mudando de acordo com o tempo. Para entender esse relacionamento é preciso levar em conta as tensões sociais e intelectuais.

Nesse cenário de transformações sociais e culturais, compreender a trajetória do feminismo e sua relação com a imprensa permite contextualizar os discursos atuais veiculados por revistas femininas como a *Marie Claire*. A historicidade dos movimentos feministas, suas

disputas internas e externas, bem como os avanços e retrocessos em termos de visibilidade e reconhecimento social, ajudam a identificar os elementos que sustentam — ou tensionam — os discursos contemporâneos sobre os direitos das mulheres. Nesse sentido, o resgate histórico do feminismo não apenas delimita marcos temporais, mas também evidencia como o discurso sobre o corpo feminino, a sexualidade e o aborto foi sendo disputado, institucionalizado ou silenciado em diferentes momentos históricos.

Ao lançar luz sobre essa trajetória, torna-se possível reconhecer as permanências e os deslocamentos nas representações feministas nos meios de comunicação. A imprensa feminina, em especial, desempenha papel central na mediação desses sentidos, frequentemente apropriando pautas feministas de forma seletiva ou adaptada ao modelo comercial e à lógica do consumo. É nessa chave que se insere o interesse desta pesquisa: compreender como a *Marie Claire*, enquanto revista consolidada no mercado editorial brasileiro, reproduz ou transforma discursos sobre o aborto — tema historicamente vinculado à luta feminista e, ao mesmo tempo, atravessado por disputas morais, religiosas e jurídicas.

3 IMPRENSA FEMININA E SUAS REPRESENTAÇÕES

3.1 SÉCULO XIX: PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO FEMININO

O letramento feminino poderia ser considerado heresia até o século XVII. A leitura estava restrita apenas aos homens nobres da sociedade, ganhando característica de status social. O surgimento da imprensa feminina, no início do século XIX, trouxe a consciência de que mulheres são um público ativo e consumidor. “Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois o senso comum patriarcal se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças de comportamento que daí podiam advir” (Duarte, 2016, p. 25).

Entretanto, este não é um público apenas consumidor, mas também gerador de demanda e de publicidades. Dulcília Buitoni (1986) e Constância Duarte (2016) trazem que esta é uma imprensa com público muito bem definido e separado pelo seu sexo. Além disso, estes impressos acabavam se destinando às poucas brasileiras que de fato tinham instrução, muitas vezes básica, para consumir literatura, teatro e outras manifestações artísticas. “Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e princípios morais, o suficiente para formar a mulher que o discurso senhorial prescrevia: educada, meiga, acomodada” (Duarte, 2016, p.26).

Esta sociedade que impunha dicotomias à população - enquanto homens iam à escola e eram preparados para o trabalho, mulheres eram destinadas a servir suas famílias - estava presente em muitos momentos nos jornais e revistas até pouco mais da metade da década de 1880. Segundo Duarte (2016), alguns dos veículos de comunicação estavam empenhados em acompanhar as transformações no corpo social e defendiam o direito das mulheres, já outros focavam em características como a delicadeza e fragilidade para produzir os seus conteúdos.

O movimento de criação de veículos feministas começa a se fazer mais presente por volta de 1870, na tentativa de minimizar as pressões sentidas pelas mulheres na sociedade e na luta por direitos mais igualitários. Estas tensões são sentidas dentro das redações, que alcançam cada vez mais direcionamentos políticos e ideológicos nas publicações voltadas às mulheres. Estas características começaram a dar forma ao que conhecemos como revistas femininas no século XXI (Duarte, 2016).

Para Buitoni (2009, p.21), desde os primórdios da imprensa feminina “à primeira vista, receitas de culinária, conselhos de beleza, contos de amor e outros assuntos” são comuns a estas publicações e são consideradas neutras perante os veículos de comunicação. Segundo a autora, é necessário sair da superficialidade para analisar de forma coerente estas publicações. “[...]”

veremos que a imprensa feminina é mais “ideologizada” que a imprensa dedicada ao público em geral. Sob a aparência da neutralidade, a imprensa feminina veicula conteúdos muito fortes” (Buitoni, 2009, p.21), pois, acaba por reforçar padrões estéticos, comportamentais e morais. Buitoni (2009) destaca outras características destas publicações, como a sua periodicidade. Dificilmente são encontradas publicações neste estilo que adotem conteúdos diários, como *hard news*, que se entende aqui como a cobertura de acontecimentos de interesse público imediato, com forte apelo factual e caráter informativo direto. Tuchman (1973), apesar de utilizar outra nomenclatura (*spot news*), distingue este modelo de notícia como uma lógica de produção pautada pela atualidade e pela novidade. A autora explica que o critério de relevância pública imediata é o que diferencia do *soft news* — este último mais voltado para temas de interesse humano, entretenimento e matérias atemporais.

A imprensa feminina brasileira (e ocidental) não usa muito o jornalismo informativo. Modernamente, tem usado o interpretativo. No entanto, sua linha está mais para o jornalismo diversional, o opinativo e o de serviço. E, no máximo, sua periodicidade é semanal. Existem algumas seções femininas em jornais diários, mas veículos inteiramente de imprensa feminina são semanais, quinzenais, mensais ou mais espaçados ainda. A periodicidade da imprensa feminina - que a faz distanciar-se do fato atual - e o não uso da categoria informativa lhe dão um caráter mais “ideológico” (Buitoni, 2009, p.22).

Ainda que a imprensa feminina tenha ganhado caráter o suficiente para ser entendida como rentável, a autora faz uma indagação importante neste contexto. Historicamente tidas em um lugar subalterno em qualquer dos meios, as mulheres são o “segundo” sexo. Consequentemente, tem-se a segunda imprensa, nesta posição permanente de dependência ou mesmo superficialidade. Entretanto, “tem potencialidade para atingir metade do gênero humano. E para influir na vida social. [...] Visões de mundo que modificarão até mesmo os não leitores” (Buitoni, 2009, p.21).

A necessidade de se diferenciar mulheres e homens faz com que apareça o conhecido jargão o “mundo das mulheres”, em que se coloca o feminino a distância do “mundo real”. Um universo teoricamente carregado de feminilidade, beleza e maternidade, ameaça as milhares de versões que se distanciam desse papel de delicadeza. Para Buitoni (2009), estas qualidades atribuídas às mulheres ao longo do tempo transformam a figura feminina em um ser à parte da sociedade, deslocando-a do tempo e espaço, tirando o potencial de ser indivíduo e ter opinião.

Esta separação do ideal e real é uma questão presente também na imprensa, que contribui para que estas diferenças permaneçam e aumentem. “Os temas tradicionais da imprensa feminina resumem-se a meia dúzia de itens: moda, beleza, culinária, decoração,

comportamento, celebridades, um conto etc” (Buitoni, 2009, p.25). A autora ainda traz a análise de que, além desses assuntos terem pouca ligação com questões factuais, ainda dependem de questões sazonais. A moda, por exemplo, varia de acordo com as estações do ano.

Buitoni (2009) traz em seu livro um histórico sobre os precursores da imprensa feminina, sendo as europeias as principais fontes. O primeiro periódico dedicado à mulher surge por volta do século XVII, a publicação inglesa chamada de *Lady's Mercury* (1693), que trazia a característica literária de responder às leitoras e contar histórias sobre amor, casamento e comportamento. Na França, o *Correio da Novidade, Folha Semanal para Uso de Damas* (1759), com traços literários, agregou conselhos de economia doméstica e medicina.

Na Alemanha, o *Akademie der Grazien* (1774) ainda trazia a literatura como principal forma de se comunicar com suas leitoras. As italianas tiveram o *Toilette* (1770) e *Biblioteca Galante* (1775) e *Giornale delle Donne* (1781) como principais manifestações. Já nos Estados Unidos, dois foram os destaques: como primeiro registro, tem-se o *American Magazine* e o mais conhecido deles, *Ladies' Magazine* (1828). Neste último, a autora traz que a imprensa feminina se resumia a três pontos: entretenimento, esclarecimento e serviço.

O século XIX marca o surgimento da imprensa feminina no Brasil. O nascimento tardio dos materiais no país carrega também marcas históricas, que passam pela própria história do jornalismo tradicional⁶. Em 1827 foi lançado o primeiro jornal para o público feminino do país. O *Espelho Diamantino* era dedicado a um público restrito, junto com suas famílias, pois o acesso à alfabetização ainda era precário. O conteúdo do jornal trazia contos, poesias, artigos sobre moda e culinária, além de comentários sobre fatos políticos (Duarte, 2016). A primeira edição do jornal já trazia a necessidade expressa de instrução para uma parcela maior das mulheres na sociedade, porém, nem sempre este tipo de conteúdo era bem-visto por outros leitores.

Pedidos por escolarização das mulheres brasileiras pareciam ser comuns neste período. Em *O Mentor das Brasileiras*, jornal lançado em 1829, na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais, o tema foi presente em quase todas as edições, segundo Duarte (2016). O jornal também conciliava estes pontos com a defesa do regime monárquico, concentrando esforços

⁶ Junto com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, tem início a história da imprensa brasileira. A chamada, “Imprensa Régia” tinha o intuito de publicar os acontecimentos em torno do reinado de Dom João VI. Apesar de ser considerado um veículo oficial e não ter liberdade de realizar críticas, a Gazeta do Rio de Janeiro (1808) foi o primeiro jornal a ser impresso e circular no país. Por volta dos anos de 1840, já no Segundo Reinado, o Brasil ainda era uma terra de população majoritariamente rural e analfabeta, o que mantinha as dificuldades de desenvolvimento da imprensa (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2022).

para informações da coroa e em certos momentos até mesmo posições conservadoras a respeito do papel da mulher na sociedade.

Destas contradições entre lutar por mais instrução para mulheres e ainda manter aspectos tradicionais, tem-se como exemplo o *Manual das Brasileiras* (1827). O jornal fortalecia o discurso de que “pretendia contribuir para a instrução e o esclarecimento do público feminino, apesar de considerar a maternidade como a principal tarefa da mulher” (Duarte, 2016, p.52). Ainda nesta linha, o *Espelho das Brasileiras* (1831), nascido em Recife, se dizia empenhado em contribuir para a formação social e política das senhoras. “[...] jornal insiste na necessidade de as mulheres cultivarem as boas virtudes para se tornarem dignas de respeito por parte dos homens. [Em certa edição] encontra-se a proposta de um “ideal feminino” que as mulheres pernambucanas deveriam buscar” (Duarte, 2016, p.59). Diferente dos outros jornais, o *Espelho das Brasileiras* inaugurou a ideia de aceitar colaboração de escritoras.

Até então, todos os jornais femininos criados eram comandados exclusivamente por homens. Em 1833, surge o *Belona Irada Contra os Sectarios de Momo*, sob direção de Maria Josefa Barreto, em Porto Alegre. Segundo Duarte, este não teve repercussão como outros, já que estava em uma cidade distante da corte e tinha objetivos políticos. Maria Josefa ainda foi uma das responsáveis pelo jornal *Idade D'Ouro* (1811). Antes do conhecimento do *Belona Irada*, o *Jornal das Senhoras* (1852) foi considerado o primeiro periódico dirigido por uma mulher. O conteúdo era dedicado à literatura, notícias sobre teatro e moda (com inspiração francesa). Joana Paula Manso de Noronha, criadora do jornal, se destacou por trazer uma visão emancipacionista, incentivadora da busca por conhecimento.

Mais tarde, em 1871, surge o *Almanach das Senhoras*, um dos periódicos com mais tempo de história, foram 56 anos de publicações. Diferente de outros jornais, este não via apenas a educação como um modo da mulher exercer corretamente o papel de mãe e dona de casa. Segundo Duarte (2016), o veículo foi “se afinando com o pensamento feminista mais radical, que defendia a necessidade de as mulheres participarem do mercado de trabalho e de serem independentes, tanto econômica como, intelectualmente” (Duarte, 2016, p.277).

O *Sexo Feminino* (1873) trazia a definição de “semanário dedicado aos interesses da mulher”. O jornal mesclava conteúdos de cunho feminista com os de literatura, moda e entretenimento. Entre os temas que mais apareciam, estavam a defesa do casamento civil e os questionamentos sobre os papéis exercidos por homens e mulheres. Dessa forma, o sucesso foi tanto que tinha como assinantes D. Pedro II e Princesa Isabel. Outro título importante para a imprensa feminina na época foi *O Corymbo* (1833), editado na cidade de Rio Grande - RS. O

jornal manteve as suas propostas durante toda a produção, que era divulgar a produção literária feminina e tratar de assuntos de interesse deste público, além de trazer poemas, contos, romances e acontecimentos sociais como nascimentos e obituários.

A partir da década de 1880, era mais comum encontrar publicações que deixavam explícito o posicionamento feminista; *A Família* (1888) foi um destes veículos. Fundado em São Paulo, o jornal se destacou na luta pelos direitos da mulher, desde a possibilidade de letramento, até questões que envolviam o casamento e o voto feminino.

A responsável pelo empreendimento era a escritora e jornalista Josephina Álvares de Azevedo, que nas páginas de *A Família* realizou intenso trabalho de militância feminista, protestando contra a insensibilidade masculina em não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto. Em seus questionamentos, a autora antecipa a denúncia do gênero feminino enquanto construção ideológica, e exige mudanças radicais na sociedade (Duarte, 2016, p.481).

A Família trouxe a possibilidade da mulher escritora e leitora se manifestar de fato, além de dar verdadeiro espaço para produções literárias de mulheres de todo país. Josephina se colocou à frente destas lutas, viajando e formando alianças em diversos estados. Ao final do período do jornal, ainda tinha em suas páginas diversos anunciantes, o que mostra a variedade e confirma a boa circulação do impresso (Duarte, 2016, p.488). *A Mensageira* (1897) partia da mesma linha do veículo anterior, entretanto, optava por deixar de lado os conteúdos padrão e adotava produção focada na condição de inferioridade da mulher e trazia fortemente a ideia de emancipação. Segundo Duarte (2016), neste período, passa-se a considerar a existência do movimento feminista entendido como tal.

3.2 AS REVISTAS FEMININAS NO SÉCULO XX

Uma das características que o século XIX consolidou foi a criação de veículos de vida curta, muitos duravam poucas edições, não passando de alguns meses de existência. No período seguinte, essa realidade acabou se modificando, em certa medida, os jornais e revistas no país passaram a ser considerados empresas comerciais. Diferentes temas já têm públicos consolidados, como os temas de luxo e moda. A nova era traz formas e possibilidade para a imprensa brasileira como o uso da fotografia. (Buitoni, 2009).

Entretanto, a imprensa feminina ainda segue bem próxima aos preceitos do período passado. “O jornal *Voz Feminina*, fundado em 1900, por três moças de família tradicional de Diamantina, lança em 1901 a campanha pelo voto da mulher. Em 1905, três mulheres mineiras alistam-se e votam (Fundação Carlos Chagas, 1979)” (Buitoni, 2009, p. 53). Segundo a autora,

ainda permanece uma imprensa feminina de modo mais artesanal, com uma ou duas pessoas na redação.

É de fato uma época em que a mulher começa a ganhar mais espaço dentro da sociedade, além do que já era conhecido. A possibilidade de voto está presente, elas entram aos poucos no mercado de trabalho – apesar de salários infinitamente menores em comparação com os homens, além de muitas horas de trabalho e más condições.

Dentro da imprensa, a mulher aparecia como uma figura admirada pelos escritores, sendo personagem em diversos materiais. Em muitos momentos, em comparação com elementos da natureza. “Contudo, havia perspectivas mais sérias em relação à mulher, só que na imprensa em geral, não na especificamente feminina. Nessa época, por exemplo, a imprensa anarquista começa com seus jornais efêmeros e veementes”. (Buitoni, 2009, p. 53). As grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro se transformaram em centros da manufatura, com isso, organizavam também os movimentos operários, de incentivo à busca por direitos.

Já no início do século, surgem revistas com posicionamento demarcado a favor dos direitos das mulheres. *A Voz Feminina* (1900), jornal lançado em Diamantina - MG, por três moças, trazia no topo da primeira página uma mensagem que incentivava as leitoras a renunciarem aos rótulos de tímidas e frágeis (Duarte, 2023). Diferente do que já era conhecido para esta época, este jornal dedicava a maior parte das suas páginas aos conteúdos relacionados às conquistas de mulheres (nacional e internacional), educação e notas sociais. A parte de culinária perde bastante espaço nessa publicação.

A imprensa teve um papel fundamental no fortalecimento do movimento feminista no Brasil, e sempre apareceu como ferramenta de luta. Prova disso é o aumento de conteúdos com esta base e a criação de publicações como *O Feminista* (1902), em Maceió - AL. Segundo Duarte (2023), a publicação trazia críticas à legislação brasileira e a impossibilidade de a mulher realizar as próprias escolhas. Citava também os problemas causados pela opressão masculina e pelo sistema capitalista. *A Esperança* (1903) se destacou pelo tempo em que ficou disponível para as leitoras; apesar do incômodo que causavam com textos de ordem social, política e econômica, o periódico esteve ativo por seis anos consecutivos.

A Revista Feminina (1914) também se destaca pelo tempo em que foi editada, até 1935. Foi um dos veículos de alcance nacional da época, com cerca de 30 mil exemplares por edição. Os estudos de Buitoni (2009) indicam que esta era uma publicação comercial que defendia os seus ideais, trazia as tradicionais editoriais já conhecidas pelo público: moda, culinária e contos, por exemplo. Entretanto, também defendia os direitos das mulheres e a educação.

Como produto editorial, a Revista Feminina se destaca pela sua formulação mais "completa", qualidade que os veículos até então dedicados às mulheres ainda não haviam encontrado. Com efeito, as folhas e revistas femininas normalmente traziam moda e literatura; algumas traziam conselhos na área de educação e higiene e seções pequenas de beleza, culinária etc. Mas não existia nenhuma "revista" dedicada inteiramente à mulher, com um número razoável de páginas. Não nos esqueçamos que os jornais e revistas femininos do século XIX não ultrapassavam 10 ou 16 páginas. Encontramos veículos com mais páginas, como *A Estação* (no entanto, ela era, antes de mais nada, moda e literatura); ou então seções femininas dentro de revistas ilustradas de maior porte (Buitoni, 2009, p. 58).

A partir de Buitoni (2009), a *Revista Feminina* pode ser considerada antecessora do que se conhece no século XXI sobre as publicações voltadas para o público feminino. Com conteúdo consistente, conseguia abarcar uma gama de assuntos e editorias variadas, além disso, mantinha claramente a característica comercial. Já na década de 1920, a publicação se aproximava bastante ao visual adotado pelas revistas norte-americanas e com estilo inspirado no Modernismo. Lançada como a principal revista ilustrada do país, *O Cruzeiro* (1928-1975) foi responsável por modificações técnicas e estéticas do jornalismo brasileiro, que permitiram mais associações entre texto e imagens. Este é um dos títulos que ditavam o que deveria ser consumido pela classe média, grandes marcas apareciam em suas páginas e traziam retratos do dia a dia da sociedade. (Nascimento, 2009).

Por volta de 1930, a imprensa feminina ainda se localizava entre o texto literário e o jornalístico. Segundo Buitoni (2009), um dos primeiros textos que traz características que se assemelham a de uma reportagem foi publicado em *A Cigarra*, em uma editoria chamada "Quadros de Todo Dia". A autora destaca que a imprensa desta fase tinha dificuldades em se ligar a fatos cotidianos, matérias e entrevistas quase não aparecem, pois a escrita se vinculava com a literatura o tempo todo.

Durante o século XX, a afirmação sobre o comportamento que as mulheres deveriam seguir foi se transformando. Onde antes eram apenas falas sobre o modo de se portar em sociedade ou regras de etiqueta, passaram a ser espaço de divulgação da escrita feminina. Apesar dos acontecimentos da época (fortalecimento do capitalismo, períodos pré e pós-guerra), modificarem o modo como os indivíduos estavam presentes na sociedade, este momento de abertura para as mulheres, na escrita e no mercado de trabalho, não foi momento de facilidades. "A produção feminina era tratada com condescendência ou hostilidade. A crítica literária era mais dura perante textos de autoras, uma estratégia para desestimular, desencorajar a prática da escrita literária feminina", como cita Santos (2018, p.39). Muitas autoras recorriam aos pseudônimos para assinar seus textos.

Buitoni (2009) reforça a influência estado-unidense na produção brasileira, já que moda, cinema e artes eram retratados e, em alguns momentos, até mesmo transpassados em sua totalidade nos jornais e revistas da década de 1940. Além das fotos, as publicações apostavam nas ilustrações. Os anos 1950 foram o período em que as revistas femininas ganham destaque com a industrialização, porém os jornais em si utilizavam o conteúdo feminino como mais uma breve editoria. Bandeira (2015) fala sobre a primeira experiência do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1945, com conteúdo voltados para o público feminino. Todas as sextas-feiras uma página era publicada como suplemento, a partir de 1953 passou a ter 16 páginas, na maioria das vezes em formato tabloide. Nas décadas seguintes (1950 a 1970), a Editora Abril se destaca pelos lançamentos focados no público feminino. Durante este século a editora teve lançamentos importantes para a história da imprensa feminina, como *Cláudia* (1961) e *Nova* (1973).

A revista *Capricho* (1952) inaugura um novo momento do conteúdo feminino, segundo Buitoni (2009). Com caráter mais empresarial, a publicação teve lançamento precedido de uma campanha publicitária. “A tiragem crescente ilustra a potencialidade do público que começava a ser conquistado com recursos outros (utilização de vários meios de comunicação) além da qualidade ou não do produto” (Buitoni, 2009, p.98). No final da década, a revista passou a ter tiragem de 500 mil exemplares por edição, que era mensal. Buitoni ainda lembra que a maioria das revistas, apenas 10 anos antes, não passavam das 50 mil unidades. Para Bandeira e Bortoli (2017), este foi o mesmo período em que o desenvolvimento do Brasil foi acentuado, inclusive com o presidente Juscelino Kubitschek.

Bandeira e Bortoli (2017) ainda destacam características na escrita das revistas femininas, uma vez que comunicam para um público bem específico, com assuntos particulares para esta fatia da população. Neste sentido, o modo comunicado busca aproximação e identificação do público com a revista, trazendo ainda esta ideia de venda, é ainda mais essencial manter as duas características presentes. Como citam as autoras, o uso de verbos imperativos pode surgir em tom de conselho, mas também carrega intenção. “[...] à primeira vista, parecer sugestão/conselho/oportunidade, mas a conjugação verbal possivelmente auxilia nessa estratégia de convencimento para a aquisição de produtos e adoção de comportamentos” (Bandeira; Bortoli, 2017, p.30). As autoras deixam explícito que apesar das semelhanças e de alcançarem identificação com o público feminino, cada uma das revistas acaba assumindo um posicionamento e fala para uma persona diferente. As revistas femininas carregam diferenças entre si, não podendo ser entendidas como um segmento uniforme.

Os anos de 1960 trazem a evolução do jornalismo nos vários meios de comunicação, o rádio e a televisão chegam com mais facilidade ao público. A revista já é tida como um produto de venda, e a publicidade dentro da imprensa é cada vez maior. Segundo Buitoni (2009), o conteúdo começa a ser instrumental e está voltado aos interesses comerciais das corporações. Este também foi o período em que se teve um desenvolvimento dos padrões de reportagem, colocando mais conteúdo informativo e profissionalismo na divulgação de informações.

Buitoni (2009) destaca em seu livro o trabalho da revista *Realidade* (1966), da Editora Abril. As reportagens da edição número 10 foram dedicadas à mulher, os exemplares em questão foram retirados de circulação pois não estavam de acordo com a “moral e bons costumes”. A edição trazia um panorama sobre a mulher brasileira e suas diferentes faces, falava sobre maternidade, amor e trabalho. Esta não era uma revista feminina, tinha foco na produção de reportagens e alcançava um universo maior de leitores, chegando em alguns momentos aos 400 mil exemplares. A censura da edição ocorreu durante o terceiro ano da ditadura militar.

A década de 1970 foi o período de maior consumo das revistas femininas. Neste período já se tem uma boa parcela consumidora desse tipo de conteúdo. Os veículos de comunicação já entendem esse público como rentável financeiramente, conseqüentemente, é um período em que surgem muitos jornais e revistas femininas. Segundo dados trazidos por Bandeira (2015), a partir do Anuário Brasileiro de Propaganda, nos anos de 1960 havia cerca de 104 milhões de exemplares circulando no país. Na década seguintes, eram aproximadamente 193 milhões.

Cada revista nova a ser lançada é precedida de pesquisas que determinam certos assuntos, linguagem, tamanho, capa etc. (ainda que haja um ou outro lançamento "a olho"). As revistas já existentes também são pesquisadas e redimensionadas de acordo com as expectativas do público. Então, se existe um interesse detectado por trabalhos manuais, a revista passará a publicá-los; se as leitoras não querem saber de direitos do consumidor, elimina-se a seção de defesa do consumidor e assim por diante. As revistas passaram a ser um produto industrial, antes de mais nada; o problema cultural é meramente secundário; as necessidades reais vêm atrás das necessidades artificialmente criadas pelos meios de comunicação (Buitoni, 2009, p.115).

Na metade da década, tem-se o surgimento de veículos de luxo, como *Vogue* (1975). A versão brasileira carregava a mesma luxuosidade encontrada nas páginas internacionais. Falava de moda, beleza e turismo de um modo inacessível para a maior parte da população brasileira da época, segundo Buitoni. Ainda a partir da autora, o destaque desta fase foi a descoberta do sexo pela imprensa, que aos poucos foi abrindo espaço sobre insatisfações, virgindade e orgasmo, por exemplo. No decorrer da década, algumas já traziam matérias mais explícitas. As mais tímidas criavam edições paralelas para tratar sobre o tema.

Em 1973 a revista *Nova*, versão nacional da *Cosmopolitan*, trouxe em sua essência a ideia de ser voltada para a mulher moderna, focando em um público menos conservador, em que a mulher tem menos afazeres em casa e se interessa bastante pelo sexo. “É uma revista com uma linha mais "feminista", por veicular uma ideologia voltada para a mulher como ponto principal, só que ainda dentro de uma perspectiva totalmente consumista, exacerbada com doses de sofisticação” (Buitoni, 2009, p.116). A autora traz a análise de que esta publicação se parece muito com aquelas que lutam pelos direitos da mulher e carregam intenções legítimas nesta defesa, porém o verdadeiro serviço está na integração com uma sociedade consumista.

Os anos de 1980 trouxeram mudanças importantes não apenas para as revistas, mas também para a sociedade brasileira. Em 1988 ocorreu a promulgação da atual Constituição brasileira, com isso homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos perante lei (Art. 5º) (BRASIL, 1988). Nesta década, também apareceu o movimento por Diretas Já, o movimento pela democracia ganhava força e se consolidava com temas que antes eram ignorados (Buitoni, 2014).

Nas páginas das revistas, a beleza trazia a estética do corpo como foco, as publicações para adolescentes cresciam e a *Veja* se consolidava como um dos principais veículos do país, com aproximadamente 500 mil exemplares por semana. No ano de 1985, a revista *Capricho* passa por uma transformação na sua linha editorial, agregando a faixa etária adolescente desde os 13 anos. Deixar as fotonovelas e apostas em uma linguagem compatível ao público agregou o novo olhar a um público consumidor de revistas.

As revistas femininas desempenharam, desde esta época, um papel significativo na construção da imagem da mulher na sociedade. Conforme Buitoni (2014), esses veículos de comunicação operam sob um discurso normativo que reforça padrões estéticos e comportamentais, muitas vezes vinculados à lógica do consumo. A autora observa que, historicamente, tais publicações universalizaram estereótipos visuais por meio da fotografia, do cinema, da moda e da publicidade, contribuindo para a modelagem de expectativas sobre o corpo feminino e seu papel social (Buitoni, 2014). Esse fenômeno demonstra que a representação midiática da mulher se alinha às convenções dominantes, muitas vezes definidas pela sociedade patriarcal.

Além da manutenção de estereótipos físicos, as revistas femininas também exercem influência sobre a percepção da uma identidade feminina. A autora argumenta que isso funciona como um símbolo que reforça normas sociais e culturais, impactando diretamente o modo como as mulheres percebem e ajustam sua identidade dentro do espaço midiático (Buitoni, 2014). Tal

construção discursiva evidencia o caráter relacional e político do conceito de gênero, que extrapola a determinação biológica e se vincula a processos de mediação e influência social.

A partir dos anos 1980, aborto e questões GLS⁷ eram temas muito presentes nas publicações, segundo Buitoni (2009). Em 1986 é lançada a revista *Trip*, para o público masculino. Em 88, a Editora Abril lança a *Elle*, revista de luxo bastante ligada à vida social da alta sociedade. Desde o princípio da revista feminina, cartas das leitoras funcionavam muito bem, ainda em 1980 isso era visto com frequência e serviam como medidoras do que o público gostaria de ler (Buitoni, 2009).

O período de 1990 é aquele em que o corpo está em maior destaque, as revistas são também meios de difusão do que é belo, do que está na moda, e reforçam questões disponíveis para consumo. A internet já está disponível para as pessoas, a globalização é uma tendência e a sociedade passa a ter cada vez mais acesso à informação. A imagem é utilizada em todos os meios de comunicação, com isso, são reforçadas as ideias de corpo ideal e do que se deve seguir para alcançar. Na segunda metade da década de 1990, a *Veja* tem alguns momentos importantes, como a entrevista do irmão do ex-presidente Fernando Collor de Mello, Pedro Collor, e a capa com foto de 10 mulheres famosas, que assumiram publicamente que realizaram aborto.

O bom momento das revistas fez surgir alguns grandes nomes da imprensa como *Carta Capital* (1994) e *Época* (1998). Ganham espaço também as revistas especializadas, que trabalhavam temas específicos como gastronomia, motocicletas, turismo, tecnologia, diversidade, celebridades, jornalismo investigativo e as revistas masculinas. Neste mesmo momento, surge a *Marie Claire* (1991). Segundo Buitoni (2009), a revista foi lançada no país, em um momento em que as revistas femininas já tinham certa abertura temática, porém se consolidou por suas matérias ousadas e de personalidade. Em 1996, agregou o slogan “Chique é ser inteligente”.

A década de 1990 é o auge das revistas de consumo, existe grande concorrência entre as publicações. Sejam jovens e adolescentes, ou mulheres com mais de 40 anos, diferentes faixas etárias e classes sociais têm as suas revistas dedicadas a produzir um conteúdo correspondente. Mesmo com a virada do século, o potencial das revistas estava consolidado, nos anos 2000

⁷ A sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), popular a partir dos anos 1980, representava de forma limitada a diversidade sexual, incluindo apenas parte das identidades e focando também nos “simpatizantes”. Com o avanço das discussões sobre gênero e sexualidade, a sigla foi substituída por LGBTQIAPN+, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades. Essa mudança reflete um movimento político e social mais inclusivo, que valoriza a autoidentificação e amplia a representatividade da comunidade (PINUSA, 2025).

houve uma estabilização do consumo desse conteúdo. Buitoni, no contexto dos anos antes da década de 2010, diz:

Graças às novas levas de mulheres escolarizadas que vivem nas grandes e médias cidades, esse segmento da imprensa feminina continua a ter presença forte no mercado. Voltadas para certa "aura" doméstica de cuidados com a casa e estímulo para as primeiras inserções no mundo do trabalho, mesmo em ocupações informais, estas revistas prestam serviço às suas leitoras (Buitoni, 2009, p.145).

3.3 A NOVA ERA DAS REVISTAS NO SÉCULO XXI

Na virada do século, o mercado editorial já estava muito bem consolidado no Brasil. Foi o período em que as revistas mais utilizavam da publicidade na composição das páginas. Segundo Jesus (2017), no início dos anos 2000, as revistas femininas ganhavam novas aparências, em contrapartida desta ligação com as questões totalmente comerciais, surgiam aquelas que se opunham aos modelos empregados pelos veículos voltados à mulher. Foi o momento de publicações como a TPM, lançada em 2001. A linguagem adotada se distanciava do que era visto em outras edições brasileiras, trabalhando com ironia os estereótipos da mulher. Com estas escolhas editoriais bem demarcadas, recebeu o título de melhor revista feminina brasileira, em 2006 e 2007 pela Revista Imprensa.

As evoluções tecnológicas e o desenvolvimento da internet impactaram diretamente as publicações das revistas femininas. Ações que podem ser sentidas mais de 20 anos depois, em que as publicações impressas ainda disputam espaços e obrigam as editoras a pensarem inovações para atender a todos os públicos. Jesus (2017) observa que, desde os anos 1980, a ideia de trazer a figura da mulher na capa das revistas, agrada ao público e gera boa aceitação do conteúdo, além disso, essa é também uma forma de formar o entendimento das leitoras do que seria o ideal da mulher brasileira, trazendo exemplos a serem seguidos.

Uma das grandes evoluções vistas nesta fase é a diagramação. A utilização de menos textos, privilegiando fotos e ilustrações, tem características adotadas até mesmo nas publicações mais recentes. “Podemos observar que houve grande revolução nas páginas das revistas femininas em termos de distribuição, já que proporcionalmente elas ficaram mais bem distribuídas e harmoniosas, possibilitando uma maior compreensão dos conteúdos” (Jesus, 2017, p.59). A partir da autora, as publicações voltadas à mulher ganham títulos de alienadas, consumistas, politizadas ou despolitizadas, adjetivos também destinados ao público leitor.

O mercado editorial das revistas femininas, além de ter um público muito bem definido

e fiel, consegue manter também publicidades ao longo do tempo, principalmente voltadas à moda e beleza. Por outro lado, esta dependência das publicidades coloca diferentes críticas às revistas, que ficam à mercê destes investidores. Além disso, estas ações acabam reforçando tendências, como o culto a magreza, bens de consumo para se estar dentro de um determinado grupo social e outros.

Apresentando muitas vezes ideais longe da realidade étnica e comportamental das mulheres brasileiras e envolto por restrições estéticas na sua captação de público, a imprensa feminina, de um modo geral, tem a ideia de reproduzir a imagem da mulher em diferentes épocas, relacionando seus avanços e retrocessos (Jesus, 2017, p.60).

Para Jesus (2017) o mercado brasileiro cresceu apostando na diversificação das temáticas, atingindo principalmente as classes C e D. Apesar das inúmeras tentativas de se manter atual, as revistas acabaram perdendo espaço para outros meios de comunicação, como as redes sociais. Este cenário que já tinha ocorrido com o desenvolvimento da televisão, mostra os constantes desafios que os veículos impressos precisam superar para se manter atrativos aos leitores(as).

As mudanças que já estavam impostas ao modo de se consumir conteúdos, trazem para as publicações brasileiras a necessidade de se adaptar para o meio on-line, seja trazendo para sites ou revistas digitais. O jornalismo feminino também adotou estas características para se manter em concorrência com os demais estilos de jornalismo e as mudanças de mercado. Para a autora: “Com o fluxo cada vez mais contínuo de notícias, as empresas jornalísticas adotam estratégias para manter a atualidade de seus veículos online, optando pela própria atualização ininterrupta de notícias nos sites” (Jesus, 2017, p.67).

Esse movimento de adaptação das revistas femininas ao ambiente digital não ocorre de forma neutra. Ele afeta diretamente a configuração editorial, os formatos das narrativas e os critérios de seleção de pautas (Jesus, 2017). A pressão por atualizações constantes, engajamento em tempo real e formatos mais acessíveis impacta o modo como temas complexos, como o aborto, são enquadrados. Nesse contexto, a imprensa feminina precisa negociar permanentemente entre a manutenção de sua identidade editorial e as exigências de um mercado mediado por algoritmos, audiências fragmentadas e monetização digital.

A *Marie Claire*, objeto de análise desta pesquisa, insere-se justamente nesse cenário híbrido, transitando entre as edições impressas tradicionais e a produção digital contínua. Sua atuação em múltiplas plataformas revela estratégias específicas de adaptação editorial, sem, no entanto, perder os traços centrais do modelo de revista feminina. O modo como temas são abordados, especialmente os que envolvem sexualidade, saúde reprodutiva e direitos das

mulheres, está diretamente ligado à forma como a publicação constrói suas narrativas e organiza seus conteúdos em meio a essas transformações.

É nesse ponto que se torna necessário compreender o funcionamento do jornalismo de revista, suas lógicas narrativas e as particularidades que o distinguem de outros gêneros jornalísticos. O capítulo seguinte se debruça sobre essas características, com o objetivo de situar o lugar ocupado pela *Marie Claire* dentro do campo jornalístico e, assim, aprofundar a análise das estratégias discursivas utilizadas na cobertura do tema aborto.

4 O JORNALISMO DE REVISTAS

Cada um dos meios em que o jornalismo está presente carrega características que os definem e os diferenciam. Estes atributos aparecem em todas as fases, desde a apuração das matérias, as perguntas realizadas às fontes, o modo de escrita que o jornalista empregará, até mesmo em como este material será divulgado. O jornalismo de revista tem questões muito particulares e se destaca pela capacidade de aprofundar temas e construir narrativas mais complexas, se comparado ao jornalismo diário. Entretanto, este é um modelo de jornalismo que carrega também tendências culturais, sociais e políticas. Segundo Scalzo (2004), as revistas se tornaram objetos emocionais, de apego ao conteúdo e ao formato, se manifestam como parte de um determinado grupo e representação de status social. Segundo a autora: “não se pode esquecer: quem define o que é uma revista, antes de tudo é o seu leitor” (Scalzo, 2004, p.12).

Para Vilas Boas (1996), a revista vem para preencher um espaço deixado de lado no jornalismo diário, seja no impresso, rádio ou televisão. O ato de trazer os menores detalhes para o(a) leitor(a), colocar em destaque aquilo que o *hard news* deixou escapar: este é um atributo marcante do jornalismo de revista, na medida em que a profundidade dos temas é essencial (ao contrário do noticiário, que tem como perfil a rapidez da divulgação dos fatos). Tudo isso, aliado a uma escrita muito mais leve e criativa, passando próxima e adequando recursos da literatura. “As revistas exigem de seus profissionais textos elegantes e sedutores. Considerados os valores ideológicos do veículo, não há regras muito rígidas. Há, isto sim, uma conciliação entre as técnicas jornalísticas e literárias” (Vilas Boas, 1996, p. 09).

As singularidades do jornalismo de revista são mapeadas por diversos autores nos estudos acadêmicos de jornalismo. Para esta discussão, parte-se da definição de Marcia Benetti (2013), presente no livro *A revista e seu jornalismo*. A autora elenca qualidades para este tipo de veículo, algumas delas são: estar subordinada aos interesses econômicos e institucionais, segmentação por público, periodicidade, ser um item possível de se colecionar, trabalhar com grandes temáticas, formação da opinião e gosto do público, permissão para diferentes estilos de texto, estética particular e estabelecimento de relação emocional com o público.

Para falar sobre a revista como objeto teórico, tomo o jornalismo como modo de conhecimento e como discurso. Minha preocupação, ao fazer essas escolhas, é evidenciar o poder hermenêutico do jornalismo de revista: ele é um tipo bastante específico de discurso, que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional (Benetti, 2013, p.45).

A experiência de se consumir os conteúdos das revistas é uma parte importante para definir este tipo de material. Segundo Márcia Benetti (2013), o jornalismo de revista indica um modo de se experimentar os acontecimentos. “[...] entre os jornalistas e leitores: não é suficiente informar. [...], é preciso também construir um vínculo emocional, para que o leitor sinta a revista como “sua”, como parte de sua rotina, como uma necessidade, como algo a ser esperado e cujo consumo possa ser ritualizado” (Benetti, 2013, p.47).

Entre todos os saberes produzidos no âmbito do jornalismo de revista, o conhecimento mais importante é este, sobre a adequação ao tempo presente: o que é contemporâneo, como vivenciar o espírito dessa época e em que valores ancorar a adequação. Contudo, para que o jornalismo seja reconhecido como um enunciador autorizado desses parâmetros, é preciso crer que ele está comprometido com a verdade. (Benetti, 2013, p.48).

Os conceitos de experiência e identidade carregados pelas revistas aparecem desde os primórdios destes veículos no Brasil. A primeira revista brasileira, *As Variedades* ou *Ensaio de Literatura* (1812), em Salvador, já trazia isso por essência desde a sua declaração em publicar discursos sobre costumes e virtudes morais e sociais (Scalzo, 2004). É o que acontece também quando a mulher passa a ser vista como possível consumidora, este é o início do fortalecimento da publicidade dentro das revistas. Segundo Scalzo (2004), aparecem revistas, como *Cláudia* (1961), que além de acompanhar a vida da mulher moderna, ainda acompanhava com força a evolução da indústria de eletrodomésticos no Brasil. A autora marca o período de 1963 como uma mudança no jornalismo feminino, com a jornalista Carmem da Silva (revista *Cláudia*): sua coluna mudou o modo de retratar a mulher, conseguiu quebrar tabus e tratar temas intocáveis como solidão, machismo, trabalho e problemas sexuais.

Vale a observação mais específica sobre a revista *Cláudia*, que se consolidou como um espaço de produção e circulação de discursos voltados à subjetividade feminina dentro de um modelo editorial de ampla penetração. Inicialmente, reforçava os papéis tradicionais de gênero, promovendo a figura da mulher como responsável pelos cuidados domésticos, pela maternidade e pela manutenção do bem-estar familiar (Nunes, 2021). Contudo, com o passar das décadas, a revista passou por transformações editoriais que acompanharam – ainda que de forma parcial e ambígua – as mudanças sociais e os avanços do movimento feminista. Como aponta Bertasso e Rosa (2021), a publicação oscilou entre reforçar um discurso de modernização do feminino vinculado ao consumo e ao desempenho estético, e oferecer aberturas para temas ligados à autonomia, à sexualidade e aos direitos reprodutivos.

Essa transição editorial, não foi linear. Conforme as autoras, Bertasso e Rosa (2021), as edições frequentemente apresentaram narrativas ambíguas, que ora reafirmavam papéis

tradicionais de gênero, ora permitiam deslocamentos discursivos capazes de representar novas formas de vivência da condição feminina. Essa ambiguidade pode ser interpretada como uma tentativa de responder simultaneamente às expectativas de um público conservador e às transformações culturais impostas pelas agendas feministas em circulação. Assim, *Cláudia* passou a ocupar um espaço situado entre a reafirmação de modelos convencionais de feminilidade e a aceitação — ainda que parcial — de novos paradigmas. Isso revela uma estratégia editorial que, ao tensionar os limites entre tradição e mudança, buscou manter sua relevância enquanto produto de mercado e, ao mesmo tempo, dialogar com as transformações sociais em curso.

Com as revistas no geral, no início dos anos 2000, a identificação dos leitores era tanta, que muitas das publicações acabavam recebendo milhares de cartas, e-mails e ligações mensalmente. Na revista, a comunicação entre emissor e receptor é frequentemente evidenciada nas seções de cartas dos leitores. Segundo Scalzo (2004), este é um espaço de conversa entre o público e sua revista. É onde o leitor pode realizar reclamações, fazer sugestões, oferecer ideias ou mesmo novas pautas, é muitas vezes, também, um lugar para se pedir conselhos. Com o desenvolvimento da internet e a adaptação às redes sociais, este contato mudou, ficou ainda mais próximo. Agora não só é possível entrar em contato em tempo real com a redação, como manter contato com outros seguidores das revistas. Araújo (2013) fala que redes sociais, como o *Facebook*, permitiram uma proximidade com o leitor, que antes não era possível. A possibilidade de acompanhar elementos como comentários e compartilhamentos permite que novas pautas surjam o tempo todo, isso requer o olhar atento do jornalista para a realidade dos seus consumidores. “A diferença com o uso do Facebook é que se tornou possível para o jornalista de uma revista segmentada acompanhar a intensidade e a forma como determinado tema foi compartilhado e comentado na rede” (Araújo, 2013, p.269).

Alguns recursos também diferenciam o produto de revista de outras formas de mídia. As revistas, quando impressas, podem variar pouco o seu tamanho. Como mostra Benetti (2013), a revista *Caras* adotou o tamanho de 22,2 x 31 cm, a *Piauí* tem cerca de 26,5 x 38,8 cm. Atualmente, este parâmetro pode ser avaliado apenas para os modelos que continuam com edições físicas, pois alguns nomes famosos, como *Capricho*, mantêm apenas a versão em formato digital. Pode-se dizer que algo que continua característico do jornalismo de revista é o seu visual, voltado fortemente para o uso de fotografias e ilustrações, as publicações buscam chamar a atenção do público com este recurso. A depender o foco, as revistas podem se aproximar ou se distanciar das suas concorrentes.

A identidade visual estabelece uma relação interna, de uso das próprias seções da publicação, e externa: certas revistas "se parecem", pois disputam uma mesma faixa de leitor, e se distinguem fortemente de outras, com as quais não querem ser confundidas. Tais elementos, concretos e simbólicos, estão associados ao suporte midiático - a revista em geral - e à identidade de uma marca - aquela revista, dirigida àquele público. (Benetti, 2013, p.52).

A segmentação do público nas revistas é explícita, assim como as temáticas, linhas editoriais e posicionamentos. Para Scalzo (2004), as segmentações mais comuns são: por gênero (masculino e feminino), por idade (infantil, adolescente e adulta), geográfica (cidade ou região) e por tema (cinema, esportes, ciência, entre outras). Buitoni (2013) diz que a segmentação foi algo que surgiu no século XX e esteve ligada fortemente a questões mercadológicas. Isso traz algumas explicações sobre as lógicas publicitárias e sobre o como as propagandas em revistas se ligam intimamente com produtos consumidos por determinado público. Este ponto também traz entendimento sobre reformulações pelas quais alguns títulos já passaram, o “para quem” a revista quer comunicar, é essencial para entender quais os caminhos a serem tomados. Buitoni ainda destaca o desenvolvimento do formato revista ligado ao crescimento da imprensa feminina. A autora coloca em evidência ainda que a segmentação do jornalismo de revista pode ser entendida também por outra ótica, a do vínculo direto com a própria produção jornalística:

A segmentação acompanha a complexidade da vida contemporânea, complexidade que abrange muitos elementos e pode ser observada sob vários aspectos. Em geral, o mercado é o grande classificador, organizando conjuntos de características comuns para melhor vender seus produtos. Trata-se de um processo que vai na direção contrária à generalidade: há um movimento de depuração. Aos pesquisadores da comunicação cabe, então, observar como os discursos verbais, visuais e audiovisuais se organizam para modelar um assunto para determinado público. Há forças de atração em duas direções: uma força de atração por parte da revista, uma força de atração por parte do público. Segmentar é dividir públicos e revistas em grupos diferentes, cada grupo compartilhando características semelhantes (Buitoni, 2013, p. 117).

É ainda muito comum neste meio se ter a “segmentação da segmentação”, como cita a autora, quando o assunto se torna muito mais específico. Um exemplo são as publicações sobre carros, em que pode haver revistas apenas sobre carros antigos. A personalização foi uma tendência discutida amplamente na década de 1990, período em que as revistas começavam o seu ápice; neste momento, falava-se sobre a possibilidade de cada leitor ter a sua revista (Scalzo, 2004). De certa forma, esta realidade foi mudada a partir das redes sociais, em que hoje as próprias plataformas selecionam os conteúdos que serão consumidos, personalizando cada vez mais a experiência do leitor.

Um dos desafios do jornalismo de revista, principalmente das segmentadas, é como falar de um mesmo assunto e, ainda assim, trazer novidades sobre ele. A periodicidade é um dos

pontos importantes das revistas, pode-se falar aqui das semanais, quinzenais, mensais e até mesmo aquelas com periodicidade mais longa. Levando em consideração o tempo de produção destas publicações, as pautas devem ser apresentadas sempre com informações a mais, com algo que chama a atenção e não seja de fácil conhecimento do público. Afinal, as revistas negociam espaço também com o jornalismo diário. “Os temas de longa duração constituem a base do jornalismo de revista, tornando-o durável e colecionável [...]. As revistas precisam encontrar sempre algum fato “novo” para que possam abordar um tema já tão conhecido” (Benetti, 2013, p.53).

Para definir este tipo de novidade, Benetti (2013) utiliza o conceito de meta-acontecimento, que basicamente diz que os eventos são pretextos para tratar de outros pontos relacionados. Estes seriam os assuntos de grande interesse das revistas, pequenos eventos que dão a aparência de novidade para um tema amplamente discutido. A partir disso, a autora fala também sobre a autoridade e a confiança empregadas nas revistas. A ideia de que as informações ali contidas são verdadeiras é carregada pelo discurso de que houve mais tempo de apuração, mais fontes especializadas foram ouvidas, informações atuais e importantes estão presentes no texto e foram selecionadas rigorosamente (Benetti, 2013).

De modo histórico, as revistas se desenvolveram muito próximas aos veículos impressos, profissionalizando processos editoriais e o fazer jornalismo. A partir desta evolução, as revistas passam a fazer parte da vida social das pessoas, contribuindo para o entendimento dos acontecimentos, fortalecendo grupos e opiniões. Tavares (2012) considera a revista um produto acabado em si mesma e diz que estudá-la é olhar para a realidade pela ótica daquela identidade prevista. “Sua especificidade está marcada não só por uma identidade prevista, mas também pelos movimentos próprios e significantes que despontam de sua materialidade impressa e se oferecem concretamente como conteúdo a ser lido e com o qual se interage” (Tavares, 2012, p. 102). O autor ainda considera que a revista adquire um tempo muito particular, o tempo de produção é mais estendido, comparado com outros formatos de jornalismo.

Neste sentido, Schwaab e Tavares (2009) falam que a tematização das revistas deixa de ocupar a posição de mero assunto e passa a ser o que opera regras e sentidos. Características fundamentais do jornalismo não são perdidas neste processo, mas sim, reelaboradas e administradas conforme as necessidades do veículo, seja qual for a sua periodicidade. Para os autores, três características ganham destaque: a primeira delas é a ligação do jornalismo com a atualidade. Apesar de não focar no acontecimento em si, os jornalistas de revista acabam “[...]”

conferindo aos temas um ar de novidade e de ligação entre diferentes atores sociais, não limitado a um aspecto espacial/físico, ligado e também ao compartilhamento de sentidos e à orientação sobre formas de ação social” (Schwaab; Tavares, 2009, p.186).

O segundo ponto seria sobre a relevância dos assuntos abordados e os recortes escolhidos nas edições; geralmente, cada revista tem a possibilidade de escolher aquilo que mais lhe interessa. Já no terceiro ponto, os autores falam sobre a importância pública e interesse do leitor. “Isto é, seu aspecto geral, como ponto de partida, permanece enquanto fio de sustentação do discurso no recorte do tema. Produz-se um tipo de conhecimento sobre determinado assunto e, ao mesmo tempo, produz-se um tipo de jornalismo específico” (Schwaab; Tavares, 2009, p.187).

Para cada escolha editorial feita por uma revista, há um perfil muito específico de público para o qual aquele conteúdo será escrito. Por mais que, à primeira vista, as revistas sobre o mesmo tema sejam todas iguais e acabem se repetindo, muitas são as diferenças entre elas. Mesmo as versões brasileiras de revistas internacionais conseguem (e precisam) desenvolver a identificação com o público local. “A classe econômica, as expectativas pessoais e a diversidade de formas de acesso à informação que cada leitora tem, permitem a existência de vários títulos sobre um mesmo tema por uma mesma editora - ou seja, sob uma noção de que não concorrem entre si” (Araújo, 2013, p. 263). Um pequeno exemplo das milhares de possibilidades são as revistas femininas, em que um mesmo tema pode ser escrito de maneiras diferentes quando pensamos a faixa etária, classe social ou profissão das mulheres.

E quando se trata da escrita, as revistas carregam o seu tempo particular do jornalismo. O(a) jornalista traz consigo a missão de aprofundar os assuntos, descrever detalhadamente os acontecimentos e perceber aquilo que não foi dito pelas matérias diárias. Por conta desta necessidade, a reportagem é um gênero discursivo muito utilizado, já que permite não apenas detalhar, mas também atribuir uma escrita diferenciada, flertando com a literatura, como era feito nos primórdios. Para Furtado (2013), o repórter de revista precisa de mais tempo de apuração, de revisão e edição de texto, entretanto, o material terá mais vida útil nas mãos dos leitores. “A reportagem, na qualidade de forma discursiva, tende a afastar o fato do relato, potencializando o status do jornalista como alguém que interpreta o mundo e o constrói simultaneamente” (Furtado, 2013, p.150).

Scalzo (2004) fala que para se fazer um bom jornalismo, seja qual for o meio, não existem grandes segredos. A principal preocupação é conhecer sobre aquilo que se fala, considerando aspectos culturais, visões de mundo, livrando-se de preconceitos sobre os temas

e sobre a profissão. “Todo trabalho de responsabilidade - e o do jornalista, sem dúvida, envolve enorme carga de responsabilidade social - obriga o profissional à reflexão e à permanente autovigilância. Não é possível agir mecanicamente [...]” (Scalzo, 2004, p. 53). O compromisso com a verdade e realizar um trabalho coerente e ético devem ser os objetivos que movem o trabalho dentro de uma redação.

Vilas Boas (1996) já concordava com este ponto ao comparar a durabilidade da revista com os jornais, mas não apenas isto, como também a adaptação do veículo aos recursos estéticos. De certa forma, pode-se atribuir algum nível de especialização a toda revista produzida, podendo ser dividida em categorias como: ilustradas, especializadas e de informações gerais (Vilas Boas, 1996). As duas primeiras trabalham com público bem definido, enquanto a última se aproxima da comunicação para a massa.

Enquanto o jornal diário usa em seu proveito a tradição, as revistas preocupam-se com sua contemporaneidade e atualidade. Necessariamente, a revista não se obriga a registrar ocorrências que não se enquadrem em seu apelo e seu leitor-alvo. O planejamento editorial de uma revista envolve ritmo gráfico, visual e de sentido das palavras (Vilas Boas, 1996, p.72).

Garantir a qualidade e credibilidade de uma reportagem é também um trabalho em conjunto. Jornalistas e editores realizam a conferência de todos os detalhes do que foi escrito. Segundo Furtado (2013), este processo já sofreu muitas alterações ao longo do tempo, entretanto, segue a mesma premissa de tornar o texto o mais eficiente e honesto que puder. Para isso, é necessário que o repórter confira o texto final e tenha a liberdade para discordar de seus superiores. “Numa redação na qual a hierarquia é muito marcada, esse diálogo fica mais difícil. O ideal da edição de uma reportagem, por envolver tanta pesquisa, é que repórter, fotógrafo, editor e diagramador façam um trabalho conjunto. O beneficiado final será o leitor (Furtado, 2013, p. 156).

Para a reportagem existem alguns possíveis caminhos: escrever sobre o aprofundamento do presente, sobre a especulação do futuro, ou ainda, a humanização de histórias e a investigação de denúncias (Furtado, 2013). Outro formato bem comum às revistas são as entrevistas. Para Necchi (2013), a entrevista representa um encontro, a possibilidade de conhecer alguém da mesma forma que se dão as relações presenciais. As perguntas, quando bem elaboradas, podem fornecer informações tão detalhadas quanto uma conversa com um amigo íntimo. Apesar de parecer uma tarefa fácil, esta é uma ação com planejamento, apuração e profundidade, que produz memória e histórias.

O vínculo imediato entrevista-revista - para além de uma rima pobre - ocorre porque esse veículo impresso conquistou a condição de espaço privilegiado e vocacionado para a publicação de entrevista, considerada aqui como um texto jornalístico extenso e abrangente no conteúdo, apresentado em sequência de perguntas e respostas, chamado de "pingue-pongue" no jargão jornalístico (Necchi, 2013, p. 161).

Este estilo de conteúdo tem fácil relação com as revistas pois também depende de um tempo maior de apuração, misturando técnica e formato de texto. Necchi ainda diz que a entrevista também tem característica de pauta e ganha destaque em meio a outros conteúdos. No Brasil, a entrevista ganhou espaço e credibilidade, aparece com regularidade nas edições e por vezes, tem uma seção fixa. Geralmente tem a participação de especialistas do assunto abordado. “A entrevista em profundidade evidencia o discurso de uma pessoa, um protagonista que se apresenta a cada resposta. Esse desvelar garante ao material publicado mais permanência do que a obtida por textos próprios do jornalismo diário [...]” (Necchi, 2013, p. 162).

Qualquer que seja o tema ou o formato de texto escolhido, passa pela boa escolha da pauta. De modo geral, em um jornal as pausas são ligeiramente mais fáceis de serem definidas, já que se baseiam em acontecimentos factuais. Para o jornalismo de revista, é exigido pautas mais flexíveis, que não dependam tanto do momento. O desafio aqui é tornar relevante e chamativo um assunto, que já rodou em diferentes mídias. E para isso, o “todo” da revista faz a diferença, é necessário que se tenha um conjunto organizado e coerente de assuntos dentro da pauta de cada edição. No caso das revistas femininas, a aposta é majoritariamente dividida em: um pouco de moda, entretenimento, editoriais fotográficos, um pouco (ou muito, a depender do título) de política, entrevistas especiais, artigos de opinião, entre outros assuntos. Para Scalzo (2004), a ordem das seções também faz a diferença no fluxo de leitura. “A cada edição o leitor vai encontrar, ao mesmo tempo, variedade e algumas marcas de identidade, que o permitem reconhecer e manter uma relação de familiaridade com sua revista predileta” (Scalzo, 2004, p. 66).

Com o desenvolvimento de novas tecnologias, as revistas foram adaptadas também para a internet. Seja com versões on-line, ou adaptando os seus conteúdos para redes sociais, os veículos de comunicação estão preocupados em se adequar à tecnologia e atingir cada vez mais público. Na web, as revistas têm reconfigurado a sua produção, distribuição e consumo. A hipertextualidade e possibilidade de interatividade das plataformas permite que os leitores sejam inclusos nas estratégias editoriais (Natansohn; *et al.*, 2013).

As revistas digitais, por mais generalistas que pareçam, são publicadas para públicos segmentados, focando na audiência, permitindo que conteúdo e design sejam pensados e determinados pelo público consumidor. “Daí que a fidelização, que em qualquer meio ou

suporte é importante, no jornalismo de revista passa a ser o principal objetivo, pois se trata de segurar leitores que não tem pressa, leitores que não vão atrás da atualização contínua, que não procuram a notícia de última hora [...]” (Natansohn *et al.*, 2013, p. 12). Os autores definem o leitor de revista como “nômade”, indivíduos difíceis de agradar. Além do conteúdo, da hipertextualização, o que auxilia nesta fidelização do leitor é o visual das revistas e, nos materiais on-line, existem ainda mais recursos para se trabalhar. No Brasil, os primeiros veículos a utilizarem versões digitais foram os jornais diários, aproximadamente em 1995. As revistas iniciaram a migração para a internet logo após. Os primeiros registros que se tem são da revista *Manchete*, no final de 95. Na sequência, em 1996, a *IstoÉ* e *Veja* aderiram ao formato on-line (Natansohn *et al.*, 2013).

Apesar de, nos últimos anos, as revistas brasileiras terem sofrido uma baixa em quantidade de títulos disponíveis, as que se mantiveram têm se adaptado às plataformas e ganhado cada vez mais seguidores. É importante ter em mente que o jornalismo muda e se reinventa a todo momento, isso faz parte dos processos tecnológicos e da própria profissão. A internet e as redes sociais colocam desafios para todas as vertentes. “Para as publicações mais antigas, há a necessidade de manutenção da identidade editorial; para as mais novas e/ou nascidas na rede, a construção da imagem de produto relevante a ser considerado na multiplicidade dos ecossistemas midiáticos” (Bomfim; Silva; Hartmann, 2022, p. 3). Seja qual for o período em que se produz, ou qual o público para que se fala, o jornalismo de revista é responsável por carregar valores, crenças, tendências, discursos e ideologias de seu tempo.

4.1 SOBRE A MARIE CLAIRE

Há cerca de 33 anos a Revista *Marie Claire* chegava ao Brasil, com posicionamento que destacava pautas femininas de um modo pouco comum nas publicações do mesmo segmento. Originada na França, em 1937, a revista pertence a holding francesa *Groupe Marie Claire*, do industrial e político Jean Prouvost.

O proprietário também foi dono de outros impressos durante o período anterior à Segunda Guerra Mundial, como o *Paris-Soir*. A *Marie Claire* foi criada com periodicidade semanal e apenas em 1954, com seu relançamento (após suspensão da maioria das publicações francesas durante a guerra), é que passou a ter a característica mensal, que carrega até os dias de hoje. Segundo a própria revista (MARIE CLAIRE INTERNACIONAL, [s.d.]), em sua

primeira edição foram vendidas cerca de 500.000 mil cópias, chegando a quase um milhão de unidades em 1939.

Segundo informações disponibilizadas pela revista, são 30 os países em que o título está disponível, com cerca de 11 milhões de leitores no modelo impresso e aproximadamente 38 milhões de usuários on-line. Além das versões de cada país em que a *Marie Claire* está presente, o *Grupo Marie Claire* também publica: *Cosmopolitan*, *Stylist*, *Avantages*, *MagicMaman*, *Mariages*, *Marie Claire Idées*, *Cuisine et Vins de France* e *La Revue du Vin de France*.

A edição brasileira da revista foi lançada em 1991 e desde o início mesclou temas comuns, como moda e beleza, a outros como violência, comportamento e direitos humanos. No conjunto atual (2024) da redação da revista, todas as repórteres, editoras e designers são mulheres. O cargo de editor-chefe, o mais alto dentro de uma redação jornalística, também é ocupado por uma mulher. A *Marie Claire Brasil* adota o slogan “Chique é ser inteligente”, refletindo seu compromisso com a promoção da inteligência, independência e empoderamento feminino. A revista se posiciona como uma publicação voltada para mulheres modernas, politizadas e interessadas em temas que vão além do universo da moda e beleza, abrangendo também questões sociais, políticas e culturais. Em 2017, em entrevista ao portal Meio & Mensagem (MONTEIRO, T. 2017), a diretora de redação da época, Marina Caruso afirmou: “Nossa grande bandeira é, e sempre será, a defesa dos direitos femininos. *Marie Claire* continua sendo a revista da mulher inteligente, politizada, mas que também adora moda e beleza”.

Está na essência da *Marie Claire* tratar de assuntos que permeiam o interesse feminino sem as máscaras do contexto do belo e delicado. A revista faz questão de trazer todos os pontos presentes nas vidas das mulheres retratadas em suas edições. A exemplo disso, as edições especiais de maio, em homenagem ao mês das mães, que retratam as dificuldades em maternar. É possível identificar estes detalhes também no site da revista, em que as editoriais são classificadas por grandes temas: moda, beleza, violência de gênero, política, eu, leitora, carreira, sexo, direitos reprodutivos, mães e filhos, saúde, esportes, entre outros. Percebe-se a intenção de classificar assuntos presentes na realidade de toda mulher brasileira, por mais delicado que seja.

A revista combina reportagens investigativas, entrevistas, ensaios fotográficos e colunas de opinião, buscando oferecer conteúdo de qualidade que reflita as complexidades da experiência feminina contemporânea. Além da edição impressa, a *Marie Claire Brasil* investe em plataformas digitais, incluindo site e redes sociais, ampliando seu alcance e engajamento com o público. A publicação também promove eventos e iniciativas que visam fomentar o

debate sobre questões de gênero, como o “*Power Trip Summit*”, que reúne lideranças femininas para discutir temas relevantes para as mulheres.

A *Marie Claire Brasil*, pertencente ao *Grupo Globo*, não separa os seus princípios editoriais das escolhas do grupo brasileiro. Propõe-se a ser independente, apartidária e laica, não tomando partido de governos, igrejas ou grupos econômicos. Além disso, coloca-se em defesa da democracia, liberdades individuais, livre iniciativa, direitos humanos, república, ciência e preservação da natureza. Em toda a declaração editorial, é frisada a importância e respeito ao público e cuidado com as fontes. O discurso segue a mesma linha realizada pelo *Grupo Marie Clair*, na França, que diz: “Cada país, cada cultura cria um contexto diferente, mas através do nosso jornalismo e da nossa presença, apoiamos todas as mulheres em todos os lugares”.

No mídia-kit de 2024, a revista apresenta alguns números: são mais de 618 mil leitores mensalmente nas edições impressas, já no site o acumulado chega a 2,8 milhões de visitantes únicos. No Instagram o veículo tem quase 850 mil seguidores, e ainda alimenta outras redes sociais como Facebook, X (antigo Twitter), YouTube, Pinterest, Threads, Tiktok e LinkedIn. Sobre sua audiência, na revista 83% são mulheres, cerca de 78% deste público está nas classes AB e outros 22% estão na classe C. A maior porcentagem está na faixa dos 25 a 34 anos (29%), as outras faixas etárias correspondem a 35 a 44 anos (25%), 45 a 54 anos (18%), mais de 55 anos (17%), além disso, a faixa dos 24 anos corresponde a 10%. No site o público feminino fica com 57% dos acessos. Ainda no mesmo material, a revista oferece diferentes formatos para chamar a atenção do seu público, inclusive, produzindo conteúdos exclusivos para as redes sociais.

Campos (2013) analisa a revista *Marie Claire*, especificamente as produções sobre violência de gênero, entre os anos de 2002 e 2011. Segundo a pesquisadora, as reportagens sobre o tema se colocam em contraste com o restante da revista, já que a característica de consumo se mantém presente na publicação. “Identifica-se nas reportagens um jornalismo de cunho informativo, o qual favorece a conexão da mulher com o mundo externo e revela a situação desta num contexto social [...]” (Campos, 2013, p. 136). Ainda sobre o jornalismo praticado pela revista, a autora diz que o modelo de discurso adotado pelas reportagens: “[...] continua íntimo, emocional e confessional, o que poderia deslegitimar o seu caráter informativo. Por outro lado, entendemos que abrir mão desse gênero discursivo seria destituí-la como veículo da imprensa feminina, criado e mantido historicamente dentro da cultura de massas [...]” (Campos, 2013, p. 136).

Já na perspectiva de Menezes (2013), a revista aproveita das tendências da população para buscar qualidade de vida para vender aparências saudáveis, discursos pautados na beleza, e no viver bem para construir uma vida ideal para as leitoras. Seguir estas dicas não chega a ser colocado como uma obrigação, porém, é visto como a resposta para sentir-se bem. Em 2019, a pesquisadora Karina Pizzini identificou nas capas da *Marie Claire* a aparição de pautas feministas durante o período de 2010 a 2017. Segundo Pizzini, houve crescimento destes temas a partir de 2015. “[...] constatamos que pautas vistas como polêmicas ao longo da história do movimento de mulheres no Brasil ganharam destaque de capa, por vezes, com chamadas que explicavam a temática com a palavra “polêmica” antes da temática de violência doméstica ou aborto [...]” (Pizzini, 2019). Ainda com os resultados da autora, neste período, as capas que citavam os temas traziam fortemente os questionamentos sobre machismo ou outras demandas feministas. A revista aposta em uma linguagem com pouco discurso declarado feminista, o que, segundo a autora, pode dificultar o rompimento de estigmas, entretanto, auxilia na inserção de temas polêmicos para mulheres que não se identificam com a pauta feminista. Corrêa (2020) reafirma os mesmos conceitos, em que a *Marie Claire* está disposta a discutir assuntos polêmicos, no entanto, trazendo o viés da mulher tradicional.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada nesta dissertação busca fundamentar a análise do discurso da revista feminina, *Marie Claire*, sobre a cobertura dos direitos reprodutivos no Brasil, principalmente com o foco no tema aborto. O objetivo é compreender como essa revista molda e dissemina discursos que impactam a percepção pública sobre este tema crucial quando se fala sobre os direitos das mulheres. Para alcançar esse objetivo, a análise de discurso é a abordagem utilizada.

Problematizar as metodologias adotadas dentro do campo acadêmico do jornalismo exige que seja feita uma reflexão histórica sobre a profissão, como área de atuação e ambiente de pesquisa. O jornalismo, enquanto prática profissional, foi realizado de muitos modos até se configurar como conhecemos, estas particularidades podem ser sentidas nas escolhas dos jornalistas, no modo como os conteúdos são produzidos e divulgados, ou mesmo na maneira como o público pode receber determinados assuntos. Estas razões colocam o jornalismo como um espaço fundamental em uma sociedade democrática, levando em consideração seu caráter informativo; é na notícia que vozes e argumentos podem ser expressos e vistos. Perceber estas potencialidades na cobertura jornalística, como modo de capturar e traduzir acontecimentos, contribui também para entender os fenômenos representados nas páginas dos jornais, telas das televisões ou nas plataformas digitais. Para Schwaab (2007, p.12), o jornalismo é uma espécie de “disseminador de leituras de mundo, transformadas em discurso”. Segundo o autor: “A leitura produzida pelo Jornalismo, portanto, pode ser (re)lida por meio de dispositivos que permitem adentrar nos sentidos e filiações que se estabelecem no dizer, materializado em texto (oral, escrito, etc) (Schwaab, 2007, p.12).

Observar as transformações da imprensa e os relatos que constroem a realidade faz com que os jornalistas coloquem à prova diversas ferramentas dos modos de se fazer jornalismo, por exemplo, a objetividade e a imparcialidade. Com o pesquisador acontece de forma parecida, em que traz a universalidade dos métodos, somada à singularidade dos fenômenos, articulando teoria e experiência para compreender as múltiplas dimensões da realidade observada (Genro Filho, 1987; Munhoz, 2006). Schwaab (2007) traz para o jornalismo um adjetivo que ele chama de “sistema perito”, que está em interação constante com outras áreas da vida social, que também trazem e produzem sentidos. “É neste entremeio que se configura o discurso jornalístico, devendo-se considerar, ainda, o papel do jornalista num contexto que congrega

elementos como a organização/empresa, a relação com as fontes de informação e o horizonte do público, um outro fundamental neste processo” (Schwaab, 2007, p.12).

Para Munhoz (2006), entender a realidade é um processo complexo, que perpassa não só os acontecimentos, mas as vivências e referências do pesquisador. A autora identifica que neste procedimento há a criação de categorias de análises, que manifestam significados, formas e intenções. “[...] para captarem a particularidade/singularidade do objeto, precisam ser recriadas, reproduzidas, reconstruídas, a fim de poderem dar conta do objeto singular enfocado em determinado ‘aqui e agora’” (Munhoz, 2006, p.30). Apesar destas aberturas para tratar os temas conforme o entendimento do pesquisador, Munhoz (2006) alerta sobre a necessidade de estar atento ao modo como isto é feito, pois a realidade é muito maior do que a capacidade de absorção do pesquisador/jornalista. O risco que esse estudioso corre na leitura da realidade “[...] não é só de apriorismos; é um risco de dogmatismo mesmo; e a ultrapassagem desse risco exige, por parte do sujeito implicado no conhecimento, no desvelamento da realidade, ‘um enorme controle crítico’, bem como ‘um controle autocrítico’” (Munhoz, 2006, p.39).

Na teorização de Pierre Bourdieu (2004), o sociólogo traz o conhecimento sobre o mundo como um lugar de lutas, em que as disputas para se dizer o que é verdade (ou não) acontecem o tempo todo. O autor discute o trabalho do sociólogo nas ciências sociais, entretanto é possível fazer um paralelo com o meio jornalístico, tendo em vista que o jornalista e o pesquisador da área também estão tentados ao papel de juiz em diversas situações, para distribuir erros e acertos, na busca pela verdade das coisas.

O universo social é o lugar de uma luta para saber o que é o mundo social. A universidade também é o lugar de uma luta para saber quem, no interior desse universo socialmente mandatário para dizer a verdade sobre o mundo social (e sobre o mundo físico), está realmente (ou particularmente) fundamentado para dizer a verdade (Bourdieu, 2004, p.116).

Nesta perspectiva, considerando que o jornalismo exerce papel social dentro das dinâmicas de trabalho, Schwaab (2007), defende que:

O entendimento das notícias como construções sociais traz consigo a compreensão de que elas são narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura em geral. Assim, ao produzir a notícia, o jornalista estabelece uma série de relações, seja com as fontes, com a sociedade, ou com os membros da comunidade profissional. Para cumprir sua função, ele se faz valer das técnicas, gêneros, formatos e processos de edição, por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos (Schwaab, 2007, p.12-13).

É necessário compreender que, em suas particularidades, o jornalismo carrega intenções que podem ser identificadas de diversos modos, a começar pela variedade de estudos na área.

Para se chegar a uma variedade de métodos, o jornalismo como profissão careceu de arranjos e fortalecimentos dentro da área acadêmica. Os primeiros registros do interesse em se analisar a imprensa datam do final do século XVII (Rüdiger, 2017). Desde este período, observar as manifestações expressas nos relatos noticiosos é uma atividade comum, que trouxe assuntos como a liberdade de expressão perante a coerção burguesa. José Marques de Melo, no prefácio do livro *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (2007), fala sobre a necessidade de validação do conhecimento produzido e a fragilidade dos métodos escolhidos pelos pesquisadores em jornalismo. “Não basta fazer pesquisa de qualidade, focalizando temas relevantes e problemas cruciais. É preciso explicitá-la de modo compreensível, favorecendo sua imediata assimilação pelos agentes profissionais que poderão fazer aplicações imediatas no interior do sistema produtivo” (Melo, 2007).

A análise de discurso se mostra um método eficiente para evidenciar as demandas do jornalismo para com a sociedade, além de localizar elementos que tem o potencial de construir e alterar os sentidos de um texto. Estes são apenas dois dos motivos que tornaram a AD a escolha para este trabalho. Ter como possibilidade evidenciar as intenções do(a) jornalista e do veículo de imprensa para qual ele(a) escreve é algo de interesse para esta pesquisa. Considera-se aqui que todo conteúdo jornalístico tem potencial para expressar intenções e opiniões, que nem sempre estão à primeira vista. O objetivo, aqui, é trazer os detalhes destes conteúdos, desvendando vozes e sentidos, sem desconsiderar os interesses mercadológicos da revista.

5.1 O DISCURSO COMO OBJETO DE ANÁLISE

Ainda que um método originário da linguística, a Análise de Discurso (AD) é uma metodologia que abre possibilidades no jornalismo com dois principais meios: o mapeamento de vozes e a identificação de sentidos (Lago, Benetti, 2007). Considerando que o material jornalístico carrega diferentes referências, seja a intersubjetividade do(a) jornalista, as demandas da empresa jornalística ou as particularidades do acontecimento, ele não é livre de interferências, contextualizações e intenções. Todos os elementos que contribuem para a sua construção estão dispostos ali com uma finalidade, sendo assim, a notícia carrega um propósito. Desta forma, a análise de discurso é uma metodologia que examina como o discurso - tanto em sua forma escrita quanto visual - é estruturado e como ele constrói significados. No contexto do jornalismo, essa abordagem permite compreender como as narrativas são construídas, quais vozes são privilegiadas, e como essas narrativas refletem e moldam as ideologias e os valores

sociais. Na perspectiva de Schwaab (2007), o processo jornalístico e seus protocolos se manifestam no próprio texto e se materializa no discurso ofertado para a interpretação do seu público, e é exatamente este o objeto de estudo do(a) pesquisador(a) que utiliza a análise de discurso.

Em oposição ao princípio de imparcialidade, a AD expressa que a linguagem é parcial, repleta de intencionalidades, que são fortalecidas pelas mais diversas questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Inclui-se neste momento também a impossibilidade de o(a) jornalista ser objetivo na construção de um conteúdo. O subjetivismo aparece em todos os processos e é figura fundamental no entendimento deste método. A AD contribui para a análise do jornalismo, na medida em que tem o potencial de revelar os significados de diferentes realidades, entendendo como o poder, as ideologias e as relações estão introduzidas na linguagem e no modo como as notícias são produzidas. Schwaab (2007) diz que é necessário estabelecer conexão com o ideológico no texto. “Trabalhar com a compreensão do Jornalismo enquanto discurso pressupõe considerar todos os aspectos envolvidos neste sistema, nesta processualidade própria do fazer jornalístico, sendo que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas inseridos nele” (Schwaab, 2007, p. 15).

Para Charaudeau (2004), dentre tantas características que o discurso pode carregar, uma delas é a de orientação, ou seja, tem o poder de orientar por propósitos e traz o seu sentido no tempo-espço da escrita. No entanto, tem a liberdade de se modificar conforme o entendimento do locutor. “O discurso se constrói, com efeito, em função de um fim, considera-se que vai chegar a alguma parte. Mas ele pode desviar-se durante o percurso (digressões...), voltar à direção inicial, mudar de direção etc.” (Charaudeau, 2004, p. 170). Além disso, o autor cita outros atributos: o enunciado é definidor de contextos, não se pode considerar como discurso algo que não esteja contextualizado. Sendo este regido por normas, considera-se no jornalismo que o modo como se utilizam as palavras pode revelar informações importantes para a análise. Outra noção a se considerar é que o enunciado está inserido em um universo de outras formas de discursos, ponto significativo para se definir o caminho a percorrer. Perceber as nuances e movimentos por trás de cada texto jornalístico é o que indica Schwaab (2007), na medida em que o analista tem diante de si o desafio de buscar as dualidades e contextos, entendendo o que está colado ao texto.

Autores como Michel Foucault (1986) são fundamentais para a análise de discurso, especialmente no que diz respeito à relação entre poder e discurso. Foucault argumenta que o discurso não apenas reflete a realidade, mas também a constitui, operando como um mecanismo

de poder que molda as percepções e comportamentos sociais. Sua abordagem histórica e filosófica sobre como os discursos são produzidos e circulam nas sociedades ocidentais oferece uma base sólida para entender como as revistas femininas, como a *Marie Claire*, podem contribuir para a manutenção ou contestação das normas sociais. No contexto brasileiro, a análise de discurso é amplamente explorada por autores(as) como Eni Orlandi (1987), que enfatiza a importância de compreender o discurso como um espaço de luta por significados, onde diferentes vozes competem para projetar suas visões de mundo. Orlandi argumenta que o discurso é um espaço de confronto, onde as relações de poder são constantemente negociadas.

Diferentes autores(as) contribuíram para o que se conhece como a Análise de Discurso, além de Michel Foucault, ainda se pode citar Teun A. van Dijk, Chantal Mouffe, entre outros. Por mais que estas obras explorem diferentes abordagens dentro do método, é das combinações delas que surgem as ferramentas necessárias para os estudos da notícia. Com o auxílio das teorizações de Charaudeau (2004), Marcia Benetti (2008) coloca que mesmo com contribuições extremamente relevantes, os principais autores da Análise de Discurso não estão preocupados com os cenários presentes no campo científico do jornalismo, e para isso, é preciso ir além e considerar princípios como verdade e credibilidade.

O discurso não acontece “no” texto, compreendendo aqui texto como um objeto material escrito, oral ou pura imagem. Ele acontece entre os sujeitos da interlocução. É no espaço entre esses sujeitos que o discurso efetivamente se constitui. [...] Isso quer dizer que o sujeito tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhe são exteriores e anteriores – e sobre as quais geralmente não tem domínio. (Benetti, 2008, p. 17).

Para a autora, a produção do discurso jornalístico é uma tarefa bastante específica, sob condições dentro da rotina de trabalho que podem afetar as escolhas. Os aparatos técnicos, o contato com as fontes e as plataformas para quais se escreve tem o poder de influenciar o produto jornalístico. Considerando as características do jornalismo, a AD pode ainda trazer possibilidades para se identificar estratégias discursivas, em que se favorecem determinadas narrativas ou podem explorar como se marginalizam ou legitimam vozes. Com isso, é importante assumir que a redação compreende uma parte visível, que neste caso é o texto em si, e outra invisível, carregada de cultura e ideologias, que só é possível observar a partir da aplicabilidade da metodologia.

A AD vai considerar o funcionamento linguístico (da ordem do interno) e as condições de produção em que ele se realiza (da ordem da exterioridade). Desse modo, o linguístico e o aspecto histórico e social ficam reunidos sob a denominação do discurso. Isso porque o desenvolvimento da AD se dá a partir do imbricamento de aspectos da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. Assim, busca relacionar a

língua com a história e como elas atuam na produção de sentidos, deslocando a noção de homem e pensando um sujeito discursivo que funciona pelo inconsciente e pela ideologia (Schwaab, 2007, p. 16).

Um dos pontos iniciais da AD são as Formações Discursivas (FDs), que definem um conjunto de regras e normas para o discurso, estabelecendo limitações para um determinado enunciado. É um conceito para se delimitar os significados, com matrizes históricas, sociais e ideológicas. O que surge para além das margens definidas é considerado remanescente e esta “sobra” corresponde a uma segunda FD. Desta forma, “conceitua-se uma formação discursiva como *aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito*” (Lago, Benetti, 2007, p.112).

Na perspectiva de Michel Foucault (1971), os discursos não são construções unificadas ou organizadas de forma linear, mas sim uma dispersão de enunciados. Isso significa que os discursos são formados por elementos diversos, que nem sempre estão ligados entre si por um princípio de unidade evidente. A tarefa da análise de discurso, nesse contexto, é justamente descrever essa dispersão, buscando identificar as regras que organizam a formação dos discursos, mesmo quando essas regras não são visíveis de forma imediata.

Nesse sentido, Foucault propõe a identificação das chamadas regras de formação, que permitem compreender como se organiza uma formação discursiva. Tais regras determinam quais objetos podem ser nomeados ou tematizados, quais tipos de enunciado são possíveis, quais conceitos ganham legitimidade e de que maneira estratégias discursivas operam para permitir ou excluir determinados saberes (Brandão, 2006).

A concepção de discurso como um campo de regularidades, em que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significações. Para Foucault, o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de um enunciado e nem a fonte ordenadora, móvel e constante, das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso (Brandão, 2006, p. 35).

Para Brandão (2006) a formação discursiva, nesse contexto, é entendida como um sistema de relações entre objetos, tipos de enunciado, conceitos e estratégias. É por meio dessas relações que se estabelece uma certa regularidade nos discursos, ainda que essa regularidade só se torne visível a partir da análise. Tal perspectiva rompe com concepções tradicionais que associam o discurso a uma simples sucessão de frases ou proposições, deslocando o foco para os efeitos de verdade que determinados discursos produzem, e para as condições históricas e sociais que os tornam possíveis.

Foucault (1971) define o discurso como um conjunto de enunciados que compartilham os mesmos princípios de regularidade e pertencem a uma mesma formação discursiva (Foucault, 1971). A noção de enunciado, por sua vez, difere das definições clássicas de proposição ou frase. O enunciado é compreendido como a unidade elementar do discurso, e sua existência está vinculada a um contexto específico que lhe confere sentido, função e efeito. “[...] ressalta-se a distinção entre enunciação (que em diferentes formas de jogos enunciativos singulariza o discurso e o enunciado (que passa a funcionar como a unidade linguística básica, abandonando-se, dessa forma a noção de sentença ou frase com essa função)” (Brandão, 2006, p.37).

Além das regras que regem os discursos em seu nível estrutural e histórico, é importante considerar como as formações ideológicas⁸ se articulam às formações discursivas. Embora Michel Foucault não utilize diretamente o conceito de ideologia, muitos estudiosos do campo da Análise de Discurso — especialmente na vertente francesa — estabelecem um diálogo entre as noções foucaultianas e a ideia de ideologia, entendida como um conjunto de representações que estruturam a forma como os sujeitos percebem o mundo e se posicionam nele.

Nesse contexto, as formações ideológicas podem ser compreendidas como o pano de fundo que orienta e sustenta determinadas formações discursivas. Ou seja, os discursos não surgem de forma neutra ou espontânea, mas são produzidos dentro de uma conjuntura histórica em que determinados valores, crenças e visões de mundo predominam sobre outros. Cada formação discursiva, portanto, está atravessada por uma ou mais formações ideológicas, que determinam os sentidos possíveis e autorizados no interior daquele discurso. “O discurso é uma das instancias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da “existência material” das ideologias” (Brandão, 2006).

A relação entre formações discursivas e ideológicas pode ser entendida como uma relação de sustentação e de regulação dos sentidos. Enquanto as regras de formação descritas por Foucault (1971) apontam para os limites do que pode ser dito, pensado e legitimado em um dado momento histórico, as formações ideológicas atuam de maneira mais ampla, influenciando os modos de subjetivação e os posicionamentos dos sujeitos nos discursos (Brandão, 2006). É por meio dessa articulação que se explicam os efeitos de verdade que certos discursos produzem

⁸ Em Brandão (2006) as formações discursivas são definidas como “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras” (BRANDÃO, 2006, p. 107).

e o motivo pelo qual determinados sentidos são naturalizados enquanto outros são silenciados ou marginalizados.

Constituindo o discurso um dos aspectos materiais de ideologia, pode-se afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas (Brandão, 2006, p.47).

A Análise de Discurso permite ao pesquisador(a) muitas formas de personalização, sendo de escolha própria a nomeação das FDs, por exemplo. Como citam Lago e Benetti (2007): “é um método de interpretação que exige disposição intelectual do pesquisador”. Contudo, não é recomendável partir da opinião única e exclusiva do(a) pesquisador(a). As autoras dizem a respeito que: “Não há fórmula a ser aplicada, ficando a cargo do analista utilizar sua capacidade interpretativa dentro de parâmetros de rigor. Está proibido, evidentemente, pinçar apenas os sentidos que confirmam a hipótese do pesquisador, desconsiderando as marcas que a invalidam” (Lago; Benetti, 2007, p. 115).

Outro ponto que a AD pode trabalhar é o exame das vozes presentes em um material. Definem-se como as fontes presentes no texto, o(a) jornalista e organização para qual o jornalista responde. Para o jornalismo, é essencial ir além do mapeamento daquele que é o locutor e de quem são os receptores. Entendendo as suas diferentes formas de aparições e mudanças, em tese, seriam estes o(a) jornalista e o público ao qual ele se refere, respectivamente. A exemplo do método, notícias que trazem multiplicidade de fontes não necessariamente carregam pluralidade de vozes, mas apenas o amparo umas as outras. Além disso, o(a) jornalista também pode reforçar o mesmo ponto de vista que suas fontes (Lago; Benetti, 2007).

A aplicação da AD ao jornalismo de revista requer uma abordagem que vá além da simples interpretação dos textos publicados. É necessário considerar o contexto de produção, as condições materiais e as práticas jornalísticas que influenciam a construção dessas narrativas. No caso das revistas femininas, é crucial analisar como os discursos sobre feminismo e direitos reprodutivos são construídos e transmitidos ao público. As escolhas editoriais, a seleção de fontes e a maneira como os temas são abordados refletem as posições ideológicas da revista e contribuem para angular as opiniões e atitudes dos leitores.

5.2 COLETA DE DADOS E ESTRUTURAÇÃO DA ANÁLISE

Para realizar a análise de discurso proposta, foi necessário coletar um corpus de textos das edições da revista *Marie Claire* dos anos de 2022, 2023 e 2024. A seleção dos textos seguiu algumas fases. Na primeira etapa foram escolhidas reportagens e entrevistas que abordam diretamente temas relacionados aos direitos reprodutivos; aqui a temática foi trabalhada de modo amplo, considerando todos aqueles assuntos que envolviam os direitos reprodutivos. Essa escolha permitiu um exame panorâmico de como estes temas são tratados ao longo do tempo.

Para a seleção das matérias, foi utilizada a ferramenta disponível no site da revista (disponível para o módulo de assinante), que basicamente é um mecanismo de busca por palavras-chave. Os termos utilizados foram “direitos reprodutivos” e “aborto”. Neste primeiro momento, trabalhou-se com um base maior de dados e, buscando pelos dois termos, apareceram cerca de 40 textos – os termos poderiam estar presentes direto no título ou no corpo do texto. Nas matérias, foram identificados os dois temas de maior aparição: aborto e maternidade. Com o entendimento de que ambos são relevantes para a discussão e necessitam de análises particulares para se conseguir resultados relevantes, houve a necessidade de focar em apenas um dos eixos de discussão. A partir deste momento, a temática foca somente no aborto e esta escolha se deu pela trajetória da própria pesquisa até aqui.

A partir disso, o corpus da pesquisa é composto por nove matérias publicadas pela *Maria Claire*, organizadas entre março de 2022 e outubro de 2024, e selecionadas pela presença em primeiro plano ou não do tema aborto. Esses textos incluem reportagens e entrevistas que trazem o tema. Estes dois formatos de escrita foram escolhidos por terem características jornalísticas de interesse da pesquisa pelo viés informativo e interpretativo. Os editoriais e artigos de opinião foram excluídos da análise por não apresentarem os elementos jornalísticos considerados no processo de investigação.

No contexto desta dissertação, a análise de discurso foi utilizada para examinar como a revista *Marie Claire* constrói, reproduz ou desafia discursos sobre o aborto. Essa análise foi aplicada considerando o jornalismo de revista como um espaço discursivo que não apenas reporta acontecimentos, mas também os interpreta, os insere em contextos mais amplos e, em última instância, influencia a forma como esses acontecimentos são compreendidos pelos leitores. Essa abordagem permite identificar a frequência com que determinados temas aparecem nas publicações, bem como as fontes mais utilizadas e as abordagens predominantes. A seleção se baseou na relevância dos textos para os temas propostos, garantindo que o corpus abranja uma diversidade de abordagens e vozes. O objetivo é compreender como o discurso sobre o aborto é construído por este veículo de imprensa e quais efeitos de sentido são

produzidos a partir da interlocução entre as vozes presentes nas matérias e a postura editorial da revista. Adota-se aqui uma perspectiva feminista baseada na interseccionalidade, considerando que as questões de gênero se articulam com desigualdades de raça, classe, orientação sexual e outras formas de opressão sobre corpos femininos. Esta ideia de baseia nos estudos de pensadoras como Crenshaw (2002) e Davis (2016), por exemplo. Além disso, reconhece-se o papel do jornalismo como mediador de sentidos sociais e agente na manutenção ou no tensionamento de estruturas hegemônicas, conforme apontam Traquina (2005) e Wolf (2003). Esta pesquisa seguiu princípios da AD focaultiana sobre o discurso, compreendendo-o como prática social e instrumento de controle e resistência. Para Michel Foucault (1999; 2006), o discurso não é apenas um enunciado textual ou verbal, mas um dispositivo de saber-poder, que legitima ou silencia sujeitos, molda condutas e institui regimes.

A segunda etapa identificou os temas centrais abordados nos textos, ou assuntos correlatos, como a violência de gênero e a representatividade feminina. A análise temática ajudou a categorizar o material e a identificar os tópicos mais recorrentes. A terceira fase deste trabalho envolve uma análise detalhada das estratégias discursivas utilizadas nos textos. Para isso, foi necessário examinar a escolha de palavras, a estrutura narrativa, o uso de metáforas, analogias, e outras figuras de linguagem. Foi avaliado também como essas estratégias contribuem para construir uma narrativa específica e quais ideologias são reforçadas ou contestadas por meio dessas escolhas discursivas.

A análise de discurso também buscou identificar quais vozes são privilegiadas nos textos e como diferentes grupos são representados. Neste caso, buscou-se encontrar indícios de como a revista *Marie Claire* representa as mulheres, os movimentos feministas e os opositores dos direitos reprodutivos. Foi analisado se há uma diversidade de fontes e perspectivas ou se certos grupos são marginalizados ou silenciados. Além disso, foi considerado o contexto social, político e econômico em que os textos são produzidos e circulam, analisando como o contexto brasileiro, marcado por polarizações políticas e debates intensos sobre os direitos reprodutivos, influencia a produção dos discursos presentes na *Marie Claire*. Isso incluiu considerar o impacto de eventos políticos, decisões judiciais e a atuação de movimentos sociais na construção dos discursos.

Para guiar a análise, foram consideradas questões analíticas como: de que maneira os discursos sobre direitos reprodutivos são orientados pela *Marie Claire*? Como a revista equilibra diferentes perspectivas sobre feminismo e direitos reprodutivos, e quais vozes são predominantes ou marginalizadas? Quais metáforas e analogias são mais frequentes nos textos,

e que efeitos essas escolhas têm na construção do significado? Como os textos se relacionam com o contexto político e social mais amplo do Brasil, especialmente em um período de intensa polarização sobre os direitos reprodutivos?

Alguns dos principais pontos buscados na análise foram:

A. Contexto sociopolítico: os direitos reprodutivos e o aborto são questões profundamente entrelaçadas com o cenário sociopolítico. Mudanças nas leis, a postura de governos e decisões judiciais influenciam diretamente o acesso e a regulamentação desses direitos. Portanto, ao analisar o contexto sociopolítico das matérias, é possível identificar como o discurso da revista se alinha ou desafia as correntes políticas dominantes.

B. Narrativas de gênero e representação das mulheres: direitos reprodutivos e o aborto são temas intrinsicamente ligados às questões de gênero. A maneira como a mulher é representada — seja como uma mãe, uma vítima, ou uma agente de suas próprias escolhas — influencia as percepções sobre seus direitos reprodutivos. Esta categoria ajuda a revelar os estereótipos ou as desconstruções desses papéis.

C. Saúde reprodutiva e direitos humanos: o aborto e os direitos reprodutivos são amplamente reconhecidos como questões de saúde pública e direitos humanos. Entender como esses temas são articulados no discurso da mídia é fundamental para avaliar a forma como a revista educa ou informa seu público sobre as implicações sociais e de saúde dessas decisões.

D. Influência religiosa ou moralidade: o debate sobre o aborto é frequentemente influenciado por discursos religiosos e morais que moldam a opinião pública e as políticas. Esta categoria ajuda a identificar até que ponto a revista reproduz esses discursos ou se contrapõe a eles.

5.3 ANÁLISE

As nove matérias selecionadas foram organizadas e categorizadas quanto à edição, tipo de texto, vozes autorizadas, posições discursivas, formas de abordagem e contexto social. Uma observação mesmo antes de iniciar a exposição das matérias é que a *Marie Claire* não utiliza títulos como conhecemos no jornalismo. Os materiais iniciam, em sua maioria, com uma das frases marcantes das entrevistas ou frases que contextualizam o intuito do texto. Já no sumário, as indicações dos textos aparecem com frases curtas que podem resumir o conteúdo. Por isso, não identificamos as matérias pelos títulos.

QUADRO 1 – Textos analisados (2022-2024)

Nº	Matéria (data)	Editoria	Tema	Formato	Macrotemas	Vozes
1	Palmas não estava preparada para ter uma prefeita mãe (mar/22)	Política	Gravidez no mandato e aborto	Entrevista	Política, gênero	Cynthia Ribeiro, Prefeita entrevistada
2	As propostas de Simone Tebet, Sofia Manzano e Vera Lúcia Salgado (ago/22)	Eleições	Aborto no plano de governo	Reportagem de capa	Política, religião	Candidatas à presidência
3	Cida Gonçalves: a nova ministra das mulheres do Brasil e seu posicionamento sobre o aborto (fev/23)	Institucional	Aborto na agenda ministerial	Reportagem de capa	Política, feminismo	Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres
4	Entrevista do mês com Tarciana Medeiros (mai/23)	Economia	Autonomia feminina e desenvolvimento	Entrevista	Economia, direitos reprodutivos	Tarciana Medeiros, Presidenta do Banco do Brasil
5	Entrevista do mês com Dolores Fonzi (ago/23)	Cultura	Legalização do aborto na Argentina	Entrevista	Feminismo, América Latina	Dolores Fonzi, Atriz e ativista
6	Entrevista do mês com Carmen Lúcia (ago/23)	Justiça	STF e judicialização do aborto	Entrevista	Judiciário, democracia	Carmen Lúcia, Ministra do STF
7	Maré Verde: a expectativa sobre a descriminalização do aborto no Brasil (set/23)	Direitos	Legalização do aborto na América Latina	Reportagem	Saúde pública, direitos humanos	Ativistas e especialistas
8	Atenta e forte: a atriz Ayomi Domenica fala da volta ao mundo com o filme nacional (mai/24)	Cultura	Sexualidade, culpa e aborto	Entrevista	Gênero, cultura	Ayomi Domenica, Atriz brasileira
9	Entrevista do mês com Petra Costa (out/24)	Opinião	Aborto como ferramenta política	Entrevista	Política, religião, crítica	Petra Costa, Cineasta

Fonte: Autora

5.3.1 Estudo das Formações Discursivas por Texto Jornalístico

Em ordem cronológica, a primeira das matérias aparece em março de 2022, na categoria de entrevista. A revista traz Cinthia Ribeiro, segundo a *Marie Claire*: “única prefeita de uma capital brasileira, ela se deparou com a mão invisível do patriarcado quando “ousou” engravidar durante o mandato” (Faddul, 2022, p.50). Nesta entrevista o aborto surge de modo marginal, subordinado à narrativa da prefeita sobre a dificuldade de ser mulher na política. Quando perguntada, a entrevistada manifesta posição contrária ao aborto, ainda que reconhecendo seu caráter de saúde pública. Apesar de ser o intuito do material, não aparecem aqui outras vozes, a revista dá voz exclusiva à personagem política. De certa forma, naturaliza a divisão entre o posicionamento pessoal e o institucional. Neste texto, há ausência de qualquer referência à racialização ou à condição social das mulheres afetadas pela criminalização do aborto, evidenciando a centralidade de uma fala a partir da realidade de uma mulher branca, cis e de classe média-alta.

Durante a entrevista, a prefeita representa uma figura institucional feminina que, desafia simbolicamente o campo político masculino. A prefeita, ao engravidar durante o mandato, rompe com a lógica de produtividade masculina. Entretanto, seu posicionamento sobre o aborto é pessoalmente conservador. Ela afirma: “Quando você para para pensar no conceito de vida, é difícil dizer que, por tais e tais motivos, a vida deva ser interrompida. No entanto, entendo que deve ser difícil uma mulher ter que viver com um filho fruto de uma violência” (Faddul, 2022, p.54).

Em outro trecho Ribeiro afirma: “No meu foro íntimo, sou contra. Agora, dizer que isso é uma pauta em que a religiosidade tem que entrar, não acho. Acho que está muito acima disso. É uma pauta social, na qual a gente tem que ter todo um cuidado” (Faddul, 2022, p.54). Essa ambivalência revela a atuação da formação discursiva institucional, que permite a enunciação do aborto sob o registro de algumas exceções, mas desautoriza sua defesa como direito. A revista, ao não tensionar essa contradição, reafirma o lugar autorizado da mulher política.

No que se refere às narrativas de gênero, a prefeita aparece como uma mulher exemplar que concilia a política e a maternidade. Tal representação reitera um ideal feminino aceito pelo imaginário institucional. A saúde reprodutiva surge de maneira marginal, validada apenas como exceção médica. A revista não tensiona a posição da entrevistada, evitando abordar o caráter estruturante da criminalização do aborto para mulheres em contextos de vulnerabilidade. A influência religiosa está implícita na moralização do discurso e no silenciamento das camadas mais precarizadas da sociedade.

Em agosto de 2022, a revista traz uma reportagem com as mulheres candidatas à presidência, nas eleições daquele ano. O topo da página expõe:

As candidatas – No Brasil, um dos piores países em termos de representatividade feminina na política, apenas dez mulheres se candidataram à Presidência da República desde a redemocratização, em 1985 – e só Dilma Rousseff conseguiu ser eleita. Três delas se preparam para a corrida eleitoral deste ano: Simone Tebet (MDB), Sofia Manzano (PCB) e Vera Lúcia Salgado (PSTU) [...] (Azenha, 2022, p. 31).

O texto traz uma introdução de cada uma das candidatas e faz uma contextualização sobre o tema proposto na matéria. O aborto aparece como tópico protocolar em meio a outros temas, incorporado ao roteiro de perguntas. Nestas entrevistas, as perguntas seguem as mesmas para as três presidenciáveis. Tebet reafirma o discurso religioso-conservador, e Manzano defende a legalização abertamente e ainda fala sobre a autonomia reprodutiva da mulher. Salgado também segue em defesa do aborto, quando diz: “Não podemos aceitar que um sistema social que nos condena a todo tipo de sofrimento ainda se ache no direito de ser dono dos nossos corpos” (Azenha, 2022, p.36).

O tema aborto é o primeiro que aparece nas perguntas, porém, sem ampliar a discussão. A revista em nenhum momento tensiona as respostas, buscando justificativas mais amplas. O conteúdo foca nos planos de governo de cada uma, por conta disso, aparecem assuntos como: feminicídio, teto de gastos, reforma trabalhista e demarcação de terras indígenas. A escolha de um formato homogêneo de entrevistas contribui para reforçar uma formação discursiva pluralista-moral, típica do campo institucional, que legitima o dissenso como expressão da democracia representativa, mas esvazia sua potência política ao não incluir questões estruturais, como desigualdade, raça e classe (Foucault, 1971);

Ao buscar uma perspectiva interseccional, apesar desta matéria ter a presença de uma mulher negra e de origem pobre, a posição e abordagem sobre o tema são invisibilizadas, em nenhum momento as perguntas passam para o contexto de vivência da candidata. De certa forma, ao escolherem perguntas iguais para todas as candidatas – provavelmente em razão de restrições na cobertura impostas pela legislação eleitoral, não há a possibilidade de explorar os temas da forma mais profunda.

Do ponto de vista foucaultiano, essa formação discursiva atua como um mecanismo de controle do dizer (Foucault, 1971), permitindo que o aborto seja tematizado dentro de limites estáveis e previsíveis, onde o conflito ético é autorizado, mas o conflito social é interditado. Assim, falar de aborto é permitido, desde que sem conectar o discurso à experiência material

dos corpos que sofrem sua criminalização, configurando uma prática discursiva que assegura a governabilidade do tema no espaço midiático institucional.

A terceira matéria está publicada na edição de fevereiro de 2023, como reportagem de capa com Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres. Tem-se como marco histórico desta matéria o início do atual governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT 2023-2026). Embora o atual governo petista tenha instituído, pela primeira vez, um ministério exclusivamente voltado às pautas das mulheres, é importante destacar que, nos mandatos anteriores do Partido dos Trabalhadores, existia a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status ministerial, responsável por articular ações voltadas à equidade de gênero. No entanto, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), as políticas públicas específicas para mulheres foram significativamente descontinuadas, uma vez que a então criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos adotou uma abordagem conservadora e pautada em valores tradicionais de família, o que restringiu o espaço institucional para a formulação de políticas amplas e interseccionais voltadas às mulheres.

O texto assume posicionamento definido de apoio ao trabalho do ministério. Isso é possível ser percebido quando, logo no início, a jornalista descreve o seu caminho até a entrevista, recebendo comentários contrários [do motorista de aplicativo que a levava] à criação da pasta. Na sequência apresenta uma fala da ministra: “Enfim, somos um ministério com toda a estrutura e independência de um ministério, com endereço na Esplanada e assento na mesma mesa dos ministros homens, que tocam políticas tão importantes quanto as que faremos aqui”. (Cortêz, 2023a, p.59). Cida Gonçalves aparece como única fonte nesta matéria e fala sobre o aborto como “tema sensível” e defende cautela estratégica, reinscrevendo o aborto no lugar de tabu institucional.

O aborto ganha um destaque na conversa. No topo da página, o texto inicia destacando a fala da entrevistada “O aborto é o último momento de desespero da mulher”. Durante o texto, a revista utiliza falas da entrevistada que demarcam posicionamentos. Como neste trecho:

Temas sensíveis como o do aborto são reservados, em certa medida, ao Ministério das Mulheres. Ou ao mesmo espera-se que seja essa ministra que responda sobre eles. Para Cida, a conversa é outra: trata-se de uma pauta que precisa encontrar respaldo para além de seu quintal. “Depende de um Legislativo avançado, mas também da articulação do movimento de mulheres. Enquanto ministra, vou defender que a gente não perca o que tem. Agora, se vou fazer o debate? Digo que não vou fugir dele, mas não será esse ministério e essa ministra a defini-lo (Cortêz, 2023a, p.59).

A formação discursiva aqui é a da gestão progressista que negocia pautas sensíveis em nome da estabilidade institucional. Essa racionalidade do adiamento opera como uma forma de

silenciamento simbólico, na medida em que relega o aborto a uma categoria de demanda futura, o que a partir de Foucault, pode ser identificado como um dos efeitos que regulam os discursos (Foucault, 2006). Embora a entrevista traga uma mulher que, pode-se dizer, representa os interesses das mulheres no país, esta traz falas que se baseiam nos interesses institucionais, ligada ao lado político do governo, e isso mantém distância segura de posicionamentos mais incisivos. Ainda vemos certa seletividade da revista ao manter o aborto como pauta autorizada por figuras públicas. Esse tipo de formação discursiva reproduz a ideia de que o momento político determina a legitimidade do discurso, transformando os direitos reprodutivos em temas negociáveis conforme a conveniência institucional. A revista reitera esse dispositivo ao apresentar a ministra como estratégica, sem incluir perspectivas militantes ou tensionar o adiamento do debate, reforçando a hegemonia do discurso político moderado e tecnocrático.

Na sequência, em maio de 2023, se tem uma entrevista com Tarciana Medeiros, primeira mulher a ser presidenta do Banco do Brasil. A presença desta entrevista representa certa exceção no corpus analisado, já que se fala da perspectiva de uma mulher negra e lésbica. Medeiros associa a autonomia corporal à economia e ao desenvolvimento social. A matéria permite esta abordagem, mas mantém-se como instância de mediação, evidenciando o controle sobre quem pode problematizar o aborto. O debate é circunscrito à vertente econômica, sem maiores desdobramentos sobre as experiências específicas de mulheres negras e pobres. Como no trecho em que se destaca a seguir:

MC: A descriminalização do aborto pode ajudar a economia de um país? Mercedes D'Alessandro, primeira diretora nacional de Economia, Igualdade e Gênero do Ministérios da Economia argentino, diz que sim. O que acha disso? TM: Não diria apenas a descriminalização do corpo da mulher. Para mim, a mulher deveria poder fazer com o corpo dela o que quiser. Se um país tem mulheres livres e que têm direitos sobre o próprio corpo, tem mulheres mais independentes, com melhores condições de cuidar de suas vidas. E qualquer nível de dependência que gere incapacidade de poder cuidar de si próprio prejudica a economia (Cortêz, 2023b, p.80).

A revista demarca alguns posicionamentos quanto aos temas discutidos quando escreve frases como: “a armadura que construiu contra a misoginia, o racismo, a xenofobia e a lesbofobia” (Cortêz, 2023b, p.78). Nesta matéria, a revista contribui para esse deslocamento ao tratar o posicionamento de Tarciana isoladamente, evitando construir relações entre políticas e a vivência de outras mulheres fora da elite institucional. A ausência de conexão com o contexto coletivo evidencia uma limitação recorrente nas matérias analisadas: a dificuldade de articular individualidade e estrutura, o caso e a política. Assim, o aborto aparece como direito

condicional, possível apenas quando validado por performances de sucesso e respeitabilidade, e não como parte de um projeto de cidadania reprodutiva ampla.

A edição de agosto de 2023 traz duas matérias que entraram na análise. A entrevista com Dolores Fonzi, atriz argentina que traz posicionamentos feministas bem definidos e mantém atuação em defesa dos direitos das mulheres, incluindo a legalização do aborto. Diferente dos outros textos, este fala de uma perspectiva de quem vive o movimento, de apoiadora. A matéria conta a história de ativismo da atriz argentina, principalmente junto a campanha de legalização do aborto na Argentina, em 2020, e procura também trazer semelhanças entre a personagem da atriz [Blondi, que conta a história de uma mãe que engravida aos 15 anos] e momentos vividos por ela na vida real. A revista traz questionamento sobre como foi estar dentro do movimento na Argentina:

MC: O que lembra do dia da legalização? DF: Estava de férias na praia (a votação foi na madrugada de 30 de dezembro de 2020), deixei toda a minha família lá e dirigi sozinha até Buenos Aires para ir à praça [do Congresso]. Cheguei às 13 horas do dia 29 e fui embora às 7 da manhã do dia seguinte. Tinha uma barraca do coletivo Atrizes Argentinas lá, subimos no palco, estávamos todas. Era pandemia, tínhamos medo de nos contagiar, mas foi incrível. Levei para casa uma bandeira enorme do aborto legal para a minha filha, que vou emoldurar (Tadeo, 2023, p.26).

O texto mostra a dicotomia entre religiosidade, sexualidade e a crença. A atriz defende que a religião não pode (ou não poderia) definir as escolhas feitas pelos indivíduos. A moralidade religiosa é rejeitada no discurso da atriz, mas a mediação editorial evita tensionar explicitamente os valores predominantes na sociedade brasileira. Em outro trecho, a *Marie Claire* questiona à atriz como as famílias argentinas veem este assunto.

MC: A discussão pública sobre o aborto chegou à mesa de jantar das famílias argentinas? DF: Com certeza. Todas usávamos o lenço verde [da campanha pela legalização], não saíamos de casa sem. Milhões de meninas e jovens iam para as marchas, a onda verde na Argentina foi impressionante e se ramificou para outros países. Colocou na mesa de todos a discussão de que o aborto tem a ver com liberdades individuais, com a decisão sobre o corpo e a vida dos outros. Por que dizer que não para uma decisão pessoal do outro, obrigar alguém a ter um filho? Deixem as pessoas em paz (Tadeo, 2023, p.26).

Em relação às narrativas de gênero, a atriz se posiciona como agente de transformação e mobilização coletiva. O aborto é tematizado de forma direta, como escolha legítima e não como exceção. A saúde reprodutiva é central no discurso da entrevistada, mas a revista não faz paralelos diretos com contexto brasileiro, mantendo o enquadramento no plano internacional. Isso contribui para um deslocamento discursivo que enfraquece a urgência local do tema.

Apesar do ponto de vista diferenciado que traz nesta matéria, a fala de Fonzi se mantém no campo cultural e internacional.

Na segunda matéria do mês de agosto, a *Marie Clarie* traz uma entrevista com a Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmén Lúcia. Este é mais um texto que tem como título uma frase marcante da entrevistada: “Não há razão para que não haja uma mulher negra no STF”. Apesar de não fazer referência direta ao tema desta pesquisa, durante o texto é discutido sobre uma possível descriminalização do aborto. O contexto político do julgamento da ADPF 442 no STF serve como pano de fundo para o assunto com Carmen Lúcia. A declaração que "o Supremo deverá decidir, mas o Congresso é quem legisla" revela uma formação discursiva jurídica-normativa, que define o aborto mais como objeto técnico do direito, do que como questão de saúde ou justiça social.

O primeiro parágrafo começa com uma descrição da personagem: “Segunda mulher a ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia fez seu debut na corte em 2006 – quando o tribunal já havia abrigado centenas de ministros em seus então 115 anos de existência. Somente isso faria dela figura histórica na república” (Alonso; Cortês, 2023, p.39). Não apenas nestas matérias, mas em outras também, a revista busca exaltar a atuação das mulheres entrevistadas e as coloca em uma posição de conquistadoras. A representação de gênero, neste contexto, pode reforçar o papel como mediadora institucional de discussões sensíveis. A saúde reprodutiva é secundarizada pelo discurso de competência técnica. A revista valida esse enquadramento ao destacar a trajetória da ministra, sem incluir tensionamentos da sociedade civil ou do movimento feminista.

No contexto histórico que o Brasil passava no período desta edição da revista, o tema aborto estava em alta nas discussões. A ADPF 442 recebeu voto favorável, da ex-ministra Rosa Weber, para a descriminalização.

MC: O jornal O Globo publicou que antes de se aposentar Rosa Weber deve pautar a ADPF 442, que defende a descriminalização da interrupção da gravidez com consentimento da gestante até a 12ª semana de gestação. Qual é o posicionamento da senhora quanto ao tema? CL: Esse é um tema da maior importância para o Brasil. Como foi judicializado, o Supremo uma hora tem um encontro marcado com ele. E acho importante a gente não ter preconceitos sobre o assunto. Não é possível que com essa sensibilidade e com uma centralidade para as mulheres no mundo inteiro a descriminalização do aborto não possa ser sequer discutida. Existe um pedido para se interpretar uma norma, nós vamos dizer se essa interpretação é constitucional ou não. No fundo, é só isso. E não elimina que o Congresso possa discutir o assunto ou deva, e principalmente que a sociedade, homens e mulheres, o discutam (Alonso; Cortês, 2023, p.41).

Nesta matéria, o discurso sobre o aborto aparece pautado fortemente sobre o discurso jurídico, já que aqui, a ministra também é a única fonte ouvida. A jornalista exalta a trajetória da ministra, mas a matéria permanece no campo institucional, sem apresentar vozes de movimentos ou pessoas afetadas. Mais uma vez, a revista mostra que este é, sim, um tema a ser pautado, entretanto, mantém o discurso em um campo “seguro”, evitando discussões mais acaloradas.

A reportagem sobre a Maré Verde, publicada em setembro de 2023, certamente é aquela que traz maior contextualização sobre o tema. Em meio às discussões sobre o aborto no país, a revista trouxe a reportagem: “Maré verde: a expectativa sobre a descriminalização do aborto no Brasil”. A matéria expõe os atrasos brasileiros frente à América Latina e denuncia a instrumentalização política e religiosa do aborto. “O que se percebe é que as portas, ou pelo menos boa parte delas, estão abertas. Então, o que falta para que a mesma maré verde que atingiu nossas *hermanas* possa sensibilizar o Brasil?” (Cetrone, 2023, p. 52). Em outro trecho aparece: “Mais do que se atualizar, o Brasil tem a chance de acompanhar os avanços que foram pleiteados pelos movimentos feministas na América Latina” (Cetrone, 2023, p. 52). A matéria se insere no contexto do avanço de legislações progressistas sobre o aborto em países da América Latina. A formação discursiva predominante é de resistência institucionalizada, com base em fontes de organizações da sociedade civil, juristas e pesquisadoras. A afirmação de que “O Brasil está atrasado em relação aos países vizinhos no reconhecimento do aborto como direito” configura um enunciado de contestação aos regimes de verdade que dominam o discurso oficial sobre o tema no Brasil.

O texto traz vozes como Débora Diniz, antropóloga, professora da Universidade de Brasília e autora da pesquisa PNA, Emanuele Góes, doutora em Saúde Pública e pesquisadora da Associação de Pesquisa Iyaleta e Juliana Bertholdi, especialista em Direito Público e Penal. Como é de costume até aqui [pelo menos, dentro do contexto analisado], a revista não esconde o seu posicionamento à frente do tema, chegando a se aproximar de falas quase que esperançosas, como: “Além da temperatura quente do debate no país, o cenário político talvez nunca tenha sido tão favorável para que este direito seja finalmente garantido” (Cetrone, 2023, p. 51) e “Isso porque, mais do que interromper uma gravidez, o aborto legal e seguro amplia o acesso à educação sexual, à informação e a métodos contraceptivos – o que previne novas gravidezes indesejadas e contorna o aborto de repetição (quando é realizado mais de uma vez)” (Cetrone, 2023, p. 52).

A narrativa de gênero privilegia o ativismo feminino coletivo, com foco em movimentos organizados. A saúde reprodutiva é o eixo central da abordagem, apresentada como um direito negado e como responsabilidade do Estado. A reportagem tensiona diretamente o papel da política pública na perpetuação de desigualdades. Em relação à moralidade, a matéria busca desnaturalizar a influência da religião, embora o tratamento editorial mantenha o foco na legalidade e evite confrontar explicitamente grupos religiosos. Ainda assim, é a única matéria do corpus que estabelece uma crítica articulada e estrutural, consolidando-se como exceção.

Em outro momento a revista traz as diferenças entre o governo Bolsonaro e o Governo Lula: “A transição entre o governo Bolsonaro para o governo Lula também é vista como um facilitador. Por mais que Lula tenha se colocado contrário ao aborto em sua projeto campanha presidencial, reconheceu que o assunto deveria ser transformado numa questão de saúde pública” (Cetrone, 2023, p. 52), em abril de 2022. A matéria cita a fala de Cida Gonçalves em outra edição da revista (a mesma analisada por este trabalho), mas diz que neste momento não quis se posicionar quanto à ADPF 442. Traz ainda retaliações ao tema em outros campos de discussão, como na igreja. “Essas tentativas já começaram a acontecer: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pediu que igrejas católicas insiram nas missas de domingo “preces a favor da vida de milhares de pequeninos inocentes” e roguem pela “não aprovação da ADPF 442” (Cetrone, 2023, p. 53).

Outras observações sobre este material envolvem o uso de termos como “demais pessoas capazes de gestar” quando se fala sobre maternidade, neste caso, a revista amplia a discussão sobre o aborto para grupos marginalizados das discussões, como é o caso dos homens trans. O texto finaliza a matéria com a frase “Acompanharemos, atentas e fortes”, um claro indicativo do posicionamento não só do texto, mas da revista. Nesta matéria, emergem formações discursivas de resistência, que articulam o aborto a estruturas de violência estatal. A revista adota um posicionamento mais ativo, ainda que mantenha o foco em fontes institucionalizadas, como ONGs e universidades.

Em maio de 2024, a entrevista com a atriz Ayomi Domenica trouxe o tema. A atriz estrela o filme *Levante*, em que protagoniza uma jovem de 17 anos que decide terminar com a gravidez em um momento decisivo da sua carreira de jogadora de voleibol. Toda a entrevista é baseada no tema aborto, já que também é o tema principal do filme. Algumas frases utilizadas no texto para classificar o filme foram “filme reverenciado no mundo todo”, “Ayomi consegue humanizar as agruras às quais mulheres e pessoas que gestam são submetidas ao querer abortar – um retrato que passa pela violência média à perseguição de grupos religiosos que tentam

dissuadi-las da intenção” (Cetrone, 2024, p.105), mostrando o apoio e valorizando a importância de se discutir o tema. A entrevista traz algumas falas importantes para a discussão: “Muitas mulheres quiseram se abrir com a gente para falar das experiências que viveram, o que foi muito valioso. O filme virou um espaço de acolhimento” (Cetrone, 2024, p.105), diz a atriz. Fala que insere-se numa formação discursiva feminista-cultural, que conecta corporeidade e subjetividade. Ela ainda reflete sobre suas próprias vivências.

Tive muito medo de engravidar na adolescência porque pensava a quem eu deveria recorrer e como fazer para abortar. Nunca precisei, ainda bem, porque todas as pessoas com quem falei sobre aborto tiveram experiências traumáticas. Não precisaria ser assim. Se tivéssemos políticas em relação a isso, a relação do aborto com a culpa, crime e punição divina mudaria muito (Cetrone, 2024, p.105).

A revista ainda traz o contexto histórico-temporal brasileiro, que se complementa entre o posicionamento da revista e a necessidade de se pautar o aborto.

O filme chega em um momento pulsante, ainda que paradoxal, para a conversa sobre direitos reprodutivos no país. No último ano, vimos o Supremo Tribunal Federal (STF) dar seu primeiro voto para descriminalizar o aborto até a 12ª semana, enquanto que, em 2024, investidas como a do Conselho Federal de Medicina (CFM), tentam travar a realização de abortos legais acima da 22ª semana: Isso sem contar a disputa ideológica constante em torno do tema nas esferas sociais e políticas (Cetrone, 2024, p.105).

A representação de gênero desloca-se da figura institucional para a vivência sensível. O aborto aparece vinculado à culpa e à educação, com potencial para ampliar o debate sobre saúde reprodutiva. Contudo, a revista não articula essa fala a um debate mais estruturado sobre políticas públicas. A influência da moralidade religiosa aparece no relato da culpa, internalizada desde a adolescência, sem que o discurso jornalístico a relacione às formas de dominação social mais amplas. A atriz brasileira relata que temia engravidar na adolescência e critica a moralização do aborto. Os enunciados integram uma formação discursiva feminista, que é legitimada pela revista, mas não a insere num debate político mais amplo, reforçando a divisão entre experiência individual e mobilização coletiva.

O último texto da análise aparece na edição de outubro de 2023, com a entrevista da cineasta Petra Costa, que expõe um discurso crítico à manipulação moral de temas como aborto e direitos LGBTQIAPN+ pelo conservadorismo político brasileiro. O texto aparece com um tom político, porém desta vez, a fala parte de uma fonte voltada à cultura, já que a cineasta não está na mesma linha das outras falas que passam pelo institucional. Mais uma vez, o texto assume a postura de defesa de direitos dentro de uma sociedade machista. A matéria faz uma

introdução ao trabalho da cineasta, lembrando o fato dela ter sido indicada ao Oscar com o documentário *Democracia em Vertigem*.

O foco da entrevista com Petra não fala especificamente sobre o aborto, apesar disso é feita a seguinte pergunta pela jornalista:

MC: à época do lançamento [de *Democracia em Vertigem*], em 2015, você defendeu a descriminalização do aborto. Quase dez anos depois, como vê a progressão desse tema no Brasil? PC: Regrediu, né? Justamente porque temos uma bancada no Congresso cada vez mais conservadora. A questão do aborto foi um mito criado em 1970. Não era uma questão para nenhuma das igrejas evangélicas americanas – elas eram a favor do aborto. Mas, em algum momento, quando se criou o conceito da maioria moral, elas decidiram que essa seria a pauta que mais galvanizaria o público republicano a votar em candidatos republicanos. Mas, na verdade, a real questão era a que sempre mobiliza qualquer tentativa antidemocrática: não pagar impostos. Falaram: “Como é que a gente vai unir e criar uma maioria moral? Através da questão do aborto”. Então eles criaram esse mito de que eram extremamente contra o aborto e de que estava havendo um genocídio de bebês nos Estados Unidos. E, no Brasil, estamos replicando o mesmo modelo de criar fantasmas imaginários, como o aborto e a questão LGBTQIAPN+, como se esses fossem os demônios de uma sociedade moral e incorreta que os homens de bem precisassem combater. E, na verdade, o que os mobiliza é não querer pagar impostos (Kodic, 2024, p.17).

A cineasta Petra Costa oferece uma leitura política sobre o uso do aborto como instrumento de manipulação eleitoral. O trecho destacado opera sob uma formação discursiva crítica que articula poder, saber e controle, conforme proposto por Foucault (1971). O contexto da matéria está diretamente ligado às estratégias eleitorais de grupos conservadores e religiosos no Brasil. Em relação às narrativas de gênero, Petra assume o lugar de uma intelectual crítica que denuncia os dispositivos de poder que capturam os corpos das mulheres. A saúde reprodutiva é implicada como objeto a ser pautado, entretanto, se entende na matéria que esta não é uma questão reconhecida pelo discurso dominante. A revista, embora publique a fala, não promove sua expansão ou conexão com outros discursos feministas brasileiros. Quanto à moralidade, a cineasta denuncia explicitamente sua função disciplinar e eleitoral, o que coloca sua fala em tensão direta com a hegemonia religiosa e conservadora vigente. Ainda que pontual, essa entrevista representa um dos momentos mais disruptivos da revista em relação aos regimes de verdade que regulam o aborto na mídia brasileira.

5.3.2 Dinâmicas Discursivas em Conjunto: Convergências e Tensões

A partir das nove matérias verificadas, com base na análise de discurso, foi possível agrupar os textos conforme características discursivas comuns e observar suas diferenças estruturais. O objetivo foi identificar regularidades e fissuras nas estratégias de controle e

circulação do discurso sobre o aborto, compreendendo como as matérias se organizam discursivamente em torno de regimes de disseminação do que seria verdade e dispositivos de poder. Ao olhar coletivamente para estes materiais, é possível compreender que o aborto, ainda que uma pauta regular na revista, é operado por uma lógica controlada – ou seja, é um discurso que circula apenas sob determinadas condições, sujeitos e formatos previamente legitimados.

Alguns elementos comuns entre as reportagens e entrevistas foram as vozes autorizadas a discursar sobre o aborto, que estavam na linha de figuras de projeção institucional, como políticas (prefeita, ministra, candidatas à presidência), intelectuais (ativistas e juristas) e artistas reconhecidas. Esse padrão evidencia o dispositivo de controle que, para Foucault (1971; 1999), define quem pode falar legitimamente sobre temas socialmente sensíveis. A revista acaba operando como mediadora do discurso, autorizando a circulação do tema em condições controladas, que passam pelas entrevistas protocolares, plano institucional, ou quando se distancia um pouco deste padrão, passando para a linha cultural, em que os sujeitos já têm boa visibilidade pública e acabam garantindo a aceitação editorial do seu público. Conforme Foucault (1971), esse controle não é apenas censura, mas um efeito das próprias regras de formação dos discursos: o que pode ser dito, por quem e com quais efeitos de verdade.

Apesar do seu posicionamento bem definido, favorável ao discurso de libertação dos corpos femininos, essa regulação das vozes auxilia a evitar tensões diretas com as leitoras que podem ter uma tendência mais conservadora ou liberal. As experiências das mulheres negras, pobres, periféricas ou fora do espaço midiático normativo são amplamente silenciadas, mesmo quando suas presenças estão formalmente garantidas, como no caso de Vera Lúcia. Não houve participação de mulheres “comuns”, que poderiam compartilhar as suas vivências e suas lutas. Todas as matérias carecem de depoimentos de mulheres que são próximas destas realidades, como ativistas de base, mulheres negras, periféricas, trans ou indígenas. Mesmo o discurso feminista sendo incorporado na maioria dos textos, as fontes permanecem no modelo institucional. Essa ausência configura, sob a ótica interseccional (Akotirene, 2019), um apagamento sistemático das experiências marginalizadas. Há oportunidades para se trazer mais diversidades aos textos, dando realmente as vozes necessárias para se ter um conteúdo completo e que contribua para a discussão. O aborto, portanto, é autorizado como tema quando tratado por vozes consideradas legítimas pelo regime midiático — o que reforça desigualdades estruturais e reitera o controle institucional sobre o discurso.

Em seis das nove matérias, o aborto aparece como um tópico complementar ou condicionado a estratégias institucionais ou culturais. Apenas no texto sobre a Maré Verde o

aborto é pautado de forma direta, como questão central e urgente, aproximando-se de um discurso de resistência. A revista e a autora do texto deixam este ponto delimitado quando finalizam indicando que seguirão acompanhando o tema. Apesar disso, este foi o último que trouxe o tema de modo mais amplo, entretanto, o ano de 2024 deixa inúmeras oportunidades de se pautar novamente o tema. Como o projeto da Câmara dos Deputados que previa pena de até 20 anos para quem realizar aborto após 22 semanas de gestação, ou quando a Câmara aprovou a PEC que proibia o aborto legal no país, estes são apenas alguns dos exemplos das discussões presentes na sociedade que poderiam aparecer na revista.

Ainda assim, há uma tendência nas matérias que tensionam as visões que se propagam sobre o aborto no país, como nas entrevistas com Petra Costa e a matéria da Maré Verde, anteriormente mencionada, que são as únicas a denunciar diretamente o conservadorismo moral e a manipulação política e religiosa do tema. A reportagem com Tarciana Medeiros é a que traz o assunto de uma perspectiva que se diferencia um pouco das outras, discutindo o aborto a partir da visão econômica. De certa forma, esta divisão (política-institucional, economia e cultural) revela uma segmentação discursiva do tema, tratado como gestão pública, estratégia eleitoral, argumento econômico ou objetivo artístico, mas ainda que citado, raramente aparece (ou nunca apareceu amplamente discutido) como questão de saúde pública e direitos humanos. Há um certo equilíbrio entre os argumentos de cunho moral-religioso. Nas matérias com Cinthia Ribeiro e Simone Tebet, por exemplo, ambas afirmam ser contra o aborto por motivos religiosos, a revista não tensiona as respostas na busca por mais argumentação. Já nos textos com Dolores Fonzi, Ayomi Domenica e Petra Costa, há explícita rejeição a este discurso baseada na religião.

A análise comparativa evidencia que a *Marie Claire* organiza seu discurso sobre o aborto a partir de uma estrutura que combina controle editorial, legitimação de vozes institucionalizadas e exclusão de minorias que poderiam contribuir para a discussão. Embora algumas matérias tensionem esses dispositivos, especialmente ligadas ao campo cultural, as experiências das mulheres populares brasileiras permanecem silenciadas. A falta de tensionamento nas entrevistas e a ausência de aprofundamento sobre os efeitos da criminalização do aborto para populações vulneráveis evidenciam uma formação discursiva que reproduz a universalização da mulher branca, urbana, instruída e heteronormativa como sujeito legítimo da fala. Isso confirma os apontamentos de Akotirene (2019) sobre como a interseccionalidade é frequentemente invocada, mas raramente praticada em sua radicalidade. Respostas para estas escolhas editoriais podem estar ligadas ao tipo de público para o qual a

revista escreve, já que seria definido como mulheres de classe média alta, escolarizadas e que buscam estar minimamente informadas sobre todo tipo de assunto, desde moda à política. Ainda que a revista se posicione e defina o seu ponto de vista, há espaço para argumentação de forma mais eficiente, mesmo que este não seja o foco principal de uma revista que inicialmente era tida como de “moda e coisas fúteis”.

De forma geral, as matérias operam dentro de regimes de verdade que admitem a circulação do discurso sobre o aborto apenas sob vigilância: o tema pode emergir, mas não se sustenta como demanda estruturante. A multiplicidade de vozes presentes no corpus não se traduz em diversidade discursiva efetiva, uma vez que os formatos, as perguntas e os enquadramentos permanecem vinculados à lógica institucional da revista. A ruptura aparece pontualmente — com Petra Costa, Ayomi Domenica e a reportagem "Maré Verde" — mas essas fissuras são rapidamente reabsorvidas por um discurso jornalístico que busca equilíbrio e neutralidade, como consequência, não há posicionamento demarcado o suficiente para se trazer discussões efetivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar o discurso jornalístico sobre o aborto e os direitos reprodutivos das mulheres na revista *Marie Claire*, considerando as edições publicadas entre 2022 e 2024. Fundamentado na análise de discurso de orientação foucaultiana, o estudo procurou compreender as formações discursivas que atravessam as representações midiáticas desses direitos e as articulações com os debates sociais, políticos e culturais. Com esse recorte, buscou-se refletir sobre o papel da imprensa feminina enquanto produtora de sentidos em torno do corpo, da autonomia e da cidadania das mulheres.

A escolha de falar sobre o aborto neste momento histórico está relacionada ao cenário político-social brasileiro pós-eleições de 2022, quando uma mudança de governo trouxe novas expectativas em relação às políticas de gênero e direitos humanos. A ascensão de um governo de orientação progressista reacendeu os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, inclusive com a revogação de portarias restritivas editadas no período anterior e a retomada de pautas sobre saúde pública e equidade de gênero. Entretanto, esse movimento também provocou reações de setores conservadores, resultando em propostas legislativas mais restritivas, como o PL 1.904/2024, que pretendia equiparar o aborto ao crime de homicídio. Nesse contexto, a abordagem midiática sobre o aborto adquire uma dimensão estratégica, ao participar da construção social dos sentidos sobre o tema e influenciar a opinião pública em um momento de redefinição de políticas públicas.

Retomar os debates apresentados ao longo dos capítulos desta dissertação permite compreender de forma mais ampla como a análise se construiu a partir da trajetória histórica dos feminismos, da evolução da imprensa feminina e das especificidades do jornalismo de revista. A discussão teórica estabeleceu as bases para reconhecer os diferentes tratamentos discursivos sobre o aborto e as tensões que atravessam sua veiculação midiática, especialmente em veículos que operam em uma lógica comercial.

A análise do corpus da revista *Marie Claire* evidenciou a coexistência de permanências e deslocamentos discursivos, demonstrando como os sentidos sobre os direitos reprodutivos são condicionados por estratégias editoriais, posicionamentos ideológicos e disputas sociais mais amplas. Essa articulação entre os capítulos fundamenta o percurso metodológico e analítico, e sustenta a reflexão crítica proposta sobre os limites e as possibilidades da imprensa feminina enquanto espaço de mediação de discursos sobre o aborto.

Ao longo desta pesquisa, foi importante retomar o papel que a *Marie Claire* desempenha no campo do jornalismo de revista e na abordagem de temas relacionados aos direitos das mulheres. Com seu histórico de cobertura de pautas de gênero, a publicação tornou-se um objeto de estudo adequado para a análise de como o jornalismo de revista articula diferentes discursos sobre o aborto. A escolha do corpus permitiu examinar como o veículo constrói sentidos, negocia posicionamentos e, por vezes, reproduz tensões presentes na sociedade brasileira em torno das questões de gênero e direitos reprodutivos.

A análise das matérias revelou que, embora a *Marie Claire* tenha como marca editorial a defesa de pautas feministas e dos direitos das mulheres, o tratamento dado ao tema aborto se apresenta de maneira heterogênea, como pode ser observado, por exemplo, na matéria sobre as propostas de Simone Tebet, Sofia Manzano e Vera Lúcia Salgado (agosto/2022), que trata o tema de modo protocolar, sem desenvolver análises aprofundadas sobre o contexto das entrevistadas. Em um primeiro momento, a pesquisa considerou um número mais amplo de matérias publicadas entre 2022 e 2024, o que permitiu um mapeamento inicial da presença e da abordagem do tema nas diferentes edições. Esse processo de levantamento resultou na seleção de nove matérias para análise aprofundada, escolhidas por seu conteúdo mais diretamente relacionado ao aborto e aos direitos reprodutivos. Em algumas dessas edições, o tema aparece como central e é trabalhado com maior profundidade, proporcionando visibilidade a vozes de mulheres, especialistas e ativistas. Em outras, surge de forma marginal, como uma menção acessória dentro de reportagens mais amplas, como na matéria com Cinthia Ribeiro, Prefeita de Palmas (TO) - Palmas não estava preparada para ter uma prefeita mãe (março/2022). Essa variação discursiva foi interpretada como uma estratégia editorial que equilibra o posicionamento da revista com as limitações impostas por seu formato comercial e pelas dinâmicas do mercado midiático. A análise dessas nove matérias foi fundamental para a construção das conclusões sobre a abordagem da revista em relação ao tema, permitindo identificar tanto os limites quanto as potencialidades do jornalismo de revista na cobertura de questões de gênero e direitos reprodutivos.

A investigação mostrou ainda que a revista reproduz determinadas formações discursivas institucionais e normativas sobre a moralidade, a legalidade e a maternidade. Observou-se a presença de dispositivos de silenciamento simbólico e de adiamento do debate, especialmente nas matérias que trazem o aborto apenas como dado protocolar. A ausência de tensionamento em entrevistas e a uniformização das perguntas dirigidas a personagens políticos

são indicativos da operação de tais dispositivos, a exemplo da reportagem com Cida Gonçalves (fevereiro/2023).

Por outro lado, também foram identificadas rupturas e deslocamentos discursivos, sobretudo em matérias como a entrevista com Dolores Fonzi (agosto/2023) e a publicação com Petra Costa (outubro/2023), que mencionam o aborto como tema de saúde pública e de justiça reprodutiva, relacionando o debate à experiência cultural e biográfica das entrevistadas. Além disso, notou-se que a revista frequentemente insere o tema aborto em reportagens cuja pauta principal é outra, indicando que há uma preocupação editorial em manter a discussão ativa e transversal nas diferentes seções da publicação (nestes casos, as matérias acabaram excluídas da análise final e não fazem parte dos nove conteúdos analisados). Tal estratégia sugere que o aborto é compreendido como um tema relevante dentro da linha editorial da revista, e não apenas como uma pauta ocasional explorada em momentos de maior visibilidade midiática.

No que se refere à interseccionalidade, o trabalho revelou que as abordagens da revista nem sempre consideram as especificidades das experiências reprodutivas de mulheres negras, pobres e periféricas. Em geral, o discurso jornalístico analisado tende a se apoiar em perspectivas universalizantes do feminino, o que limita a complexidade do debate sobre os direitos reprodutivos. Mesmo em reportagens que contam com a participação de mulheres negras ou de origem socialmente vulnerável, a revista não explora as oportunidades de aprofundar os recortes de classe e raça nas discussões sobre o aborto. As narrativas apresentadas acabam por diluir as experiências interseccionais, mantendo o foco em abordagens mais generalistas, por exemplo na entrevista com Tarciana Medeiros (maio/2023). Ainda assim, é possível identificar avanços na inclusão de personagens e vozes diversas em algumas reportagens, como em Maré Verde: a expectativa sobre a descriminalização do aborto no Brasil (setembro/2023), que aborda diferentes contextos de acesso e percepção do aborto, apontando para movimentos de mudança e reconfiguração editorial.

A maioria dos discursos observados nas matérias analisadas apresenta fontes institucionalizadas, como juristas, especialistas da área da saúde e figuras públicas com prestígio social, o que reforça determinadas hierarquias de saber e autoridade. Essa estratégia editorial, embora contribua para conferir legitimidade aos argumentos apresentados, tende a limitar a pluralidade de vozes, especialmente aquelas oriundas de movimentos populares e experiências pessoais diversas. Já em publicações como a com a atriz, Ayomi Domenica, a abordagem é mais analítica, ainda que centrada em personagens públicas com notório capital simbólico. Em alguns momentos a revista amplia o repertório discursivo ao abordar o tema em

interface com a cultura e o ativismo, revelando tentativas de diferentes tipos de abordagem. Essas diferenças evidenciam que, embora a revista busque manter o tema em sua agenda, a forma como ele é tratado segue tensionada entre as estruturas institucionais de poder e a emergência de novas vozes no debate público.

A discussão sobre os direitos reprodutivos foi contextualizada com base em um panorama legal e normativo brasileiro, marcadamente atravessado por disputas ideológicas e legislações em constante tensionamento. No período analisado, entre 2022 e 2024, houve uma série de iniciativas que impactaram diretamente o debate público e a regulamentação do aborto no Brasil. Entre elas, destacam-se a edição e posterior revogação de portarias do Ministério da Saúde que estabeleciam restrições ao acesso ao aborto legal, especialmente quanto ao limite gestacional de 22 semanas para os casos de estupro, bem como a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), publicada em 2024, que tentou proibir a utilização da técnica de assistolia fetal, mesmo nos casos autorizados por lei.

Além dessas medidas, o Projeto de Lei nº 1.904/2024, que propõe equiparar o aborto realizado após 22 semanas ao crime de homicídio simples, tornou-se um dos principais marcos do período. A aprovação do regime de urgência para sua tramitação mobilizou intensamente movimentos feministas, organizações de direitos humanos e profissionais da saúde. Outro aspecto relevante foi a tramitação de outras propostas legislativas com viés restritivo, como o Projeto de Lei nº 4754/2016, que propôs punir ministros do Supremo Tribunal Federal por decisões relacionadas à descriminalização do aborto.

Esses acontecimentos, amplamente repercutidos pela mídia e alvo de manifestações públicas, evidenciam o caráter instável e politicamente sensível da regulamentação do aborto no Brasil. No entanto, a análise da cobertura da revista *Marie Claire* nesse contexto revelou a ausência de matérias que tratem diretamente desses fatos. Nenhuma das edições analisadas no período de 2022 a 2024 repercutiu esses eventos. Isso demonstra que a revista não realizou o devido acompanhamento da agenda pública relacionada ao aborto, limitando-se a conteúdos que não dialogam diretamente com os principais marcos políticos e legislativos do período. Tal lacuna reforça a importância de um jornalismo que ofereça informação qualificada e que contribua, de forma efetiva, para a formação de um debate público informado e crítico sobre os direitos reprodutivos.

Com base no estudo das matérias e do contexto histórico e discursivo, pode-se concluir que o jornalismo de revista, especialmente no formato comercial, atua como espaço de negociação entre discursos conservadores e progressistas. A *Marie Claire* se posiciona nesse

limiar, ao mesmo tempo em que reforça valores de modernidade e autonomia feminina, também reproduz limites estruturais do campo midiático e de sua inserção no mercado. A análise revela que a revista opera sob uma lógica editorial alinhada a um feminismo liberal, voltado predominantemente para mulheres das classes A e B, com alto nível de escolaridade e acesso a bens de consumo, como moda, viagens e cultura internacional. Essa orientação direciona os conteúdos para um público específico, priorizando pautas que se conectam aos interesses de um segmento social privilegiado. Embora esse posicionamento permita certa abertura para o debate sobre direitos das mulheres, ele também restringe a amplitude da abordagem sobre o aborto, ao não contemplar de maneira efetiva as experiências de mulheres em condições de maior vulnerabilidade. Com isso, a publicação limita sua capacidade de incidir criticamente sobre as desigualdades estruturais que atravessam o acesso aos direitos reprodutivos no Brasil.

Por fim, este trabalho reforça a importância de pesquisas que analisem criticamente os discursos midiáticos sobre os direitos reprodutivos, especialmente em um contexto de retrocessos legislativos e ameaças à autonomia corporal das mulheres. A análise realizada evidencia que, à primeira vista, os veículos de comunicação, como a revista *Marie Claire*, parecem contribuir de maneira efetiva para a discussão sobre o aborto. No entanto, um olhar mais criterioso permite perceber as limitações e lacunas na pluralidade de vozes e na profundidade do debate proposto. A manutenção de um viés editorial alinhado a um feminismo liberal, direcionado a um público com alto poder aquisitivo, restringe a visibilidade de experiências de mulheres periféricas, negras e de classes populares, que historicamente enfrentam maiores barreiras de acesso aos direitos reprodutivos.

Diante desse cenário, dentro da abordagem de revistas mais comerciais, como a *Marie Claire*, torna-se urgente incentivar a produção de um jornalismo feminista, comprometido com a diversidade de perspectivas, capaz de incorporar recortes de classe, raça e território na abordagem sobre o aborto. Entre as possibilidades de aprimoramento estão a inclusão de fontes oriundas de movimentos sociais, a ampliação da cobertura sobre os impactos das legislações restritivas nas populações mais vulneráveis e a problematização crítica das estruturas institucionais que regulam o acesso ao aborto no Brasil. Estudos como este contribuem para a compreensão dos sentidos produzidos pela mídia e para o fortalecimento do debate público sobre cidadania, gênero e comunicação, apontando caminhos para a construção de um jornalismo mais representativo e socialmente comprometido com os direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPM). Disponível em: <https://www.abc.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2024.

AGÊNCIA CÂMARA. Voto feminino foi conquistado depois de uma luta de 100 anos. **Agência Câmara de Notícias**, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: IV Seminário CETROS: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 29 a 31 de maio de 2013, Fortaleza, CE. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE, 2013. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

ALVES, Schirlei. Após 20 anos de mobilização, ainda falta perspectiva de gênero no orçamento federal. **Gênero e Número**, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://www.generonumero.media/entrevistas/rita-santos-orcamento-genero/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. **Princeton University Press**, 1990. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctv1fkqddt>.

ARAÚJO, Sílvia Amélia de. Rotinas produtivas em revista: padrões e transformações no fazer de uma publicação segmentada. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. São Paulo: Penso Editora, 2013. Cap. 18. p. 261-271.

ASOCIACIÓN MADRES DE PLAZA DE MAYO. La historia de las Madres. Disponível em: <https://madres.org/la-historia-de-las-madres/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

AZENHA, Manuela. As propostas de Simone Tebet, Sofia Manzano e Vera Lúcia Salgado. **Marie Claire**, n. 373, p. 30-37, ago. 2022.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. **Vozes & Diálogo**. Itajaí, v.14, n. 02 jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/8167>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva; BORTOLI, Suzana Rozendo. Jornalismo feminino e sua histórica aproximação com o universo do consumo. **Revista Brasileira de História da Mídia**. V. 6, nº 02 jul./dez. 2017.

BATISTA, Celine M. N. O planejamento familiar sob apreciação feminista: direitos reprodutivos e autonomia corporal no jornal Mulherio (1981 1988). Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação

Social – Jornalismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/38848/1/2024_CelineMariaDoNascimentoBatista_tcc.pdf. BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BIANCONI, Giulliana. Os 7 erros do debate público sobre aborto após declaração de Lula. **Gênero e Número**, 13 abr. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/os-7-erros-do-debate-aborto/>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os direitos da mulher casada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003. Dispõe sobre número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 ago. 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 ago. 2006. Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 mar. 2015. Lei do Feminicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota conjunta. 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1904/2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. São Paulo: Penso Editora, 2013. Cap. 03. p. 44-57.

BERTASSO, Daiane; ROSA, Amanda Regina. Os sentidos sobre as mulheres no discurso da revista Claudia ao longo de uma década (2009-2019). **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/20735/60748501>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BOMFIM, Ivan; SILVA, Dora Santos; HARTMANN, Camila. Entre permanências e metamorfoses: o jornalismo de revista e sua dimensão própria. **Animus**, v. 21, n. 45, p. 1-7, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise de discurso** - 2ª edição rev – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BITTONI, Dulcília S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Série Princípios, 1986.

BITTONI, Dulcília S. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BITTONI, Dulcília S. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. São Paulo: Penso Editora, 2013. p. 107-118.

BITTONI, Dulcília H. Schroeder. Revistas femininas: ainda somos as mesmas, como nossas mães. *Communicare*, v. 14, n. 1, p. 36-44, 2014. Tradução. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002717167.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

CAMPOS. Danieli A. **Pra que rimar amor e dor?** Análise das representações da violência de gênero na revista Marie Claire (2002-2011). Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Paulista – UNIP. São Paulo, p.189. 2013.

CARIOCA et al. Mães negras e com baixa escolaridade são maiores vítimas em casos de violência obstétrica, diz pesquisa da Fiocruz. **G1**, 8 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 21 set. 2024.

CARTA CAPITAL. Projeto obriga inclusão de mensagem contra o aborto em embalagens de testes de gravidez. **Carta Capital**, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/projeto-obriga-inclusao-de-mensagem-contra-o-aborto-em-embalagens-de-testes-de-gravidez/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CETRONE, Camila. Aborto Seguro. **Marie Claire**, n. 384, p. 50-53, set. 2023a.

CETRONE, Camila. Calma como uma bomba. **Marie Claire**, n. 391, p. 104-105. maio 2024b.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHADE, Jamil. Contra aborto, Brasil veta direitos reprodutivos e sexuais em texto da ONU. **UOL**, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/06/22/contraborto-brasil-veta-direitos-reprodutivos-e-sexuais-em-texto-da-onu.htm>. Acesso em: 3 jul. 2024.

COLETIVO RPU BRASIL. Relatórios Coletivos RPU Brasil. 2022. Disponível em: <https://plataformarpu.org.br>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Países da América Latina e do Caribe aprovaram o Compromisso de Santiago, que busca acelerar esforços para cumprir a agenda regional de gênero. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (Cairo, 1994). Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Brasília, DF: UNFPA, 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br>. Acesso em: 17 set. 2024.

CORRÊA, Tatiana E. **Representações femininas em narrativas de vida protagonizadas por mulheres: uma análise semiolinguística das seções Eu, Leitora e Moi, Lectorice das revistas Marie Claire, edições brasileira e francesa.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 227. 2020.

CORTÊZ, Natacha. O aborto é o último momento de desespero da mulher. **Marie Claire**, n. 378, p. 58-63, fev. 2023a.

CORTÊZ, Natacha. De onde eu vejo a gente não se esconde. **Marie Claire**, n. 381, p. 76-81, maio 2023b.

CRENSHAW, K. Documento para o Comitê Interamericano de Direitos Humanos, 2002.

CRIAÇÃO da 1ª Delegacia de Defesa da Mulher do país completa 30 anos. **Portal do Governo de São Paulo**, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2024.

CRUZ, Agnes Sofia Guimarães. Apenas 3 estados do Brasil orientam escolas a terem disciplinas sobre educação sexual. **Gênero e Número**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/escolas-educacao-sexual/>. Acesso em: 21 set. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGOS, Juliana. Feminismos: origens, conquistas e desafios no século 21. **Nexo Jornal**, 7 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-seculo-21>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A.. National Abortion Survey - Brazil, 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 6, p. 1601–1606, jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mDCFKkqkyPbXtHXY9qcpMqD/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

DINIZ, D., MEDEIROS, M., SOUZA, P.H.G.F, GOÊS, E.. Aborto e raça no Brasil, 2016 a 2021. **Ciência e Saúde Coletiva**, set. 2023. Disponível em:

<http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/aborto-e-raca-no-brasil-2016-a-2021/18886?id=18886&id=18886>. Acesso em: 02 out. 2025.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX** – Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XX (1900-1949)**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2023.

ELEIÇÕES 2022: comercial Bolsonaro — Michelle fala sobre transposição do Rio São Francisco. **YouTube**, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ENTENDA resolução do CFM que restringe aborto em casos de estupro e por que foi suspensa pelo STF. **Marie Claire**, 29 maio 2024.

FADDUL, Juliana. Cinthia Ribeiro: 'Palmas não estava preparada para ter uma prefeita mãe'. **Marie Claire**, n. 369, p. 50-55, mar. 2022.

FAHS, Ana C. Salvatti. Movimento feminista: história no Brasil. **Politize!**, 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Trad. L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento** - Plataforma de Cairo, 1994. Cairo: UNFPA, 1994.

FURTADO, Thaís. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. São Paulo: Penso Editora, 2013. Cap. 10. p. 149-160.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GRUPO GLOBO. Princípios editoriais do Grupo Globo. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com>. Acesso em: 25 maio 2024.

GUEDES, Letícia. Contracepção: desinformação é barreira para planejamento familiar. **Correio Braziliense**, 1 out. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/revista-do-correio/2023/10/5128995-contracepcao-desinformacao-e-barreira-para-planejamento-familiar.html>. Acesso: 3 jul. 2024.

HENTZ, Isabel Cristina. A honra e a vida: legislação e debates jurídicos sobre aborto e infanticídio no início da República no Brasil (1890-1940). Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis, **Anais** [...] Florianópolis: 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373216290_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOFG10-modelodosite.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOSPITAL de Feijó se nega a fazer aborto em gestante de feto anencéfalo e vira alvo do MP. **G1**, Rio Branco, 3 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/03/hospital-de-feijo-se-negar-a-fazer-aborto-em-gestante-de-feto-anencefalo-e-vira-alvo-do-mp.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2024.

INTERVOZES. **O corpo é nosso**: a cobertura da mídia religiosa e tradicional sobre direitos sexuais e reprodutivos. 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/o-corpo-e-nosso-a-cobertura-da-midia-religiosa-e-tradicional-sobre-direitos-sexuais-e-reprodutivos-intervozes-2023/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

JESUS, Amanda Santos de. O mercado editorial de revistas no Brasil: do Espelho Az Mina. In: 12º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 2017, São Paulo, **Anais** [...] 2017. São Paulo: Universidade Anhembi-Morumbi, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2eDEqNN5>. Acesso em: 05 ago. 2024.

JORDÃO, Pedro. Aborto é legalizado em 77 países mediante apenas solicitação; confira quais. **CNN**, São Paulo. 22 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/aborto-e-legalizado-em-77-paises-mediante- apenas-solicitacao-confira-quais/>. Acesso em: 16 mai. 2025.

KODIC, Marília. Em muito pouco tempo talvez não estejamos em um regime democrático. **Marie Claire**, n. 395, p. 12-17, out. 2024.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Maria Marcela. Por la vida y la libertad de las Mujeres:: Fin al feminicidio. *Atlánticas. Revista Internacional de Estudios Feministas*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 01–26, 2024. DOI: 10.17979/arief.2024.9.1.9995. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/ATL/article/view/arief.2024.9.1.9995>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAGO, Claudia. Feminismo e Comunicação: uma relação necessária. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 40, p. 62–73, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/205767>. Acesso em: 25 ago. 2024.

LEITE, R. DE S. C.. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 234–241, jan. 2003.

LÉON, Lucas Pordeus. OAB diz que PL do aborto é flagrantemente inconstitucional e atroz. **Agência Brasil**. 17 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/oab-diz-que-pl-do-aborto-e-flagrantemente-inconstitucional-e-atroz>. Acesso em: 12 set. 2024.

LOPREITE, Débora; GUSTÁ, Ana Laura Rodríguez. Feminismo de Estado en la Argentina democrática (1983-2021): ¿modelo aspiracional o realidad institucional? **Revista SAAP**, vol. 15, núm. 2, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3871/387171144003/387171144003.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025. Acesso em: 10 ago. 2025.

MARIE CLAIRE INTERNACIONAL. Sobre nós. Marie Claire. Disponível em: <https://www.marieclaireinternational.com>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MELO, José Marques de. Prefácio. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MENDEZ, Natalia Pietra. Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. **Métis: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 269-288, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.metis.ufrgs.br>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: ver políticas: ver políticas: vertentes explicativas tentes explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6104/49f2490685f3f9cf7f3aa5132d6c7a702705.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Feminismo descolonial. Chile: **Imprenta Vulgaris**, 2023. Disponível em: <https://glefas.com/wp-content/uploads/2024/04/preview-Feminismo-Descolonial.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

MIRANDA, Anadir dos Reis. **Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/25030/Versao%20pos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MONTEIRO, Hellen. Hospital de Feijó se nega a fazer aborto em gestante de feto anencéfalo e vira alvo do MP. **G1**, Rio Branco-AC, 3 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2024/02/03/hospital-de-feijo-se-negar-a-fazer-aborto-em-gestante-de-feto-anencefalo-e-vira-alvo-do-mp.ghml>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MONTEIRO, Thaís. Marie Claire muda projeto editorial e gráfico. **Meio & Mensagem**, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/sem-categoria/marie-claire-muda-projeto-editorial-e-grafico>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MUNHOZ, Divanir E. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 26-40, 2006. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/70>. Acesso em: 18 ago. 2023. Acesso em: 22 ago. 2025.

NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos. **Prudência e aventura**: revista O Cruzeiro e formas de vida da mulher da década de 40. São Paulo: Alfa, 2009.

NATANSOHN, G. et al. Revistas On-line: do papel às telinhas. Em: NATANSOHN, G. (Ed.). **Jornalismo de Revista em Redes Digitais**. [s.l.] Universidade Federal da Bahia, 2013. p. 12–28.

NELSON, Jennifer. "“All this that has happened to me shouldn’t happen to nobody else”: Loretta Ross and the Women of Color Reproductive Freedom Movement of the 1980s." **Journal of Women's History**, vol. 22 no. 3, 2010.

NUNES, Lizianny Leal. **As mulheres de Claudia: construção de femininos na Revista Claudia (1961-1970)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

O QUE está em jogo com projeto que torna homicídio aborto após 22 semanas de gestação. **BBC News Brasil**, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

PARTIDO questiona no STF artigos do Código Penal que criminalizam aborto. **Supremo Tribunal Federal**, Brasília, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: 30 set. 2023.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINUSA, Samuel. Do GLS ao LGBTQIAPN+: relembre a evolução da sigla que representa a comunidade. **G1**, 1 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/06/01/do-gls-ao-lgbtqiapn-relembre-a-evolucao-da-sigla-que-representa-a-comunidade.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PIZZINI, Karina C. **Hashtag na capa: representações da agenda feminista nas revistas Claudia e Marie Claire (2010-2017)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p.213. 2019.

RIBEIRO, Raphaela. Centro antiaborto espalha mentiras com verba pública de deputados de extrema direita. **Agência Pública**, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em: 30 set. 2023.

ROSA, Mariana Silveira dos Santos. Educação das mulheres na história do Brasil: a contribuição de Heleieth Saffioti. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 63-75, abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.36332>. Acesso em: 22 set. 2024.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em Jornalismo**. Alemanha, União Soviética e Japão. Florianópolis, Insular. 2017.

SANTOS, Daniela M. S. **Quando bem-estar nem sempre é estar bem: a revista Marie-Claire e as estratégias discursivas (2008/2011)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Paulista – UNIP. São Paulo, p.104. 2013.

SANTOS, Danielle Silva Moreira. História, Mulheres e Existencialismo: Narrativas Feministas na Imprensa Brasileira no Século XX. **Científic@ - Multidisciplinary Journal**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 32–43, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/2633>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Caderno de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1988, p. 38-47.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHWAAB, Reges Toni; Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 11-23, jan/jun 2007.

SCHWAAB, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.180-193, dez. 2009.

SENADO, Agência. Entra em vigor lei que dispensa aval do cônjuge em procedimentos de esterilização. **Agência Senado**, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/03/entra-em-vigor-lei-que-dispensa-aval-do-conjuge-em-procedimentos-de-esterilizacao>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SOB protestos, CCJ da Câmara aprova PEC que proíbe aborto legal. **Agência Brasil**, 27 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 27 abr. 2025.

STF suspende resolução do CFM que dificulta aborto em gestação decorrente de estupro. **Supremo Tribunal Federal**. 15 mai. 2024. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-suspende-resolucao-do-cfm-que-dificulta-aborto-em-gestacao-decorrente-de-estupro/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

TADEO, Luciana. Uma mãe (in)convencional. **Marie Claire**, n. 383, p. 24-27, ago. 2023. ALONSO, Maria Rita; CORTÊS, Natacha. Não há razão para não ter uma mulher negra no STF. **Marie Claire**, n. 383, p. 38-43, 2023.

TAVARES, Frederico Mello Brandão. Sobre Jornalismo de Revista e o seu infinito singular. **Revista Contracampo**, Niterói, n. 25, p. 97-116, dez. 2012. Disponível em: www.uff.br/contracampo. Acesso em: 12 ago. 2024.

TAVARES, Manuela. **Feminismos: percursos e desafios**. Texto Editora – Leya. 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: Free Press, 1978.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

VENTURA, M. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. Brasília: UFPA, 2009.

VOCÊ sabe o que diz o projeto de lei que equipara o aborto legal a homicídio no Brasil? Entenda em 3 pontos. **O Globo**, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/06/14/entenda-em-3-pontos-o-projeto-de-lei-que-equipara-aborto-legal-a-homicidio-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2025.

WARDWELL, Dorothy; MEEHAN, Marjorie C. Margaret Sanger: birth control's successful revolutionary. **American Journal of Public Health**, v. 70, n. 7, p. 736–742, jul. 1980. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.70.7.736>. Acesso em: 16 jun. 2025.

WOITOWICZ, K. J. Traços do feminismo na imprensa alternativa: as lutas das mulheres nos jornais Opinião, Movimento e Repórter nos anos 1970 no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7., 2006, Florianópolis, **Anais [...]** SC. Florianópolis: Mulheres, 2006.p. 1-7.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869765/mod_resource/content/0/Mary%20Wollstonecraft%20-%20Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher-Boitempo%20%282017%29.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do Feminismo**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia>. Acesso em: 22 fev. 2025.

APÊNDICE A: CAPAS DAS EDIÇÕES 2022 A 2024

FIGURA 1 – Capa Marie Claire Março 2022



Fonte: Marie Claire

FIGURA 2 – Capa Marie Claire Agosto 2022



Fonte: Marie Claire

FIGURA 3 – Capa Marie Claire Fevereiro 2023



Fonte: Marie Claire

FIGURA 4 – Capa Marie Claire Fevereiro 2023



Fonte: Marie Claire

FIGURA 5 – Capa Marie Claire Agosto 2023



Fonte: Marie Claire

FIGURA 6 – Capa Marie Claire Setembro 2023



Fonte: Marie Claire

FIGURA 7 – Capa Marie Claire Maio 2024



Fonte: Marie Claire

FIGURA 8 – Capa Marie Claire Outubro 2024



Fonte: Marie Claire